

SIMONE ANSELMO GIRÃO

**DO IDEÁRIO DESENVOLVIMENTISTA AO UNIVERSO SOCIAL
CARVOEIRO: 1964 - 1994**

SIMONE ANSELMO GIRÃO

**DO IDEÁRIO DESENVOLVIMENTISTA AO UNIVERSO SOCIAL
CARVOEIRO: 1964 - 1994**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Dourados, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos.

DOURADOS

2003

SIMONE ANSELMO GIRÃO

**DO IDEÁRIO DESENVOLVIMENTISTA
AO UNIVERSO SOCIAL CARVOEIRO:
1964 – 1994**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Dourados, ____ de _____ de 2003.

DADOS CURRICULARES

SIMONE ANSELMO GIRÃO

NASCIMENTO : 27/03/1976 – TRÊS LAGOAS/MS

FILIAÇÃO : José Marques Girão

Lindinalva Anselmo Girão

1996/1999 Curso de Graduação em História – *Campus* de Três Lagoas, UFMS.

Aos trabalhadores das carvoarias: mulheres, crianças, adolescentes e homens que me deram a oportunidade de conhecer um pouco de sua história, de sua vida.

AGRADECIMENTOS

As palavras nem sempre traduzem nossos sentimentos na pureza de sua essência. Mesmo tendo conhecimento disso, tentarei, neste momento, expressar por meio delas a emoção que sinto em tornar pública a minha gratidão a tantas pessoas que fizeram parte de instantes preciosos de minha vida, antes e durante estes dois anos e meio em que estou em Dourados.

Agradeço à minha família, ao Sandro, à Duda, à Silvia, à Leninha, à Mariana, ao João Vitor, ao Armando e em especial, à minha mãe, Lindinalva, e a meu pai, José Marques (*in memoriam*), pelos momentos de alegria e de tristeza que vivenciamos juntos e pelo apoio que me deram quando optei por fazer a seleção do Mestrado.

Aos professores e aos amigos, Maria Celma Borges, Vitor Wagner de Oliveira Neto, Germano Molinari Filho, Kelly Cristina Leite de Oliveira e Jackeline Hurtado, que incentivaram e contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado.

Aos colegas da pós-graduação, Astor, Aroldo, Pedro, Vera, Manfrin, Giovani, Ciro, Suzana, Cida, Laércio, Jocimar, Eurides e Rigotti, que compartilharam comigo as situações mais diversas.

Aos professores do Mestrado, Osvaldo Zorzato, Paulo Cimó, Jérri, Marina e Biasotto, sempre pacientes e dispostos a contribuir com as discussões.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos, pelas riquíssimas sugestões durante a orientação e pelo convívio agradável, como mestre e amigo.

Aos amigos, Edir, Edna, Meire, Vander, Débora, Creginaldo, Gislaine, Orlando, Emiliano, Juliana, Alexandre e Patrícia, pelos dias e pelas noites em que nos encontrávamos para festejar e para lamentar.

À Dona Ramona Reis Martins, pelo cuidado e pelo afeto sempre dedicados.

Com carinho, ao Gilton Mendes dos Santos, pelos maravilhosos momentos de leitura que passamos juntos e pelas intermináveis horas ao telefone, ouvindo-me e contribuindo com as minhas reflexões.

À UFMS e à CAPES, pelo apoio e pela oportunidade proporcionados durante a realização deste trabalho.

Por mais maciço e imenso que seja este mundo, sua existência depende, em qualquer momento, apenas de um fio único e delgadíssimo: a consciência em que aparece.

Arthur Schopenhauer

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	10
RESUMO.....	12
ABSTRACT.....	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO NACIONAL INDUSTRIALIZADO.....	19
1.1 - Políticas para o desenvolvimento nacional e a interiorização do progresso.....	23
1.2 - O II PND e a política de reflorestamento para Mato Grosso do Sul.	30
1.3 - A carvoaria, o fruto da falência desenvolvimentista	43
CAPÍTULO 2 - DAS RAÍZES DO LATIFÚNDIO À FORMAÇÃO DAS GRANDES FAZENDAS DE ÁRVORES	46
2.1 - Aspectos da estruturação fundiária na região de Três Lagoas.....	46
2.2 - O eucalipto: a solução para o progresso?	52
2.3 - O cultivo do eucalipto: base da fabricação para a indústria papeleira e fator de autonomia da produção de energia.....	54
2.4 - O destino da “floresta de árvores”.....	61
CAPÍTULO 3 - TRABALHO E TRABALHADOR: AS PRÁTICAS SOCIAIS NAS CARVOARIAS.....	67
3.1 - A dinâmica das relações de produção	69
3.2 - A estratégia de organização socioespacial das carvoarias de Mato Grosso do Sul. ..	71
3.3 - As relações de trabalho na “indústria” do carvão.....	76
3.4 - Condições de vida e de trabalho: ações institucionais e políticas públicas	93
CONCLUSÃO	100
BIBLIOGRAFIA E FONTES	103
ANEXOS.....	109

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 :	Mapa destacando a Micro-Região de Três Lagoas.....	31
Figura 2 :	Mapa expondo a divisão Macro-Regional de Mato Grosso do Sul.....	59
Figura 3 :	Carvoaria em Ribas do Rio Pardo, 1995.	72
Figura 4 :	Carvoaria em Ribas do Rio Pardo, s.d.....	73
Figura 5 :	Moradia dos trabalhadores carvoeiros, s.d.	75
Figura 6 :	Carvoeiro enchendo o forno com eucalipto para o processo de carvoejamento – Ribas do Rio Pardo.	85
Figura 7 :	Adolescente barreando o forno de carvão	86
Figura 8 :	O cotidiano dos carvoeiros: o jovem e seus instrumentos de trabalho: o cesto de arame, a mangueira d'água e os fornos em meio à fumaça.	88
Figura 9 :	Trabalhadores ensacando o carvão.	88
Figura 10 :	Homens realizando o processo de carregamento do caminhão com carvão a granel.	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução Demográfica da Micro-Região de Três Lagoas – MS.....	36
Tabela 2 - Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul, de 1920 a 1980.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ABRACAVE = Associação Brasileira dos Produtores de Carvão Vegetal

BNDE = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAPES = Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CNPq = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPM = Comissão Pastoral do Migrante

CPT = Comissão Pastoral da Terra

CSN = Companhia Siderúrgica Nacional

DRT = Delegacia Regional do Trabalho

EPI's = Equipamentos Individuais de Segurança

FAO = Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FFLCH = Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

IBAMA = Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBDF = Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEF = Instituto Estadual de Florestas

INSS = Instituto Nacional de Seguridade Social

IPLAN = Instituto de Estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul

MININTER = Ministério do Interior

OIT = Organização Internacional do Trabalho

ONG's = Organizações Não Governamentais

PAI = Programa de Ações Integradas

POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOCENTRO = Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PND (I, II e III) = Plano Nacional de Desenvolvimento

PRODEGRAN = Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados

PRODEPAN = Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Pantanal Mato-Grossense

PRÓ-INDÚSTRIA = Programa de Apoio à Industrialização do Estado de Mato Grosso do Sul

PROMOSUL = Fundação de Promoção Social de Mato Grosso do Sul

SECJT = Secretaria Estadual de Cidadania, Justiça e Trabalho

SPIFCTMS = Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul

SUDECO = Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

UFMG = Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS = Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNESP = Universidade Estadual Paulista

UNICEF = Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência

USP = Universidade de São Paulo

RESUMO

O presente texto tem como enfoque de trabalho a reflexão sobre os ideais industrializadores do Estado nacional brasileiro, traduzidos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento durante as décadas de 1960 a 1980, demonstrando que tais projetos deram sustentação para a constituição do Maciço Florestal de Eucalipto de Mato Grosso do Sul que, posteriormente, foi elemento fundamental para a expansão da atividade carvoeira no Estado e, sucessivamente, para a estruturação das relações de trabalho, de produção, de consumo e sociais que são vivenciadas no universo de relações construídas na prática dessa atividade. Ressalte-se, ainda, a reflexão acerca da condição de “vítima” e de “excluídos” a que estão sujeitos os trabalhadores das carvoarias, bem como o papel que as instituições governamentais e não governamentais vêm desempenhando no movimento de erradicação do trabalho forçado. Os referenciais teórico-metodológicos norteadores para a consecução deste trabalho foram as contribuições da Historiografia embasadas na Nova História, com a História do Tempo Presente, a História Oral, a História Social, dentre outras detalhadas no interior desta dissertação. Esses referenciais tornaram possível tratar a temática com base nas representações das instituições envolvidas, bem como dos agentes históricos que ficaram à margem das interpretações.

ABSTRACT

The present text has as work focus to contemplate on industrious ideals of the Brazilian national State, translated in the National Plans of Development during the decades of 1960 to 1980, and to demonstrate that such projects gave maintenance for the constitution of the Solid Forest of Eucalyptus of Mato Grosso do Sul that later it went fundamental element to the expansion of the coal activity in the state and successively for the structuring of the work relationships, production, consumption and social that are lived in the universe of relationships built in practice of that activity. The text presents still concerning the condition of “victim” and “excluded” the one that the workers of coal-pits are put, as well as, on the paper that the institutions government and not government have been carrying out in the movement of eradication of the forced work. The theoretical-methodological references that guide the accomplishment of that work went to the contributions of the historiography based in the New History, with the History of the Present Time, Oral History, Social History, among another detailed inside the dissertation. Those references turned possible to treat the thematic starting from the representations of the involved institutions, as well as, of the historical agents that were to the margin of the interpretations.

INTRODUÇÃO

Ter um profundo desrespeito pela mentira e, ao mesmo tempo, um profundo respeito pelas crenças, pelos sentimentos, me parece essencial; e se há contradição nisso é porque a própria realidade é contraditória (Carlo Ginzburg).

Pensar em novos parâmetros para interpretar os acontecimentos históricos, tem sido, no Brasil, um desafio teórico, especialmente a partir da década de 1940, período em que as propostas sobre as novas possibilidades de escrever a História, enquanto área do conhecimento que se entrelaça a outras, para criar novas formas de análise, afloraram, impulsionadas pelo movimento historiográfico propiciado por historiadores franceses com a Escola dos *Annales*.¹

Escapar às teias conceituais é um exercício penoso, pois acostumamo-nos a pensar as situações valendo-nos de modelos que mostram previamente os caminhos a serem seguidos. A Escola dos *Annales* significou uma tentativa de romper com as designações modelares. Ela significou a busca por outros olhares na compreensão das realidades históricas.

A escolha por trabalhar no âmbito dos pressupostos teóricos da Escola dos *Annales*, com a Nova História, se deu em face de nosso anseio de trazer à tona a história de pessoas comuns que até então foram “excluídas” do processo histórico, aparecendo invariavelmente como vítimas e não como atores sociais². As reflexões de Nora são elucidativas quanto à nossa opção teórica: *A história contemporânea não mais se deveria definir em termos cronológicos, mas segundo uma linha que separa a história hoje viva da história hoje morta. Há uma história que é uma língua morta, que só os historiadores é*

¹ O projeto da revista histórica francesa conhecida como *Annales*, foi idealizado por Lucien Febvre e Marc Bloch após a Primeira Guerra Mundial. Tal projeto foi fruto da insatisfação dos historiadores com a história convencional até então desenvolvida, que *nem correspondia aos anseios de uma humanidade que vivia (...) momentos de convulsões e rupturas com o passado, nem conseguia responder (...) às exigências do novo homem que daí surgia* (ODÁLIA, *apud* BURKE, 1991, p. 7). A proposta dos estudiosos que elaboraram a revista era a de que ela se tornasse um espaço, assim como os estudos históricos, que congregasse a possibilidade de estudos com abordagens interdisciplinares da História.

² Jim Sharp alerta para a questão inserida neste campo da História: *(...) explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão freqüentemente ignorada (...)* (SHARP, 1992, p. 41).

que falam, e há a história contemporânea, que interessa a toda gente (NORA, 1984, p. 52).

Com base nessa lógica, ou seja, a de refletir sobre as realidades históricas respeitando a particularidade das vivências, é que exercitamos nossa prática como estudante da História, tendo como fio condutor pensar como as pessoas, os grupos constroem suas verdades e como as instituições oficializam essas verdades, transformando tal oficialização em sinônimo de História.

Torna-se fundamental para as reflexões das relações, neste caso, as de trabalho, ressignificar o conceito de poder difundido nas interpretações que versam sobre as relações de trabalho nas carvoarias. Um poder que se reduz, enquanto domínio dos donos de carvoarias e dos intermediários que fazem parte dessas relações, a uma condição dualística.

Como localizar o poder em algo ou em alguém se ele se traduz como uma relação? Relação esta estratégica e que minuciosamente exerce o controle do corpo em um sentido político, econômico e social. Sendo assim, tanto os carvoeiros quanto os donos de carvoarias estão emaranhados nas relações de poder, o que não expõe, no entanto, que determinados grupos tentam sobressair em relação a outros, de forma a impor, no interior dessas relações, suas concepções de vida em sociedade.

Valendo-nos das pontuações referentes à instância de análise do poder como forma de repensar a questão e não como um paradigma aplicativo tão-somente ao objeto de estudo, enfatizamos nossas observações acerca da organização socioespacial e dinâmica de trabalho nas unidades produtivas de carvão, como relações entre pessoas, entre agentes históricos, que “representam” papéis distintos no contexto singular que historicamente têm caracterizado as formas de poder na atividade carvoeira.

A atividade carvoeira mostra-se como um universo de importância para a pesquisa não só pelo fato de ter sido divulgada internacionalmente como atividade que emprega mão-de-obra em condições análogas à do trabalho escravo, mas sobretudo em face das relações com a construção de uma identidade nacional e regional, inseridas no âmbito do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Desse prisma, é relevante referirmo-nos às estratégias utilizadas para a promoção do movimento migratório para o Estado de Mato Grosso e posteriormente, para Mato Grosso do Sul, e entender como esse processo de migração, incentivado pelos projetos

governamentais da década de 1960 e de 1970, possibilitaram a manutenção da atividade carvoeira na micro-região de Três Lagoas.³

A escolha desta temática para nossa pesquisa está ligada ao processo de implantação e de crescimento da atividade carvoeira entre os anos 1964 e 1994. Vale lembrar que a partir de 1977 houve a divisão do Estado de Mato Grosso, constituindo-se assim o Estado de Mato Grosso do Sul.

Foi no período dos governos militares que se colocaram em prática a política de incentivos fiscais e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's). Esses planos foram usados pelos governos federal e estadual como justificativa para industrializar as regiões periféricas do país. Pretendia-se também incentivar a colonização dessas regiões, tidas pela óptica dos governantes como pouco povoadas e pouco qualificadas em relação às aspirações para o desenvolvimento local.

Nessa perspectiva de análise, organizamos este trabalho procurando demonstrar que a instalação da atividade carvoeira, bem como as relações de trabalho estabelecidas nessa atividade, estão intrinsecamente relacionadas ao processo histórico de incremento da política de desenvolvimento para o Estado nacional entre as décadas de 1960 e 1980.

Nos dois primeiros capítulos desta dissertação, a preocupação foi a de entender a História a partir da óptica das instituições envolvidas, como ela se apresenta nos documentos por elas produzidos e divulgados. Essas instituições, por meio de seus projetos desenvolvimentistas, deram sustentação para a formação da atividade carvoeira em Mato Grosso do Sul.

O primeiro capítulo intitula-se *A busca pela construção de um Estado nacional industrializado*, no qual estabelecemos um breve estudo da conjuntura mundial, para detectar em que condições foi possível ao Brasil elaborar os Planos Nacionais de Desenvolvimento na década de 1970. Nosso objetivo foi discorrer sobre determinadas circunstâncias da História do Brasil, a fim de demonstrar que tais acontecimentos, de ordem política e econômica, foram determinantes para a efetivação do II PND e conseqüentemente, para a formação do Maciço Florestal de Eucalipto de Mato Grosso do Sul, bem como, posteriormente, da atividade carvoeira. Tal discussão, acerca das características históricas das políticas voltadas para o processo de desenvolvimento e de industrialização do Brasil, é de importância singular para a compreensão de quanto o resqúcio dessas políticas interferiu na constituição da atividade carvoeira e de suas

³ Informações detalhadas sobre a Micro-Região de Três Lagoas, ver Capítulo 1, p. 32-35.

relações. Propomos uma releitura desse período, estabelecendo uma relação entre os planos de industrialização e os investimentos voltados para a construção da grande floresta de eucalipto⁴, que somava, até o final da década de 1970, aproximadamente 500 mil hectares de terra.⁵

No segundo capítulo, denominado *Das raízes do latifúndio à formação das grandes fazendas de árvores*, discutimos o processo de ocupação da região de Três Lagoas, com o objetivo de demonstrar o desenvolvimento da política capitalista no campo. Com os incentivos governamentais para a interiorização do progresso e os conseqüentes movimentos migratórios impulsionados por tal política, construíram-se os projetos de reflorestamento para, supostamente, atender à demanda da indústria de papel e de celulose. Nesse aspecto, a problemática a ser trabalhada refere-se à hipótese da formulação de uma política de reflorestamento direcionada para o suprimento das necessidades do País em relação à produção de novas fontes de energia, um investimento que sustentaria, sobretudo, a demanda da indústria siderúrgica, em que o carvão vegetal era, como ainda é, a principal fonte de energia. Ainda no segundo capítulo, utilizamos o II PND como fonte primeira de análise, a fim de apontar os ideais dos projetos governamentais em torno da importância de geração de novas formas de produção de energia no Brasil, especialmente em razão da crise do petróleo ocorrida em 1973.

No terceiro capítulo, tratamos das relações de trabalho. Em geral os trabalhadores das carvoarias são vistos como vítimas em suas relações com outros agentes sociais que constroem e interferem no universo do carvão.

Detemo-nos no terceiro capítulo, intitulado *Trabalho e trabalhador: as práticas sociais nas carvoarias*, nas relações em que foi estruturada a atividade carvoeira em Mato Grosso do Sul. Buscamos tratar minuciosamente das etapas e das relações de produção, de trabalho e de consumo que movem a indústria do carvão e que faz das indústrias siderúrgicas mineiras a principal consumidora do carvão vegetal produzido no Estado.

Além desse enfoque, outro, que prioriza as relações sociais vivenciadas no ambiente das carvoarias, é posto em discussão. Discutem-se, com base em textos escritos,

⁴ O reflorestamento com eucalipto é interpretado, neste texto, como investimento monocultor, no plantio de uma determinada espécie, para fins econômicos.

⁵Em documento organizado pela Agência Terra, intitulado *A produção de carvão vegetal no estado de Mato Grosso do Sul: um estudo da sua dinâmica sócio-econômica e ambiental*, de 1996, coordenado pelo engenheiro ambiental Cláudio Guerra, fala-se em quase 500 mil hectares. Já em outro texto, elaborado pela Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul, intitulado *Ação conjunta no MS*, afirma-se que a citada área soma um total de 500 mil hectares.

bem como fotográficos (as imagens empregadas nesse capítulo tornam-se relevantes por dois motivos: primeiro, o de propiciar a relação intersemiótica entre o texto escrito e o texto iconográfico, para, em seguida, contribuir como fonte que demonstra a vivência nas carvoarias), momentos ímpares do processo produtivo, das relações de trabalho e do cotidiano de vida das pessoas inseridas no contexto. No interior desta dissertação, foram registrados como fontes, textos e documentos que possibilitaram uma compreensão mais precisa dos acontecimentos históricos que influenciaram no processo de elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e posteriormente, das implicações desses Planos no que tange à relação de produção mantida no mundo do carvão. É oportuno ressaltar a significativa contribuição que esses trabalhos proporcionaram para a elucidação de determinadas questões e a realização da pesquisa.

Para tratar do dia-a-dia dos homens e das mulheres que fazem da carvoaria não somente seu ambiente de trabalho, mas sobretudo de vida, foi oportuna a utilização da metodologia da História Oral, por intermédio de entrevistas, considerando que os estudos referentes à temática das carvoarias, em Mato Grosso do Sul, são recentes e que a própria História que envolve essa conjuntura, é interpretada, neste texto, como uma História do tempo presente.

Assim como o uso da fonte oral, o das fontes iconográficas tem o propósito de analisar as relações e as situações de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores nas carvoarias da Micro-Região de Três Lagoas, bem como fontes a serem contrapostas às outras, a saber: relatórios, jornais, revistas e bibliografia teórico-metodológica.

Ressaltamos ainda as indagações referentes às ações de instituições, governamentais e não governamentais, no mundo carvoeiro. O papel de tais instituições foi fundamental para a transformação do cotidiano das pessoas envolvidas. Mediante políticas públicas paliativas, os governos federal e estadual, com apoio de ONG's e de instituições, interferiram na realidade de vida e de trabalho das famílias carvoeiras, que diante de outros problemas, ocasionados pela ida, principalmente de mulheres e de crianças, para as cidades, começaram a construir novos referenciais de vida e de trabalho, a fim de lidar com as novas situações que lhes foram postas.

De modo geral, este trabalho tem o intuito de contribuir para a reflexão acerca das diferentes realidades construídas historicamente por distintos relacionamentos sociais nas várias regiões do Brasil. Assim como outros grupos de trabalhadores, os carvoeiros edificam socialmente suas experiências de vida em comunidade, possivelmente fazendo delas a verdade que dá sentido a seus sonhos e a suas expectativas.

CAPÍTULO 1 - A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO NACIONAL INDUSTRIALIZADO

No início do século XX, durante o período conhecido como “desordem mundial”⁶ – marcado principalmente pela crise de 1929 –, houve um grande impulso no processo de industrialização brasileiro, provocado pelo protecionismo dos países em face dos desequilíbrios econômicos mundiais, buscando construir para suas sociedades novas bases materiais. Tal tendência se enquadrava nas aspirações brasileiras que, sem o apoio dos setores exportadores, possibilitou um incremento de sua industrialização. Grande parte das importações foi substituída e naquele momento, o Estado apareceu como o grande articulador do desenvolvimento industrial interno.⁷

A partir de 1930, o Estado brasileiro, sob a égide de uma política centralizadora e intervencionista, liderada por Getúlio Vargas, voltou suas preocupações para a construção e o desenvolvimento do capitalismo industrial nacional. Para tanto adotou medidas político-econômicas embasadas em proteção tarifária e no câmbio desfavorável às importações. Neste sentido,

(...) o estado nacional brasileiro passou aos poucos a constituir-se em núcleo organizador da sociedade e alavanca da construção do capitalismo no país (...) tornou-se desenvolvimentista (...) orientado não para evitar as fases depressivas do ciclo econômico capitalista, mas para impulsionar a industrialização em países de desenvolvimento tardio, retardatários em relação aos centros originários do capitalismo mundial (SALLUM, 2000, p. 411).

Os esforços da classe governante no início do século XX e que foram reforçados na década de 1930, concentraram-se por fazer do Brasil um país que economicamente se equiparasse aos países centro. O equívoco foi pensar que o País, acelerando a qualquer custo o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, poderia transformar-se rapidamente em uma potência.

⁶ O termo “desordem mundial” foi utilizado por SALLUM (2000) para denominar o contexto histórico vivido entre as duas Guerras Mundiais, quando acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais abalaram a sociedade mundial.

⁷ Cf. SALLUM, 2000, p. 410.

Nos anos de 1930 a 1940, um fator que contribuiu para o prosseguimento dos planos relacionados à industrialização brasileira, foi a grande disputa entre os países potência pela primazia econômica junto aos países latino-americanos e de outros continentes, o que acabou acarretando um desequilíbrio internacional. Tal fator permitiu ao Estado nacional brasileiro assumir certa autonomia em relação às negociações econômicas mantidas com as potências da época: Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Nesse período, foi possível ao Brasil obter financiamentos advindos dessas potências, como foi o caso dos investimentos norte-americanos na formação da indústria siderúrgica brasileira, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Esse novo elemento aproximou a economia brasileira dos padrões de desenvolvimento do capitalismo internacional.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos organizaram planos econômicos para reerguer os países europeus prejudicados pelo conflito mundial.⁸ Nesse contexto foi possível ao Brasil, já na década de 1950, conseguir investimentos estrangeiros, principalmente dos países europeus recuperados ou em fase de recuperação, dos transtornos provocados pela Guerra, dando prosseguimento aos empreendimentos industrializadores. Assim, empresas multinacionais – européias e norte-americanas – instalaram-se no Brasil, montando suas fábricas nas principais cidades do País. O papel do Estado brasileiro em tal conjuntura foi o de estimular o “enraizamento” de tais empresas multinacionais, como também das nacionais, a partir de investimentos em infra-estrutura.

Os incentivos fiscais proporcionados pelo governo brasileiro a partir da década de 1960, foram uma forma de garantir que o processo de desenvolvimento continuasse, mesmo que “queimando etapas”.

O primeiro dos Planos de Desenvolvimento deu-se com o I PND (1972-1974), elaborado durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, tendo como uma de suas metas a colonização das áreas delimitadas geograficamente como sendo de pouca densidade demográfica ou, como aparece no texto do I e do II PND's, a ocupação produtiva dos espaços no Centro-Oeste, no Nordeste e na Amazônia. Num segundo momento, caracterizado pelo II PND, plano elaborado no governo de Ernesto Geisel, veio à tona a

⁸ A Doutrina Truman e o Plano Marshall se configuraram não somente como apoio econômico aos países atingidos pela Segunda Guerra Mundial, mas também como uma forma de conter a política comunista expansionista da U.R.S.S.

proposta de uma “internalização”⁹ do desenvolvimento, que se concentrava nas cidades centros do País.

Com fundamento no II PND (1975-1979), que tinha como objetivo a industrialização dos Estados analisados como sendo precários econômica e socialmente, estabelecemos reflexões acerca do discurso governamental, de modo que foi possível perceber quais aspirações permeavam as propostas do governo brasileiro.

Nesse sentido, no discurso governamental prescrito no II Plano Nacional de Desenvolvimento, dentre as preocupações relacionadas ao processo de implementação dos projetos para o progresso econômico do País, estava a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento social, estratégia esta pensada com base no crescimento econômico e que ficou aquém das possibilidades de um desenvolvimento social equiparado ao econômico.

As preocupações em torno dos problemas econômicos e sociais vigentes nas regiões demarcadas para a “internalização” da industrialização, estavam claramente demonstradas nas diretrizes traçadas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento. No II PND havia como jargão as expressões “racionalidade nas ações” e “desenvolvimento acelerado”, propondo *uma política industrial voltada para realizar a configuração definitiva (definitiva quanto ao estágio) do perfil industrial que se deseja, no Brasil* (BRASIL, II PND, 1974, p. 37).

Esse foi o perfil de desenvolvimento traçado pelo Estado nacional brasileiro, construído por seus representantes governamentais para vários pontos do País e ao qual a sociedade brasileira genericamente – considerando as singularidades dos projetos elaborados para atender à demanda de desenvolvimento das regiões enumeradas para atuação – foi submetida.

Os discursos e as práticas dos dirigentes representantes do Estado nacional faziam-se verdadeiros, criando-se um “falso” ideário de nação, a partir da autoridade atribuída a esses agentes sociais, por intermédio das representações simbólicas construídas historicamente para a afirmação do Estado nacional e com capacidade de manipulação em toda a sociedade.

Com base no referencial de desenvolvimento construído pela lógica da classe representante do governo, dever-se-ia determinar qual a melhor forma de intervir nas questões econômicas e sociais para fazer do Brasil um país industrialmente desenvolvido.

⁹ Utilizamos o termo “internalização” para expressar a proposta política de interiorização do desenvolvimento em regiões, interpretadas pela óptica dos governantes, como desprovidas desse desenvolvimento no sentido econômico, social e político.

As considerações de Roger Chartier, em suas abordagens referentes à importância do papel das representações em contextos nos quais as práticas e as ações da sociedade são edificadas sobre um pensamento que se resume à interpretação de um determinado grupo (ou seja, sobre o significado de desenvolvimento socioeconômico para a totalidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira), colocam-nos diante da problemática do papel fundamental que as instituições assumem enquanto formadoras das verdades concebidas por outros grupos. Para ele,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (...) As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e os seus domínios (CHARTIER, 1988, p. 17).

O perfil de desenvolvimento traçado com base nas interpretações de um determinado grupo social criou mecanismos de convencimento como forma de imposição de um padrão de desenvolvimento industrial sustentado, supostamente, pelas preocupações em torno da elevação da qualidade de vida dos brasileiros.

Segundo Brasília Sallum, os Planos construídos com base no perfil explicitado anteriormente, como foi o caso do I e do II PND's, tornaram-se um grande "fardo" que o Estado nacional carregou e carrega até hoje, na forma de dívida externa. Essa dívida robusteceu graças aos empréstimos para grandes investimentos em projetos de desenvolvimento. Portanto, os Planos foram fadados ao fracasso, não havendo um processo dialógico entre os grupos sociais para que fossem analisadas as formas de atuação do processo de industrialização e de desenvolvimento nas diversas regiões do País. Houve, isto sim, a imposição de uma política pensada pelo Estado para a população e não da população para o Estado.

1.1 - Políticas para o desenvolvimento nacional e a interiorização do progresso

A política de desenvolvimento adotada na década de 1970 para as regiões consideradas pelo governo brasileiro como à margem do progresso socioeconômico, foi justificada a partir das problemáticas vivenciadas nas cidades centro.¹⁰

O Estado brasileiro apoiou-se no discurso do bem-estar social, incentivando a migração para as regiões menos exploradas, mediante uma óptica desenvolvimentista. No entanto, essa solução, que objetivava amenizar os problemas criados nos contextos sociais urbanos, produziu um movimento migratório cíclico, em que as pessoas deslocavam-se entre o meio rural e as cidades em busca de melhores possibilidades de trabalho e de vida. De acordo com o II PND – Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste,

As possibilidades que a Região apresenta a esse respeito devem ser aproveitadas no sentido de orientar as correntes migratórias para as áreas menos povoadas, mas que dispõem de efetivas condições de exploração, de modo a permitir a integração da mão-de-obra migrante ao processo produtivo local. Essa orientação é de significação expressiva em termos da geopolítica nacional, pois permitira: uma redução no processo de concentração industrial, ao tornar viável o crescimento populacional do país com menores pressões sobre as Regiões Metropolitanas e os centros urbanos de maior porte (...) (BRASIL, II PND, 1975, p.73).

Os movimentos migratórios anteriores à década de 1970, provocaram o inchamento das cidades centrais. A solução para tal questão e também para a resolução do problema da pequena densidade demográfica nas regiões Centro-Oeste e Norte, foi o incentivo a um novo processo de ocupação que vinha ao encontro dos projetos econômicos de desenvolvimento do Estado nacional. Investiu-se em regiões do Brasil pouco exploradas como uma forma de expansão das relações de produção do sistema capitalista no País.

Para uma reflexão acerca dos problemas sociais ocasionados pela colonização contemporânea brasileira e a conseqüente migração, atentemos para as considerações de Cláudio Alves de Vasconcelos, elaboradas no texto intitulado *A colonização contemporânea no Brasil e suas implicações sobre a sociedade brasileira*. Segundo Vasconcelos,

¹⁰ Tais problemáticas estavam relacionadas ao aumento populacional das cidades, que não estavam preparadas para receber um grande contingente de pessoas em busca de trabalho, gerando um aumento do número de trabalhadores desempregados e, conseqüentemente, a queda nos padrões de qualidade de vida, a falta de moradia, de assistência à saúde e de saneamento básico. Esta dinâmica teve como principal razão os conflitos em torno da propriedade da terra no território nacional, o que levou os destituídos de tal bem a buscarem oportunidades de uma vida melhor nos centros urbanos ou em novos Estados.

A colonização contemporânea no Brasil, especificamente da década de 50 até 80, seja ela uma colonização controlada pela federação, pelos Estados ou particulares, tem causado, na maioria das vezes, consideráveis transtornos à sociedade brasileira. Ao invés de fixar o homem a terra, tem provocado exatamente o contrário. O homem, que através da colonização espontânea ia-se fixando a terra, foi obrigado a abandoná-la na ilusão de adquirir uma parcela de terra em áreas designadas para a colonização dirigida (...) A colonização na forma como se tem realizado, promoveu inegavelmente o aumento da população em determinadas regiões do país e influenciou decisivamente na formação de diversos centros urbanos (VASCONCELOS, 1997, p. 79-80).

Nesse contexto de incentivo à colonização de novas áreas, o governo brasileiro, tendo como uma de suas metas a preocupação com as questões de cunho social, elaborou projetos que não só proporcionariam um rápido desenvolvimento industrial, mas também resolveriam os problemas em torno da questão do trabalhador. A intenção era gerar empregos e dar oportunidades aos interessados em se aventurar no movimento desenvolvimentista e alcançar seus sonhos de uma vida melhor.

A crise do petróleo de 1973 despertou a preocupação do Estado brasileiro em relação ao desenvolvimento das regiões periféricas. Foram elaborados projetos para analisar as potencialidades de tais regiões, a fim de equacionar de que forma elas poderiam contribuir com o desenvolvimento do País. O governo brasileiro, vislumbrando a produção de outras fontes energéticas (o que, aos olhos do governo, traria ao Brasil um rápido desenvolvimento), voltou seus interesses para as regiões que possuíam abundância de fontes de energia ou que eram passíveis de investimentos em tais setores.

Seria inviável crescer rapidamente sem acelerada expansão da oferta de energia. Por isso, será necessário reduzir, dentro do setor de energia, a dependência em relação ao petróleo (substituindo-o pela eletricidade, e também por carvão, por ser este abundante no mercado, embora importado em parte); economizar petróleo, principalmente para a utilização em transporte; e reduzir, no total do consumo de petróleo, a parcela importada (BRASIL, II PND, 1975, p. 82).

A partir desse momento, entre as décadas de 1960 e 1970, foram impulsionados os investimentos para o reflorestamento com eucalipto e pinus no Brasil, com o intuito de aumentar a produção de insumos básicos relacionados à produção de fontes de energia.

Com essas primeiras considerações, pretendemos demonstrar que os projetos industrializadores e a política desenvolvimentista brasileira, pautados na dependência do capital estrangeiro, foram construídos ao longo do processo de implantação da política capitalista no País. O resultado desses projetos contribuiu para a caracterização das

relações de trabalho no campo, mantidas nas regiões delimitadas para se implantar uma interiorização do desenvolvimento.

O enfoque central desta abordagem está relacionado às propostas industrializadoras (pensadas pelos governos) que foram estabelecidas entre o período de 1964 a 1985, e que deram sustentação para a formação do Maciço Florestal de Eucalipto e a sucessiva manutenção da atividade carvoeira no Estado de Mato Grosso do Sul.

Foi nesse período que o governo federal (em parceria com os governos estaduais) propôs programas de desenvolvimento para as regiões do País que, segundo os projetos viabilizados pelo Ministério do Interior por intermédio da Fundação João Pinheiro, tinham um grande potencial especialmente relacionado à produção de insumos básicos. Esses projetos foram elaborados com o objetivo de alcançar rapidamente o progresso socioeconômico de determinadas regiões. Traziam em seu bojo a “racionalidade” como uma das formas de efetivar as ações, conforme consta no documento transcrito abaixo, emanado do Ministério do Interior:

O atual estágio de desenvolvimento brasileiro condiciona as ações imediatas sem que se possa estabelecer o processo formal do planejamento em etapas seqüenciais e complementares. Isto força-nos à busca de uma racionalidade nas intervenções governamentais, que torne o planejamento um processo cada vez mais dinâmico e apto a atender com rapidez as transformações sócio econômicas (*sic*) e as constantes solicitações políticas (BRASIL, 1977 - 78, p. 3).

A bandeira levantada era a do desenvolvimento via industrialização. Os projetos foram encomendados à Fundação João Pinheiro e visavam encontrar nas regiões pouco exploradas pela política capitalista, formas de dar seqüência aos planos industrializadores propostos pelo Estado, com o intuito de promover no Brasil o desenvolvimento do capitalismo industrial, que era a grande promessa de tirar o País do seu “indesejável” estágio de subdesenvolvimento.

Como consta na documentação¹¹, o processo de desenvolvimento seria pensado com racionalidade, a fim de garantir o dinamismo nas ações de planejamento. As preocupações da época giravam em torno da auto-afirmação do Brasil. Suas unidades federativas eram promissoras, o que proporcionava espaço para a abertura econômica que viria a contribuir, segundo a óptica das instituições governamentais, para a prosperidade industrial e social do País.

Os projetos governamentais propunham a reconstrução da nação brasileira:

O Brasil pode, validamente, aspirar ao desenvolvimento e à grandeza. Até o final da década, estará o Brasil sob a égide de duas realidades principais: a consciência de potência emergente e as repercussões do atual quadro internacional (...) o propósito é retirar da realidade recente, de níveis mais altos de relacionamentos entre os diferentes blocos, sem com isto tornar mais vulneráveis os objetivos nacionais (...) a orientação de um nacionalismo positivo, voltada para assegurar a execução da estratégia nacional de desenvolvimento, realizando o equilíbrio entre o capital nacional e estrangeiro, e garantindo, na articulação com a economia internacional, a consecução das metas do País (BRASIL, 1974, p. 23-34).

As evidências mostram que esse modelo de discurso, relacionado à industrialização e ao desenvolvimento, continuou a ser o chavão da classe dominante.

O discurso do *nacionalismo positivo* enfatizava a priorização também das empresas nacionais, uma vez que tais empresas fariam parte do “tripé”¹² que sustentaria o II PND. Porém, a maior parte das empresas nacionais ligadas ao reflorestamento, que foram beneficiadas com incentivos fiscais no Brasil, era dependente de capital estrangeiro e defendia os interesses governamentais. Portanto, o capital acumulado por tais empresas a partir do apoio estatal retornava às “mãos” da economia internacional, não sendo investido no mercado interno, tampouco voltando para resolver os problemas sociais brasileiros.

¹¹ Documentos do acervo da extinta SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) que atualmente se encontram no CDR – Centro de Documentação Regional, no *Campus* de Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

¹² O tripé que deu sustentação ao II Plano Nacional de Desenvolvimento era composto pelas empresas estrangeiras, pelo apoio estatal e pelas empresas nacionais, sendo as últimas consideradas o ponto fraco do conjunto.

O dito *nacionalismo positivo* presente na fala dos representantes do governo federal e explicitado no II PND, comprova a tese de que o Estado investiu na construção de uma consciência nacional baseada na “internalização” do desenvolvimento, e que tal investimento seria a única saída para o Brasil se tornar uma grande potência mundial, o que “solucionaria” todos os problemas, principalmente aqueles relacionados ao subdesenvolvimento brasileiro.

A implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento adquiriu uma característica baseada na construção de verdades no imaginário coletivo, com base no discurso autorizado das instituições governamentais e dos elementos simbólicos construídos por meio do controle da mídia e de outras instituições que eram (e ainda o são) formadoras de opinião e que ofereceram condições para a expansão do discurso desenvolvimentista, de modo que se garantisse sua aceitação e seu sucesso perante a nação.

Ao pensarmos no poder que o conceito de nação adquiriu, quando utilizado para a implementação de projetos político-sociais, torna-se oportuna a verificação de Hobsbawm sobre o assunto:

Como a maioria dos estudiosos rigorosos, não considero a “nação” como uma entidade social originária ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. Além disso, com Gellner, eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. “As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político (...) inerente, é um mito; o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e freqüentemente oblitera as culturas preexistentes: isto é uma realidade” (HOBSBAWM, 1990, p.19).

O autor enfatiza que no processo de construção de uma nação estão embutidos os interesses políticos e econômicos que tornam possíveis a implementação de projetos sociais, o que Gellner¹³ denomina de *engenharia social*. Tendo como norte tal análise, é possível refletir sobre a influência dos discursos populistas “injetados” pelo Estado nacional na mentalidade das pessoas comuns. Foi um processo tão poderoso que mexeu com os sonhos de milhares de pessoas, que acreditaram em uma possibilidade de mudança em suas vidas. Depositaram suas esperanças em tais projetos, que visavam ao “bem-estar” da nação brasileira.

¹³¹³ Ernest Gellner (1925-1995), filósofo britânico, antropólogo e sociólogo. Aborda em suas discussões a questão da nação e do nacionalismo.

Marilena Chauí, em sua obra *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*, interpreta o conceito de “nação” como sendo uma prática social construída a partir da óptica que cada grupo dirigente tem em relação às necessidades da política capitalista. Segundo ela,

Esse movimento invisível não indica apenas uma luta política e ideológica para se apossar de uma fala nacional (...), mas indica ainda que a Nação não é uma essência (...) a nação não é coisa nem idéia, não é um dado factual nem ideal, não é algo que possa ser circunscrito como um ser determinado nem como uma idéia à priori da razão – é uma prática política e social, um conjunto de ações e relações postas pelas falas e pelas práticas sociais, políticas e culturais para as quais ela serve de referência empírica, imaginária e simbólica. A nação não é, ela se faz e refaz (CHAUÍ, 1989, p. 114).

Assim como o conceito de nação, o de região está intimamente ligado às relações e aos processos sociais por meio dos quais tal conceito é produzido. Desse modo, não é algo dado, ele “se faz e refaz”. Não se limita a uma definição estritamente espacial ou física. A região, no contexto trabalhado, é pensada como um conjunto de forças simbólicas construídas de forma que se atribua um significado “real” para sua existência político-administrativa.

A delimitação das fronteiras regionais em seus aspectos culturais estava intimamente ligada ao poder autorizado dos discursos dominantes, que se concretizavam na figura dos intelectuais ligados às várias áreas do conhecimento e que, por meio de seus estudos encomendados, “inventaram” regiões como uma forma de justificar as divisões territoriais. Nesse sentido, o regionalismo, tomado pela óptica da dominação, tornou-se uma arma de controle social construído a partir das identidades de grupos, criadas por *representações mentais* e *representações objetivas* (BOURDIEU, 1989, p. 112). Ao delimitar-se uma região, delimita-se também o espaço que cada pessoa ocupará dentro de uma lógica que cria o perfil sociocultural e define o estereótipo de um povo que vive em determinada localidade. Tais definições possibilitam também identificar o outro e fazê-lo existir enquanto diferente, elemento este próprio de uma construção identitária.

O conceito de região, como é entendido pelas instituições que representam o poder político e intelectual, tem como objetivo separar e delimitar o interior em relação ao exterior, definindo as regiões como estando ou não à margem em relação aos centros políticos e econômicos. É nesse sentido que se manifesta a atuação do Estado nacional, via instituições contratadas (a Fundação João Pinheiro) e criadas (a SUDECO) para definir quais seriam as atribuições dadas a cada região delimitada para a “internalização” do

desenvolvimento. Assim, foram apontadas quais atividades caberiam às regiões tidas como pouco desenvolvidas e despovoadas, demonstrando uma certa *descontinuidade decisória na continuidade natural* (BOURDIEU, 1989, p. 113).

Não se criam apenas espaços e fronteiras, criam-se também culturas, sotaques, símbolos, que afirmam e reafirmam a existência das fronteiras regionais. O reconhecimento das regiões enquanto áreas que congregam pessoas de culturas e de línguas semelhantes ganham dimensão a partir dos discursos autorizados das instituições de poder, que fazem de sua fala *uma verdade que tem força de lei e produz a existência daquilo que anuncia* (BOURDIEU, 1989, p. 114).

Nos planos da classe governante, duas características tornam-se marcantes: a de uma industrialização acelerada e a de um desenvolvimento que propõe racionalidade em suas ações. Foi a partir dos projetos de desenvolvimento econômico-industrial para os Estados brasileiros, que visavam ao desenvolvimento das regiões, que foi possível, nessa perspectiva analítica, a instalação da atividade carvoeira no atual Estado de Mato Grosso do Sul.

1.2 - O II PND e a política de reflorestamento para Mato Grosso do Sul.

O II PND se desdobrou em outros planos que tinham como objetivo a elaboração de diagnósticos sobre as possibilidades de investimentos nos setores agropecuário e agroindustrial para as regiões estabelecidas. Feito o diagnóstico, ficava sob a responsabilidade da SUDECO¹⁴ pôr em prática o desenvolvimento das atividades econômicas propícias para as áreas estudadas.

Ficou a cargo da Superintendência do Desenvolvimento para a região Centro-Oeste¹⁵ realizar os estudos iniciais sobre os aspectos físicos. Segundo essa instituição, as análises demonstrariam as *potencialidades efetivas* do espaço geográfico em questão e, a partir delas, seria possível equacionar sua contribuição com os objetivos gerais do II PND, que era a interiorização do desenvolvimento pela industrialização.

No discurso do programa de ação do governo federal para a região Centro-Oeste, ficava exposta a importância de orientar as correntes migratórias para as regiões menos povoadas do País, como forma de proporcionar possibilidades de trabalho à mão-de-obra migrante e assim fazer com que essas pessoas se integrassem ao processo produtivo local. A mão-de-obra migrante tornava-se refém dos projetos do II PND. Eram trabalhadores temporários, que representavam baixos custos de mão-de-obra para os empresários que investissem nas atividades econômicas da região via apoio do governo federal.

Além da suposta preocupação com o povoamento das regiões com baixa taxa demográfica, havia outros objetivos, como *a implantação e o desenvolvimento de pólos estratégicos de ocupação territorial, indutores de substancial incremento de alimentos e matérias-primas; uma redução no processo de concentração industrial, uma melhor distribuição de renda nacional pela criação de novas oportunidades de trabalho* (BRASIL, II PND, 1975, p.73).

As observações feitas a partir dos documentos elaborados pelo governo nacional para a região Centro-Oeste demonstram que o conceito de região, pensado de acordo com

¹⁴ A SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – foi criada em 1967, com o objetivo de elaborar projetos que visassem ao desenvolvimento da região. Tinha também a incumbência de formular tais projetos tendo em vista amenizar as disparidades regionais em relação às questões sociais e econômicas. Sua área de atuação reunia cinco programas especiais: PRODEPAN, POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, PODEGRAN e REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA.

¹⁵ A região Centro-Oeste foi o espaço delimitado para nossas análises. A Micro-Região de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, ainda Mato Grosso até 1977, corresponde à área de enfoque principal.

as projeções de desenvolvimento estabelecidas pelo II PND, assume um caráter político e administrativo.

O programa responsável pela incorporação dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso aos Planos Nacionais de Desenvolvimento foi denominado POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados). A finalidade desse programa foi incorporar, entre os anos de 1975 e 1979, 3 milhões de hectares de cerrado à atividade agropecuária, sendo 1,8 milhões com agricultura (cf. BRASIL, 1975, p. 98).

Ressaltamos as programações do governo federal para o Centro-Oeste, de forma que pudéssemos esclarecer a dimensão que tomou o II PND. Esse plano redefiniu política e administrativamente as áreas do País, indicando suas potencialidades e que adjetivos poderiam contribuir para o desenvolvimento industrial do Brasil.

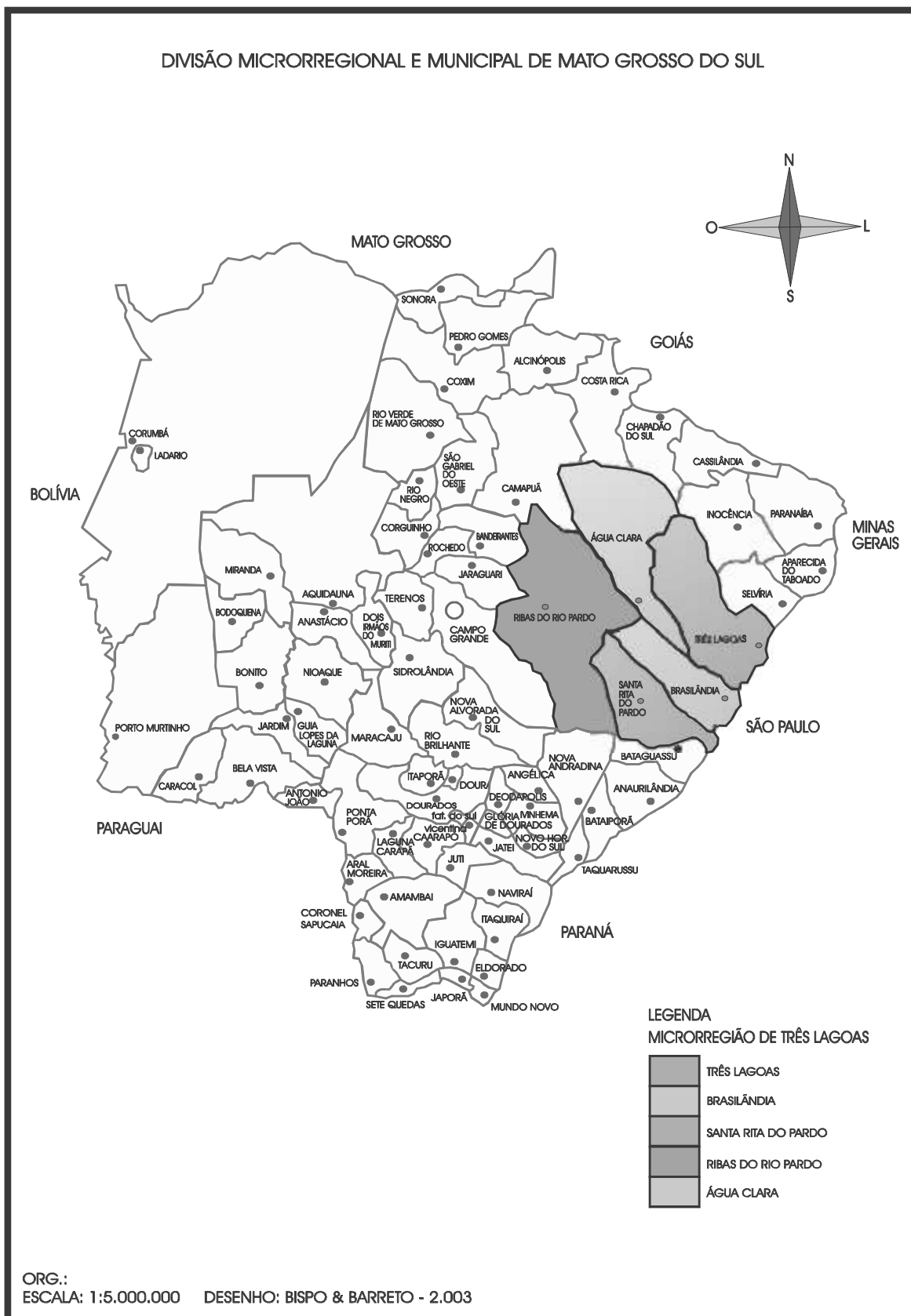
Depois desse panorama geral sobre os projetos, direcionaremos nossas preocupações para o caso da Micro-Região de Três Lagoas em Mato Grosso do Sul¹⁶ (ver figura 01). Esta é a nossa área de interesse, pois é nesse espaço geográfico que o Maciço Florestal de Eucalipto do Mato Grosso do Sul se localizava, atraindo investimentos econômicos fundamentais para a prosperidade da atividade carvoeira no Estado.

O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 1977 pela Lei Complementar n° 31, de 11 de outubro de 1977. Porém, sua instalação definitiva ocorreu em 1° de janeiro de 1979. Sua criação estava inserida nos projetos desenvolvimentistas do Estado nacional. As atividades que se destacavam naquele momento eram a pecuária, a agricultura e o reflorestamento. Segundo a óptica das instituições governamentais envolvidas na elaboração dos projetos, o que a região requeria era que, com uma certa urgência, se adotassem políticas que efetivamente permitissem *aos seus municípios bem cumprirem o respectivo papel no processo de desenvolvimento nacional* (MATO GROSSO DO SUL/SEPLAN, 1985, p. 23). Foi a partir desse objetivo central, presente na fala da elite governante estadual, que se configuraram os planejamentos para a prosperidade econômica, política e social de Mato Grosso do Sul.

Figura 1 : Mapa destacando a Micro-Região de Três Lagoas

¹⁶ A Micro-Região de Três Lagoas localiza-se na porção leste de Mato Grosso do Sul e compreende os seguintes municípios: Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas, Água Clara, Brasilândia e Santa Rita do Pardo. Enquanto espaço físico, compreende o território entre os rios Sucuriú, Paraná e Pardo. Essa denominação, micro-região, foi dada na década de 1970 pelo Ministério do Interior representado pela SUDECO na região em questão. Sua função era “incentivar” a industrialização dessas regiões e “proporcionar” às pessoas – migrantes ou não – melhores condições de vida nessas localidades. Desse modo, para concentrar estudos específicos às possibilidades de investimentos de cada região, denominaram-nas a partir de características - geopolíticas – semelhantes.

DIVISÃO MICRORREGIONAL E MUNICIPAL DE MATO GROSSO DO SUL



Como forma de implementar os projetos, o Estado foi dividido em Macro e Micro-Regiões, para uma melhor identificação de suas potencialidades relacionadas às atividades econômicas. Ater-nos-emos ao projeto de reflorestamento delimitado para a Micro-Região de Três Lagoas que, até o início da década de 1980, compreendia os municípios de: Santa Rita do Pardo, Três Lagoas, Brasilândia e Água Clara. A partir de 1987, o município de Ribas do Rio Pardo foi incluído na referida Micro-Região.

Para uma reflexão acerca das possibilidades de investimentos no Estado de Mato Grosso do Sul com base na óptica dos institutos de pesquisas financiados pelo governo federal, é relevante citar um documento¹⁷ intitulado *O Maciço Florestal de Eucalipto de Mato Grosso do Sul: uma opção de investimento*, datado de julho de 1985:

Em 1966, o Governo Federal promulgou a Lei número 5.106, concedendo incentivos fiscais a empreendimentos florestais no País. Quatro anos depois, em 1970, esta lei foi alterada pelo decreto Lei 1.134, visando proceder algumas correções quanto à aplicação dos recursos liberados para esta finalidade. Ambos os documentos legais permitiram investir parte do Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas em reflorestamento. Foi nessa época que se iniciou a implantação de florestas no Mato Grosso do Sul, notadamente nos municípios localizados na região Leste do estado. Por ser esta uma região altamente vocacionada, esta nova atividade teve pleno êxito (...) Essas florestas, além da importante função social que representam, gerando empregos e outros melhoramentos a uma população até então isolada no resto do estado, tinham como objetivo maior assegurar o suprimento contínuo de madeira e de outros produtos e subprodutos (MATO GROSSO DO SUL, 1985, p. 04).

Como consta no documento supracitado, o governo pretendia afirmar as possibilidades que a região leste do Estado oferecia para a implantação de atividades agroindustriais. Segundo o documento referendado, esses investimentos teriam também, além de uma perspectiva industrializadora, de cunho econômico, uma função social baseada na geração de empregos e em outros melhoramentos para a população local.

Para concretizar os projetos de desenvolvimento industrial, era preciso um grande investimento em infra-estrutura. Somente as grandes empresas, com apoio financeiro do Estado nacional, tiveram a possibilidade de investir nas atividades agropecuárias e agroindustriais na região Centro-Oeste. Os sonhos da posse da terra e de melhora nas questões financeiras ficaram restritos aos empresários, que obtiveram via créditos de financiamento oferecidos pelo governo federal, condições para implantação e manutenção das atividades industriais estabelecidas para essa região. Os migrantes, que viam nesses

projetos a possibilidade de posse da terra e de oportunidades de trabalho, foram levados à condição de trabalhadores volantes que ao término de seus trabalhos com as atividades temporárias, buscavam outras atividades e/ou migravam para as cidades.

No final da década de 70, dezenas de “grandes fazendas de árvores” como a ITAPEVA, REFLORESTADORA INVEST, TRANSPARANÁ e RAMIRES, entre outras, abrigavam mais de mil trabalhadores cada uma (...). Enquanto isto, dezenas de “escritórios encarregados da captação de recursos para plantios de florestas de eucaliptos” proliferavam em Campo Grande, Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo (GUERRA, 1996, p. 16).

A política pensada com bases na construção de um Estado industrializado, mais condizente com a realidade do País, segundo os documentos do Ministério do Interior, veio favorecer a concentração de terras sob o poder de grupos políticos regionais. Aos migrantes faltou a oportunidade de emprego e de acesso à terra¹⁸, provocando o êxodo rural e levando à concentração demográfica no meio urbano (cf. tabela 01).

O discurso construído pelo governo federal, incentivando a população a se deslocar para as regiões menos povoadas, demonstrava a política desenvolvimentista implementada por meio das leis decretadas no período militar e que beneficiou apenas os empresários capitalistas, que se tornaram latifundiários, apropriando-se de grandes fazendas com subsídios advindos dos incentivos fiscais.

Foi assim, então, entendendo que a propriedade da terra no Brasil emperrava o desenvolvimento do capital na agricultura que, o governo militar brasileiro, criou os incentivos fiscais, numa tentativa de avançar nesse setor, sem, contudo, impugnar o direito da propriedade da terra, que vinha se processando por meio dos movimentos, quer pela nacionalização, quer pela reforma agrária. Esse processo veio contra o movimento da reforma agrária e da pequena propriedade, pois subsidiava a transformação dos grandes capitalistas em proprietários de terra (ARANHA, 2002, p.63).

O amparo legal às empresas que investissem nos projetos de florestamento e de reflorestamento veio com a lei 5.106, de 02 de setembro de 1966: ficava garantido um desconto de até 50%, em relação ao investimento efetuado, nos impostos de renda em débito de pessoas jurídicas, e 100% para pessoa física. Em 1967 foi elaborado um decreto-

¹⁷ Escrito pelo secretário de Estado de Indústria e Comércio Eraldo Saldanha Moreira.

¹⁸ Os empregos nas fazendas eram temporários, ocorrendo somente no período de desmatamento, plantio e corte da madeira. Por esse motivo os trabalhadores não tinham vínculo com a empresa, tornando-se assim trabalhadores volantes.

lei, denominado *Fundo 157*, que tinha a função de gerenciar os recursos voltados para os empreendimentos em florestamento.

Tabela 1 - Evolução Demográfica da Micro-Região de Três Lagoas – MS

NOME DOS MUNICÍPIOS	1.940					1.950				
	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%
ÁGUA CLARA										
BRASILÂNDIA										
RIBAS DO RIO PARDO						3.609	658	18,2	2.951	81,8
SANTA RITA DO PARDO										
TRÊS LAGOAS	15.378	6.110	39,7	9.268	60,3	18.803	8.769	46,6	10.034	53,4
MICRO REGIÃO DE TRÊS LAGOAS	15.378	6.110	39,7	9.268	60,3	22.412	9.427	42,1	12.985	57,9
OUTROS MUNICÍPIOS DE MS	223.262	74.307	33,3	148.955	66,7	286.983	104.118	36,3	182.865	63,7
TOTAL MATO GROSSO DO SUL	238.640	80.417	33,7	158.223	66,3	309.395	113.545	36,7	195.850	63,3

NOME DOS MUNICÍPIOS	1.960					1.970				
	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%
ÁGUA CLARA	2.070	521	25,2	1.549	74,8	3.201	646	20,2	2.555	79,8
BRASILÂNDIA						10.400	1.617	15,5	8.783	84,5
RIBAS DO RIO PARDO	4.065	1.345	33,1	2.720	66,9	3.530	1.083	30,7	2.447	69,3
SANTA RITA DO PARDO										
TRÊS LAGOAS	32.023	15.576	48,6	16.447	51,4	55.513	41.132	74,1	14.381	25,9
MICRO REGIÃO DE TRÊS LAGOAS	38.158	17.442	45,7	20.716	54,3	72.644	44.478	61,2	28.166	38,8
OUTROS MUNICÍPIOS DE MS	541.494	224.646	41,5	316.848	58,5	925.567	407.639	44,0	517.928	56,0
TOTAL MATO GROSSO DO SUL	579.652	242.088	41,8	337.564	58,2	998.211	452.117	45,3	546.094	54,7

NOME DOS MUNICÍPIOS	1.980					1.991				
	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%
ÁGUA CLARA	4.808	1.358	28,2	3.450	71,8	6.539	2.265	34,6	4.274	65,4
BRASILÂNDIA	12.631	3.594	28,5	9.037	71,5	10.349	4.885	47,2	5.464	52,8
RIBAS DO RIO PARDO	11.318	2.909	25,7	8.409	74,3	13.423	5.577	41,5	7.846	58,5
SANTA RITA DO PARDO						5.534	2.276	41,1	3.258	58,9
TRÊS LAGOAS	57.904	48.697	84,1	9.207	15,9	68.162	61.650	90,4	6.512	9,6
MICRO REGIÃO DE TRÊS LAGOAS	86.661	56.558	65,3	30.103	34,7	104.007	76.653	73,7	27.354	26,3
OUTROS MUNICÍPIOS DE MS	1.282.906	862.565	67,2	420.341	32,8	1.676.366	1.337.794	79,8	338.572	20,2
TOTAL MATO GROSSO DO SUL	1.369.567	919.123	67,1	450.444	32,9	1.780.373	1.414.447	79,4	365.926	20,6

NOME DOS MUNICÍPIOS	1.996				
	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%
ÁGUA CLARA	8.219	4.499	54,7	3.720	45,3
BRASILÂNDIA	10.595	5.469	51,6	5.126	48,4
RIBAS DO RIO PARDO	13.968	7.741	55,4	6.227	44,6
SANTA RITA DO PARDO	6.316	2.763	43,7	3.553	56,3
TRÊS LAGOAS	74.797	69.030	92,3	5.767	7,7
MICRO REGIÃO DE TRÊS LAGOAS	113.895	89.502	78,6	24.393	21,4
OUTROS MUNICÍPIOS DE MS	1.813.939	1.514.816	83,5	299.123	16,5
TOTAL MATO GROSSO DO SUL	1.927.834	1.604.318	83,2	323.516	16,8

Fonte :

CENSO DEMOGRAFICO 1940 - NÚMERO 2827 – p. 123 a 125

CENSO DEMOGRÁFICO 1950 - NÚMERO 2828 – p. 76 a 79

CENSO DEMOGRÁFICO 1960 - NÚMERO 434-A – p. 03 a 11

CENSO DEMOGRÁFICO 1970 - NÚMERO 515 – p. 234 a 341

CENSO DEMOGRÁFICO 1980 - NÚMERO 520 – p. 02 a 09

CENSO DEMOGRÁFICO 1991 - NÚMERO 2648 – p. 58 a 66

CONTAGEM 1996 – p. 667 a 671

Com base nessas perspectivas, o governo federal implementou a formação de vários programas de incentivo à industrialização dos Estados, que, segundo o discurso governista, se distanciavam da realidade dos grandes centros produtivos, como, por exemplo, São Paulo. O *espaço mato-grossense*¹⁹ foi incluído nesses programas.

A proposta do governo para reformular a imagem da região era a de industrializá-la e modernizá-la. Segundo o Secretário de Estado de Indústria e Comércio, em pronunciamento no documento intitulado *O Maciço Florestal de Eucalipto de Mato Grosso do Sul: uma opção de investimento*, a região era *até então isolada do resto do estado*.²⁰

Aliada à industrialização vinha a proposta de geração de empregos dignos, que iriam “salvar” a população sul-mato-grossense de sua pouca qualificação para o trabalho industrial e proporcionar melhorias relacionadas às questões sociais. É necessário refletir até que ponto esses projetos de construção de um Estado “desenvolvido” e “industrializado” dos governos federal e estadual realmente se voltaram para os interesses da população que vivia nesse espaço.

Diante das proposições expostas, evidencia-se a postura social e política incorporada pelos grupos dirigentes, que perpassava todo o processo. As políticas nacionais e estaduais de incentivos fiscais implantadas a partir da década de 1960, tinham no bojo de seu planejamento a construção de uma identidade brasileira voltada para a industrialização e não mais relacionada a um País essencialmente agrícola, o que se afastava das aspirações das grandes potências econômicas.

A partir da busca por um novo padrão de industrialização, o governo federal promoveu, por intermédio de sua política de desenvolvimento, a formação de um maciço florestal de eucaliptos no atual Estado de Mato Grosso do Sul, para que fossem instaladas indústrias de papel e de celulose.

A Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho de Mato Grosso do Sul (SPIFCTMS) teceu alguns comentários referentes à

¹⁹ Expressão usada pela geógrafa Silvana de Abreu, professora da UFMS, no *Campus* de Dourados, para definir os espaços geopolíticos constituídos por Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a partir de um enfoque de atuação dos planejamentos da SUDECO para a região Centro-Oeste.

²⁰ (...) *foi nessa época que se iniciou a implantação de florestas no Mato Grosso do Sul, notadamente nos municípios localizados na região Leste do estado. Por ser essa uma região altamente vocacionada (...) gerando empregos e outros melhoramentos a uma população até então isolada do resto do estado* (...) (MATO GROSSO DO SUL, 1985, p.04).

instalação do Maciço Florestal de Eucalipto na Micro-Região de Três Lagoas.²¹ Afirmou-se que as relações de trabalho mantidas nas carvoarias do Estado eram frutos da falência dos projetos de incentivo à industrialização promovido pelos órgãos governamentais, depositando nesses programas a responsabilidade pela exploração do trabalhador das carvoarias.

É importante ter em mente que, mesmo que as evidências apontem para essa hipótese, vivenciava-se um determinado período da história em que se acreditava (cada grupo a partir de suas referências e suas práticas sociais refletidas a partir de interesses políticos, sociais e econômicos próprios) no desenvolvimento do País por meio da industrialização.

Ademais, os discursos do Estado nacional foram embasados partindo de interesses internacionais, bem como nacionais, voltados ao mercado brasileiro, com o intuito de conscientizar as pessoas de que chegara o momento de o Brasil transformar suas bases econômicas. Para uma reflexão acerca do assunto, citamos as interpretações de Boris Fausto:

A promoção do “Brasil grande potência” foi realizada a partir da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criadas no governo Costa e Silva, mas que não chegou a ter importância nesse governo. Foi na época do “Ninguém segura este país”, da marchinha *Prá Frente Brasil*, que embalou a grande vitória brasileira na Copa do Mundo de 1970. Foi a época em que muitos brasileiros idosos de classe média lamentavam não ter condições biológicas para viver até o novo milênio, quando o Brasil se equipararia ao Japão (FAUSTO, 1999, p. 485).

Os agentes que faziam parte de setores governamentais, tendo como referência suas experiências e suas práticas sociais, idealizaram seus projetos concentrados na promoção do Brasil como a potência do futuro. Desse modo, as reflexões de Chauí alertam para se pensar a figura do Estado enquanto formador dos ideais populares que tornar homogênea a idéia de nação. *Não é casual, portanto, que no Brasil as idéias de consolidação nacional, construção, preservação, proteção, desenvolvimento, modernização, integração e conciliação nacionais tenham-se constituído em políticas culturais do Estado e para o Estado* (CHAUÍ, 1989, p.106).

As condições socioeconômicas sul-mato-grossenses na década de 1970 foram um reflexo dos planos do governo federal desenvolvidos na década anterior para a região. Esses planos priorizaram a ocupação do Estado por migrantes, fato que desencadeou um

²¹ Cf. em *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*, obra organizada pela Comissão Pastoral da Terra

crescimento populacional e uma abertura para a agroindústria e a atividade pecuária, desenvolvendo também um processo de formação das grandes propriedades.

Enquanto alguns fatores colaboravam para a “industrialização” da região, outros – segundo a óptica da classe governante – foram entraves. Temos como exemplo a dependência do Estado em relação à energia elétrica, à mão-de-obra pouco qualificada e à precária infra-estrutura. Mesmo sendo extremamente rico em relação aos recursos naturais, era difícil atrair investidores para tal localidade, pois isso implicaria em gastos altíssimos, a fim de manter qualquer atividade industrial. Os investimentos estatais tornaram-se indispensáveis para o desenvolvimento da região.

Ao afirmar que a região Centro-Oeste (mais precisamente o Estado de Mato Grosso do Sul) era rica em recursos naturais, porém, precária no que se refere à mão-de-obra qualificada para promover a melhoria da região, justificava-se o processo de colonização e mesmo o processo de divisão do Estado de Mato Grosso e os grandes planos de desenvolvimento elaborados pelo governo e direcionados à região.

Para uma reflexão mais aprofundada sobre esse contexto, eis um trecho retirado do documento intitulado *Planejamento Regional: uma experiência na região Centro-Oeste*, datado de 1979 e de responsabilidade do MINTER/SUDECO:

Na verdade, o Centro-Oeste, região relativamente despovoada, inserida em grande parte na Amazônia Legal, representando 25% da superfície do País, com imensas áreas de cerrado ao lado de extensas manchas de terras extremamente férteis, vem se constituindo no celeiro agrícola e oferecendo expressiva contribuição para a expansão da fronteira nacional, a par do aproveitamento de outras riquezas que compõem e fundamentam a sua economia em fase de acentuado crescimento. Sendo uma região submetida a intenso fluxo migratório, impondo-lhe um estágio dinâmico de ocupação, tem sido o Centro-Oeste um campo de novas experiências de colonização, de implantação de empresas rurais e, mais recentemente, assumiu expressão histórica significativa no processo de redivisão territorial brasileiro (BRASIL, 1979, p. 09).

Os recursos naturais faziam com que o Estado de Mato Grosso do Sul fosse ainda mais visado pelos planos dos governos federal e estadual. Esses recursos trariam para a localidade empresas interessadas em investimentos agroindustriais e serviriam não somente como fonte de energia, mas também como via de transporte para o escoamento da produção.

Segundo Cláudio Guerra²², a precariedade e até mesmo a falta de uma política ambiental e de mecanismos funcionais de fiscalização, mediante a irracional expansão das atividades da agropecuária, trouxeram conseqüências negativas para o Estado, como, por exemplo, um enorme *déficit ambiental*.

Um intenso processo de desagregação dos recursos naturais atingiu especialmente o pantanal e o cerrado, ecossistemas bastante frágeis diante do porte e da variedade dos impactos sofridos (...) O extrativismo vegetal ainda tem participação relevante na economia estadual, principalmente a erva mate, o quebracho, a lenha e a madeira. A comercialização da madeira e a produção de carvão vegetal têm peso econômico considerável na região leste do estado, esta última especialmente na micro-região de Três Lagoas (GUERRA, 1996, p. 01).

O processo de carência, no que diz respeito aos recursos naturais, era uma conseqüência da utilização desses recursos sem planejamentos adequados, pois visavam apenas atender às necessidades do momento. Era um processo de industrialização acelerado que tinha, com base no II PND, o objetivo de substituir produtos importados por produtos do País. A crise do petróleo de 1973, que provocou o encarecimento do produto, foi um fator de considerável importância para se pensar sobre a necessidade do Brasil investir na autonomia de produção de insumos básicos, bem como de bens de capital.

O I PND enfocava e priorizava a “interiorização” do desenvolvimento e da industrialização por intermédio do processo de colonização das regiões “periféricas”, o que seria uma forma de “democratizar” as oportunidades de crescimento econômico e social, que até então se restringiam aos grandes centros econômicos. Seria também, segundo a óptica governante, um modo de os Estados “marginais” mostrarem seus potenciais, para contribuírem com o desenvolvimento do País.

De certo modo, o I PND trouxe à tona as problemáticas regionais, fazendo com que os interesses nacionais alcançassem as regiões tidas como marginais, bem como os interesses regionais tivessem uma abrangência nacional. Segundo Silvana de Abreu,

A base de sustentação seria o incentivo à política de desconcentração industrial e a política agrícola que, para o espaço mato-grossense, veio fomentar a atração e transferência de capitais nacionais e estrangeiros, sediados em outras Unidades da Federação, como São Paulo e Paraná, além de consolidar capitais regionais voltados para a agroindustrialização (...) (ABREU, 2001, p.267).

²² Engenheiro ambiental e pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais.

O II PND tinha como uma de suas preocupações criar fontes de energia. Era um problema evidente no período, principalmente após a crise do petróleo em consequência da Guerra do Yom Kippur, articulada pelos Estados árabes contra Israel, o que provocou um aumento abusivo no preço do produto.

Com a desmistificação do “milagre brasileiro”, período projetado como de uma grande prosperidade econômica - entre os anos de 1969 e 1973 – as preocupações dos grupos que representavam o governo passaram a ser outras. Os novos objetivos direcionaram-se para a produção de recursos energéticos, incrementando a economia exportadora e não mais importadora. Provavelmente foi esse um fator que direcionou os planos do governo para grandes investimentos nas áreas do País e que permitiam a realização dos projetos de industrialização: *O II PND tratou de incentivar os investimentos da grande empresa privada na produção de bens de capital. Todo o sistema de incentivos e créditos do BNDE foi laçado nesse esforço. Entretanto, a nova política colocava no centro do palco da industrialização a grande empresa estatal* (FAUSTO, 1999, p. 496).

O esforço dos órgãos governamentais para interiorizar e acelerar o processo de industrialização nas regiões “periféricas” do Brasil tem uma explicação no próprio processo do desenvolvimento do capitalismo monopolista no contexto internacional, provocando a integração da economia nacional com a economia estrangeira. A partir dessa articulação estratégica de mercados, foi possível obter empréstimos de bancos internacionais, para financiar os grandes investimentos propostos pelos projetos de desenvolvimento. Era, segundo o economista Albert Fishlow, *uma tentativa inoportuna de crescimento acelerado que serviu para adiar o ajustamento da economia e agravar o problema da dívida externa* (apud FAUSTO, 1999, p. 496).

Nesse contexto da história do Brasil, foram pensados os planos nacionais de desenvolvimento. Posteriormente tais projetos, que tiveram como suporte a política de incentivos fiscais e financeiros elaborada pelo governo federal com o apoio de empresas privadas, tornaram-se reais em momentos e locais estratégicos, oficializando a postura da política socioeconômica construída no País mediante as atividades agroindustriais estabelecidas para a região Centro-Oeste, bem como para as demais, como foi o caso da formação do Maciço Florestal de Eucalipto em Mato Grosso do Sul.

1.3 - A carvoaria, o fruto da falência desenvolvimentista

Com base nas reflexões destacadas no item anterior, é possível afirmar que a atividade carvoeira só se estruturou no Estado de Mato Grosso do Sul por consequência dos projetos de interiorização do desenvolvimento para os Estados periféricos, organizados pelo governo federal entre as décadas de 1960 e 1980.

Desde o período da ocupação territorial da região leste de Mato Grosso pela população “branca”, a grande propriedade se destacava em relação à pequena. Uma parte considerável da população que residia nas cidades que formavam a Micro-Região de Três Lagoas, concentrava-se no campo como pequenos proprietários ou trabalhadores rurais: peões, retireiros e arrendatários. A maioria deles trabalhava com a pecuária, atividade que se destacava dentre as demais.

Ao se referir à história do movimento de colonização entre finais do século XIX e início do século XX na região leste de Mato Grosso, Mendonça faz apontamentos que demonstram ser o latifúndio um elemento do processo histórico da região e que a questão agrária se tornou uma problemática presente no cotidiano das pessoas que se fixaram nessa localidade:²³

(...) homens do campo que continuaram labutando na roça ou servindo de peões, sem possibilidades de adquirirem sequer um retalho de terra. São seus herdeiros, hoje os sem terra, expulsos do solo que lavraram e amargaram, um trabalho que nada lhes devolveu. Correspondeu este o tempo em que espaço indiviso tornou-se demarcado (MENDONÇA, 1991, p. 86-87).

Com base nessa estrutura baseada no latifúndio e em uma população rural empobrecida, foram pensados os projetos desenvolvimentistas para o Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como proposta central promover um processo de industrialização acelerado, pois era necessário “transformar” essa realidade.

Por intermédio desses projetos grandiosos, que visavam ao incentivo para programas de reflorestamento, constituiu-se o Maciço Florestal de Eucalipto no Estado de Mato Grosso do Sul. Tais programas objetivavam subsidiar a instalação de indústrias especializadas na produção de papel e de celulose.

A constituição do maciço florestal sul-mato-grossense tinha como meta desencadear um processo de industrialização baseado especialmente nas

²³ Até a década de 1980, ainda era expressiva a população rural que se via pressionada a buscar os centros urbanos pelas dificuldades de infra-estrutura para sua manutenção em pequenas propriedades.

indústrias de papel e celulose. As indústrias não vieram e o discurso da interiorização do desenvolvimento, que aparecia como justificativa do programa de incentivos fiscais também aos projetos de reflorestamento, deixava como resultado efetivo uma imensa massa vegetal, homogeneizando a paisagem (MARTINS, 2000, p. 95).

A política de incentivos fiscais possibilitou a formação de grandes “fazendas de árvores”, acentuando as problemáticas em relação à propriedade da terra. Foram concedidos às grandes empresas incentivos que facilitaram a compra e mesmo a manutenção, de propriedades na região. Grandes empresas reflorestadoras tornaram-se donas de várias fazendas. As indústrias, tão citadas nos projetos de “interiorização” do desenvolvimento do governo federal, não se instalaram, intensificando cada vez mais os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais na região leste de Mato Grosso do Sul.

Paradoxalmente, a implantação da atividade carvoeira foi o fruto da falência da implementação dos projetos de desenvolvimento coordenados pela SUDECO, mantendo relações de trabalho subumanas, evidenciando que as preocupações em torno das questões sociais não possuíam qualquer relevância.

Em Mato Grosso do Sul, relações de trabalho marcadas por condições insalubres e pela superexploração além de se verificarem na extração da erva-mate, importante atividade econômica deste território no século passado, na atualidade, continuam sendo observadas também em várias outras atividades econômicas, como na produção de sementes de braquiária, de algodão, em serrarias, olarias e, é claro, nas carvoarias (MARTINS, 2000, p. 170).

A utilização do eucalipto para a produção de carvão vegetal em grande escala iniciou-se em Mato Grosso do Sul em meados da década de 1980. Anterior a esse período era comum a utilização da vegetação nativa (cerrado) para tal produção, que era caracterizada como uma produção familiar, portanto, feita em pequena escala.

Tal atividade tornou-se uma opção de retorno financeiro para os empresários do reflorestamento que investiram na formação do maciço, mesmo tendo executado os empreendimentos com recursos advindos dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal.

Além disso, esses empresários contaram com o apoio do governo do Estado que, em 1985, buscava encontrar uma solução para o aproveitamento da grande floresta homogênea de eucalipto, que em decorrência de fatores já comentados, encontrava-se abandonada, sem perspectiva de aproveitamento econômico.

No governo de Wilson Barbosa Martins (governador do Estado em 1985), foi elaborado um programa de incentivo à industrialização, denominado PRÓ-INDÚSTRIA, tendo como objetivo conceder incentivos fiscais aos empreendimentos que visassem ao desenvolvimento econômico do Estado. Pretendia-se gerar empregos e o bem social da população sul-mato-grossense. *Foi à criação do Programa de Apoio à Industrialização do Estado de Mato Grosso do Sul – PRÓ-INDÚSTRIA que concedeu incentivos fiscais para a industrialização de Mato Grosso do Sul, especialmente àqueles empreendimentos industriais de maior interesse para a economia estadual, como é o caso do beneficiamento da madeira existente nesse maciço* (MATO GROSSO DO SUL, 1985, p 4).

A partir de 1985, a atividade carvoeira cresceu em Mato Grosso do Sul, principalmente na Micro-Região de Três Lagoas. A região era visada pelas siderúrgicas mineiras, que viam no maciço florestal uma fonte de energia e matéria-prima para o seu processo produtivo. Mesmo sendo considerável a distância²⁴ entre o pólo siderúrgico mineiro e o maciço florestal, era compensador tal investimento, pois o carvão era produzido em grande quantidade e com mão-de-obra barata, portanto, um combustível barato se comparado a outras fontes de energia. Além das siderúrgicas mineiras, que compravam a maior parte da produção, empresas consumidoras de carvão (churrascarias, empacotadoras, etc.) da cidade de São Paulo negociavam uma parte da produção.

O desenvolvimento da atividade carvoeira na Micro-Região de Três Lagoas destacou-se não somente pelos fatores produtivos, mas também pelas precárias condições de trabalho mantidas nas carvoarias.

Mesmo estando presente no discurso da classe governante a preocupação com as questões relacionadas às oportunidades de empregos e ao desenvolvimento industrial em nessa região, as evidências mostram que a consolidação dessa atividade no Estado possibilitou a solidificação de relações de trabalho em condições de precariedade de sobrevivência.

²⁴ A distância aproximada das usinas siderúrgicas mineiras, tendo como referência a cidade de Divinópolis (MG), é de aproximadamente 1.200 km. Sobre o assunto, cf. GUERRA, 1996.

CAPÍTULO 2 - DAS RAÍZES DO LATIFÚNDIO À FORMAÇÃO DAS GRANDES FAZENDAS DE ÁRVORES

2.1 - Aspectos da estruturação fundiária na região de Três Lagoas

Para enriquecer as reflexões acerca da formação da grande propriedade em Mato Grosso do Sul, é necessário traçar um panorama das conjunturas históricas em que foi construída a base fundiária da região em questão entre final do século XIX e a primeira metade do século passado.

Segundo a historiadora Nadir Domingues Mendonça²⁵, as referências à ocupação da região onde hoje se localiza o município de Três Lagoas, estão, em sua maioria, nas narrativas do bandeirante Antônio Pires de Campos e do sertanista Joaquim Francisco Lopes. Pires de Campos iniciou sua entrada nos sertões de Mato Grosso no período de 1722 a 1726, relatando a existência de índios caiapós nessa região.

Almeida, em sua obra *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil*, referindo-se aos relatos de Pires de Campos, afirma que os grupos indígenas localizados em terras mato-grossenses eram diversos e em grande número. Segundo o autor, (...) *entre as nascentes do Cuiabá e a corrente do Paranaíba, fixavam-se os caiapós, armados de pequenos porretes manejados com extrema habilidade em arremessos mortais. À sua ilhargia ficavam os borôros (...)* (ALMEIDA, 1950, p. 59).

Quanto ao sertanista Joaquim Francisco Lopes, ele iniciou suas explorações na região entre 1828 e 1839, no século seguinte às entradas de Pires de Campos. Famoso por desbravar os sertões do Triângulo Mineiro, Francisco Lopes, unido aos irmãos José Garcia Leal e Januário Garcia Leal, foi submetendo as terras aos seus domínios por meio de continuadas expedições. Apoiados na orientação de Joaquim Francisco Lopes, mineiros, paulistas e goianos foram também, a partir de 1845, instalando-se em terras mato-grossenses. Nelas inseriram a pecuária e formaram fazendas que na expressão de

²⁵ Tese de Doutorado defendida na USP em 1991. Mendonça utilizou o jornal *Gazeta do Comércio* como fonte principal de suas várias citações.

Mendonça, *eram ilhas no sertão*, lugares de difícil contato, por isso de difícil comunicação – como de certa forma, se encontrava toda a região de Mato Grosso. Esse fator, juntamente com outros que faziam do lugar “selvagem” e até mesmo pela busca de muitos pela terra, fez com que os fazendeiros rodeassem suas posses com capatazes, vaqueiros, roceiros, jagunços e familiares.

A terra tornou-se então o elemento basilar que construiu a imagem dos fazendeiros como representantes do poder e do Estado, como a terra do boi, das grandes fazendas e do trabalho forçado no campo.

Três Lagoas recebeu o título de vila em 15 de junho de 1915, ao som dos apitos das locomotivas da empresa ferroviária Noroeste do Brasil, então símbolo do progresso²⁶ brasileiro. Era a nova vila um ponto intermediário entre as regiões centrais, Rio de Janeiro e São Paulo, e as regiões de Mato Grosso. Três Lagoas nasceu como a primeira estação ferroviária situada em terras mato-grossenses. A linha férrea proporcionou aos criadores de gado da região o escoamento de seu produto para os frigoríficos paulistas, que, com o advento da Primeira Guerra Mundial, passaram a abastecer também o mercado europeu.

Na primeira metade do século XX, continuou a movimentação de migrantes para a região de Três Lagoas, especialmente paulistas, incentivados pela Marcha para o Oeste (movimento de expansão das fronteiras econômicas e de colonização para os Estados do oeste brasileiro, apontados como vazios e sertões, organizado a partir da década de 1940 pelo Estado nacional getulista), em busca de terras para a criação de gado.

De acordo com os estudos realizados pelo geógrafo francês Pierre Monbeig²⁷ sobre os pioneiros paulistas, (...) a “marcha para o Oeste” foi essencialmente paulista como continuou a sê-lo, mesmo a penetrar territórios de outros Estados, porque não somente o impulso foi dado por São Paulo, como a maior parte dos homens provém desse Estado e as relações econômicas se fazem, sobretudo com São Paulo e Santos (MONBEIG, 1984, p. 23).

Foi com o advento dessa expansão que a região sudeste de Mato Grosso começou a tornar-se ainda mais visada pelos pioneiros paulistas, não só para a criação de gado, mas

²⁶ Detalhes sobre o processo de implantação da NOB em terras mato-grossenses e sua implicação nas questões política, econômica e social na construção do Estado, consultar: QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E.F. Noroeste do Brasil na construção da história de Mato Grosso – (1918-1956)*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP.

²⁷ A obra de Monbeig intitulada *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo* foi apresentada como tese de Doutorado na Sorbonne, universidade francesa, e tida como um dos melhores trabalhos de Geografia escritos entre meados e fins do século XX.

também para a agricultura em grandes ou pequenas áreas, onde os pequenos proprietários disputavam um espaço para uma produção familiar.

Dessa forma deu-se o processo de urbanização de Três Lagoas, atrelado à posição comercial da vila como entreposto entre o sertão e o eixo Rio de Janeiro– São Paulo. A pecuária cada vez mais se destacava na economia da região, estimulando a atividade comercial.

Durante esse processo, aprofundou-se o desenvolvimento do capitalismo no mundo agrário e assim, a terra se configurou, dentro do processo de ampliação da política capitalista para o campo, incentivado pelo governo federal, como um bem do capital e não meramente como um bem natural, perdendo sua função primária de fonte de sobrevivência humana, tornando-se meio para acúmulo de capital²⁸. A expansão capitalista no campo era, nesse movimento de “entradas” para o interior do País, uma realidade em regiões centrais do Estado de São Paulo.

Diante desse movimento de desenvolvimento do capitalismo no campo, o governo federal ofereceu incentivo a empresários e a latifundiários para que pudessem investir na ampliação da agropecuária e da agroindústria nos Estados vistos como menos desenvolvidos. Foi o caso de Mato Grosso e depois de 1977, de Mato Grosso do Sul.

As políticas de “interiorização” do desenvolvimento no Brasil tomaram grandes proporções em finais da década de 1960 e início da década de 1970, especialmente via governo federal e pautada no discurso do desenvolvimento e da industrialização como forma de tirar o País de sua indesejável condição de subdesenvolvimento.

Na busca de um padrão de desenvolvimento equiparável aos países potência, o governo brasileiro investiu a qualquer custo²⁹ em projetos que pudessem acelerar o desenvolvimento do País. O processo de implementação de atividades como a agropecuária e o reflorestamento no Estado de Mato Grosso do Sul, tornou-se possível com o apoio financeiro do governo federal. Nessa lógica desenvolvimentista, criou-se a condição econômica para a formação do Maciço Florestal de Eucalipto em Mato Grosso no início da década de 1970.

²⁸ Sobre o assunto, cf. MARTINS, José de Souza. *Os Ccamponeses e a política no Brasil*.

²⁹ O que prevalecia no discurso do governo federal era o desenvolvimento econômico e social do País. Porém, o que se notou foi uma maior preocupação com as questões econômicas em relação às sociais. A expansão capitalista no campo provocou ainda mais conflitos sociais relacionados à exploração do trabalhador rural.

Os investimentos econômicos e a realidade social de Mato Grosso, principalmente nos anos de 1970, foram consequência das políticas de incentivos fiscais e financeiros lançados pelo governo federal, que visavam à ocupação de novos e grandes espaços territoriais pela agroindústria, pela pecuária e pela agricultura regional.

Dois fatores contribuíram para o processo de ocupação da “nova fronteira agrícola” em Mato Grosso: os projetos de colonização oficial e a criação de grandes estabelecimentos rurais.

O desenvolvimento de setores ligados ao transporte rodoviário e à energia elétrica³⁰ tornou possível a efetivação e o “êxito”³¹ da atividade pecuária, da agricultura e do reflorestamento. Essas atividades foram implementadas como forma de estender a política capitalista ao campo. Nesse contexto, empresários tornaram-se “latifundiários”, enquanto pequenos proprietários e trabalhadores assalariados temporários³² sofreram as consequências do aumento das grandes propriedades e de seu uso para a reprodução do capital, da capitalização da terra e não como meio de sobrevivência das pessoas.

A partir da década de 1970, o número de grandes propriedades aumentou consideravelmente em Mato Grosso, aumentando também os conflitos sociais entre pequenos proprietários, trabalhadores assalariados e latifundiários.

As áreas com menos de 100 ha, entre os anos de 1970 e 1980, tornaram-se cada vez mais reduzidas, em razão das grandes áreas que foram formadas diante do processo de ocupação territorial, que em Mato Grosso atingiu uma das maiores proporções da região Centro-Oeste. Os dados comentados referentes ao crescimento das grandes propriedades, podem ser observados na Tabela 02. Notamos que com o passar dos anos, entre 1920 e 1980, houve um crescimento gradativo das áreas com mais de 1.000 ha e que tal aumento robusteceu nos anos em que foram proporcionados os incentivos fiscais, entre as décadas de 1960 e 1980.

³⁰ Vale destacar que a construção da hidroelétrica de Jupia – na região leste de Mato Grosso – se deu em finais de 1960 e início de 1970.

³¹ Houve êxitos econômicos, restritos a uma minoria, na implantação das atividades agropecuárias e na formação de grandes fazendas, porém, em relação às questões que envolveram o pequeno proprietário e o trabalhador assalariado, os problemas continuaram.

³² Os trabalhadores assalariados eram na maioria migrantes de outras regiões, como do oeste de São Paulo, de Minas Gerais, do noroeste dos Estados do Paraná e de Goiás, que vieram com o movimento de colonização entre as décadas de 1960 e 1970.

Tabela 2 - Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul, de 1920 a 1980.

PROPRIEDADE DAS TERRAS, CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL E GRUPOS DE ÁREA TOTAL.	ESTABELECIMENTOS						
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
MENOS DE 10 ha	—	—	768	10.212	24.351	22.279	13.182
10 A MENOS DE 100 ha	—	—	3.337	16.088	22.348	20.823	16.796
100 A MENOS DE 1000 ha	—	—	3.634	5.075	8.396	9.726	12.034
1000 A MENOS DE 10000 ha	—	—	2.732	3.349	4.356	4.480	5.316

Fonte: Censo Agropecuário. Fonte: IBGE, 1998, p. 02.

O aumento das grandes propriedades, a modernização e a mecanização das atividades no campo em Mato Grosso do Sul, provocaram a transformação da realidade dos pequenos proprietários e dos trabalhadores assalariados. Provocaram o aumento do número de pessoas desempregadas e a diminuição do número de pequenos produtores que se estabeleceram no meio rural.³³

Na década de 1980 houve um grande aumento no número de trabalhadores temporários vinculados às atividades da agropecuária e do reflorestamento, mão-de-obra que, principalmente na atividade reflorestadora e posteriormente carvoeira, tornou-se também migrante.

A mão-de-obra utilizada nos trabalhos de formação do Maciço Florestal de Eucalipto de Mato Grosso do Sul era, na sua maioria, de migrantes que viram nas Micro-Regiões de Campo Grande e de Três Lagoas³⁴ oportunidades de emprego como trabalhadores volantes. Esses trabalhadores desenvolviam várias funções: desmatamento, limpeza da área desmatada, preparo de mudas (o que incluía o trabalho com a cultura das mudas e os cuidados com os viveiros de eucalipto), plantio e manutenção da cultura.

A modernização tecnológica, os investimentos voltados para o desenvolvimento da atividade agropecuária e agroindustrial no Estado proporcionaram um aumento da produção. Porém, tornaram-se veículos responsáveis pelo surgimento de sérios problemas ambientais, de acesso à terra e nas relações de trabalho no meio rural. Assim observou a

³³ Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1998).

³⁴ As Micro-Regiões de Campo Grande e de Três Lagoas foram tidas como áreas de maior atração migratória. As taxas de migração chegaram a atingir 45% do total do Estado. Esses números se justificavam pela valorização da terra nessas regiões a partir de 1970.

geógrafa Édma Aranha Silva no momento em que trata da escassez de trabalho no campo:³⁵

(...) não houve melhoria na qualidade de vida e a perspectiva de um futuro melhor para a população rural da região era muito remota. Em virtude dessa falta de trabalho na área rural e de não se vislumbrar um futuro promissor, o êxodo rural elevou-se, chegando a atingir 80% da população do estado a concentrar-se na área urbana (SILVA, 2002, p. 56).

Esse momento histórico retratou o desenvolvimento da política capitalista nos países subdesenvolvidos, que foram rapidamente se adequando aos modelos econômicos de industrialização dos países desenvolvidos.

As discussões referentes ao desenvolvimento foram ampliadas após a Segunda Guerra Mundial. A literatura que tratava de tal assunto, bem como os debates em torno da questão, tomou grandes proporções. Era preciso dar passos significativos para recuperar a economia mundial das crises provocadas pela Guerra e o que era mais importante, ao menos aos olhos das grandes potências, como os Estados Unidos da América, dar continuidade ao desenvolvimento do sistema capitalista.

No Brasil várias organizações nacionais e internacionais tornaram-se parceiras do Estado, com a meta de promover o desenvolvimento do País em áreas, segundo a análise desses organismos, pouco exploradas. Estava implícita no conceito de desenvolvimento desses grupos, ao menos no discurso, tanto a preocupação com as questões econômicas quanto com as sociais.

Todavia, o desenvolvimento deveria proporcionar um crescimento sucessivo do padrão de vida e de acesso à terra para o conjunto da sociedade brasileira, de acordo com o entendimento de cada grupo sobre o conceito de desenvolvimento, incluindo todas as questões que diziam respeito ao bem-estar da população, assim como deveria proporcionar maior equidade nas oportunidades e nas liberdades políticas, sociais, econômicas e culturais.

Em suma, pressupunha-se o respeito aos direitos individuais para todos, sem quaisquer restrições de gênero, de grupos étnicos ou de qualquer outro caráter. Quando confrontamos a realidade brasileira com os apontamentos desenvolvidos, notamos o quanto estamos distantes de experimentar uma proposta de desenvolvimento que priorize a sobrevivência humana, respeitando as peculiaridades.

³⁵ Para maiores detalhes referentes ao assunto, ver: SILVA, Édma Aranha. *O processo produtivo do carvão vegetal: um estudo em Mato Grosso do Sul*. Presidente Prudente, 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – FCL, UNESP.

2.2 - O eucalipto: a solução para o progresso?

No momento de articulação político-econômica entre instituições privadas e estatais, foram organizados vários projetos ligados ao desenvolvimento industrial no Brasil, sendo os relacionados à atividade de reflorestamento, com pinus e eucalipto³⁶ para fins industriais, inseridos nesses planejamentos.

O cultivo do eucalipto no Brasil³⁷ para fins comerciais data do início do século XX. Há discordância sobre sua utilização. Em obra organizada pela Agência Terra e coordenada pelo professor e engenheiro ambiental Cláudio Guerra, intitulada *Meio Ambiente e trabalho no mundo do eucalipto*, de 1995, afirma-se que tal espécie de árvore chegou ao Brasil em 1905, trazida por Edmundo Navarro de Andrade, funcionário da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, para Rio Claro, no Estado de São Paulo. O eucalipto seria uma forma de resolver os problemas relacionados à construção das linhas férreas, servindo como dormente de madeira para os trilhos da estrada de ferro.

Já em um documento de 2001 da Companhia Suzano de Papel e Celulose, uma das mais antigas produtoras de papel no Brasil, afirma-se que o eucalipto foi empregado para atender às necessidades da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, como combustível para suas locomotivas.

Uma outra hipótese, a mais provável, é que a utilização comercial do eucalipto serviu tanto para a construção de dormentes quanto para o abastecimento das locomotivas. Como registra a empresa ARACRUZ, que iniciou seus investimentos para a produção de celulose em 1967, (...) *o eucalipto chegou no Brasil em 1825 como planta ornamental. Sua utilização para fins econômicos só teve início em 1903, quando passou a ser empregado*

³⁶ A progênie da palavra eucalipto vem do grego *Eu* (bem) e *Kalipto* (cobrir), em razão da formação globular arredondada de seu fruto, que tem a característica de ser bem protegido (cf. GUERRA, 1995, p. 17). Segundo a geógrafa Mercedes Mercante Abid, em sua Tese de Doutorado apresentada na USP em 1994, a espécie de eucalipto mais plantada em Mato Grosso do Sul foi a *Eucalyptus grandis*, que cobria 80% do espaço delimitado para a formação do Maciço Florestal de Eucalipto. As outras espécies plantadas eram: *citriodora* (5%), *urophilla* (5%), além do *Pinus*, das espécies *oocarpa*, *caribae* e *hondurenses*, que estavam em 10% do Maciço.

³⁷ Em 1825 o eucalipto era cultivado no Brasil como planta ornamental, trazido da Austrália e da Indonésia.

na produção de dormentes ferroviários e lenha para alimentar as locomotivas da época (ARACRUZ, 2003, p. 01).

As discussões em torno do potencial econômico que poderia gerar o plantio de eucalipto foram intensificadas na segunda metade do século XX.

No início de 1960, foi sediada no Brasil a Segunda Conferência Mundial do Eucalipto.³⁸ Tal evento teve como função pôr em debate os possíveis benefícios que o eucalipto poderia trazer para a economia brasileira. A Conferência reuniu especialistas de todo o mundo que afirmavam que o gênero *eucalyptus* oferecia inúmeras qualidades e vantagens para a economia brasileira, principalmente porque o período de cultura da espécie era curto, garantindo uma rápida evolução da árvore, a fim de que tivesse uma utilização econômica rápida. Tal premissa adequava-se aos projetos de um rápido desenvolvimento proposto pelo governo militar.

A partir de tais discussões propostas pela FAO, o governo federal criou condições para iniciar os investimentos na atividade de reflorestamento no Brasil. Foi um projeto de desenvolvimento industrial do País pautado na produção de celulose e de carvão vegetal, bem como de outros produtos advindos do eucalipto e produzidos nas indústrias química e farmacêutica.

A década de 1960 foi o grande marco para os projetos de reflorestamentos com eucalipto no Brasil. Em 1962, em Minas Gerais, foi fundado o Instituto Estadual de Florestas – IEF; em 1965, criou-se o novo Código Florestal Brasileiro; e em 1966, foi promulgada uma legislação própria para atender aos projetos de reflorestamento no Brasil. A legislação garantia a aprovação de incentivos fiscais para empresas que investissem no reflorestamento com pinus e eucalipto. Em 1967 criou-se o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF. Constituiu-se, portanto, um aparato legal³⁹ para que fosse possível atrair rapidamente empresas privadas para assumirem a atividade de reflorestamento, com o desígnio de instalarem indústrias, sobretudo de fabricação de papel e de celulose no País. Com essa política pretendia-se dar “continuidade” ao processo de desenvolvimento, tendo como “alvo” para as instalações de tais fábricas os Estados que na concepção do governo federal, enquadravam-se na categoria de menos desenvolvidos tanto

³⁸ A Conferência foi promovida pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).

³⁹ De acordo com estudiosos que tratam da questão do reflorestamento, as leis de incentivos fiscais oferecidas para tais investimentos no Brasil *eram bastante encorajadoras no que tange ao reflorestamento por*

no aspecto econômico quanto social e que, por isso, precisavam integrar-se ao processo de desenvolvimento pelo qual atravessava o País.

De forma geral, as áreas delimitadas para o plantio de pinus e de eucalipto, aumentaram consideravelmente em um pequeno espaço de tempo, sendo o eucalipto o gênero mais cultivado: cerca de 80% da área citada era coberta por plantações homogêneas de eucalipto. Segundo informações da FAO (1981) e da ABRACAVE⁴⁰ (1991), em 1966 o plantio de eucalipto e de pinus era de uma área de 400.000 ha. Em 1973 houve um aumento para 1.000.000 ha e, em 1990, chegou a atingir 6.500.000 ha, o que demonstra um grande investimento feito em um curto período (*apud* GUERRA, 1995, p. 38).

Em 1995 o Brasil era considerado o primeiro País do mundo em áreas reflorestadas com eucalipto, posição ocupada por meio dos grandes investimentos proporcionados pelas políticas de incentivos fiscais do governo brasileiro na década de 1960.

2.3 - O cultivo do eucalipto: base da fabricação para a indústria papelreira e fator de autonomia da produção de energia

A partir das condições legais criadas nos anos de 1960, foram possíveis a organização e a criação de projetos voltados para produção de fontes de energia, visando atender às necessidades da indústria siderúrgica que crescia no País, principalmente no Estado de Minas Gerais, considerado o centro de tal atividade. Esses projetos tornaram-se reais com a criação do Plano de Carvão Vegetal para a Siderurgia.

O Programa Nacional de Papel e Celulose foi elaborado nessa mesma lógica, para suprir as necessidades econômicas de matéria-prima da indústria de papel e de celulose. O Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul foi edificado com o objetivo de sanar as exigências dos dois setores industriais, o que significou a ampliação da indústria brasileira segundo a constatação dos projetos ligados ao reflorestamento no início da década de 1970.

Embora haja na produção literária e científica, interpretações que consideram a indústria produtora de papel e de celulose como o principal e verdadeiro motivo que proporcionou relevância ao amplo investimento feito durante a edificação do Maciço

companhias privadas, que estão usufruindo as vantagens de tais concessões (JACOBS, *apud* GUERRA, 1996, p. 38).

⁴⁰ Associação Brasileira dos Produtores de Carvão Vegetal.

Florestal de Eucalipto (afirmações que dão a entender que o empenho primeiro desses projetos era o de suprir, prioritária e continuamente, o mercado brasileiro de madeira, em especial o das regiões Sul e Sudeste, para a produção de papel e de celulose) (cf. SILVA, 2002, p. 67), as arguições realizadas explicitamente no II PND evidenciam que os interesses transpunham a necessidade da produção de madeira exclusivamente como matéria-prima para setores indústrias como as fábricas de papel e de celulose.

No documento intitulado *II PND: Programa de Ação do governo para a Região Centro-Oeste – 1975/1979*, fica demonstrado que na década de 1970, o carvão vegetal na região Centro-Oeste era tido como um suporte econômico representativo. Sua produção era de 9,7% em relação à produção agroindustrial. Como fica expresso no documento surprecitado, *Dentro de uma visão conjuntural, a demanda desses produtos tenderá substancialmente a crescer pelo simples impacto dos problemas energéticos* (BRASIL, 1975, p. 51).

Com a crise do petróleo de 1973, aumentaram os incentivos à produção de carvão; o fator apontado não indica que tal produção não existisse anteriormente e que não se refletia sobre esse investimento para uma produção interna de energia. O alargamento da indústria siderúrgica e da exploração mineral em sua fase de implantação no sistema econômico regional proporcionaria um incentivo que *forçaria*⁴¹, na região Centro-Oeste, a produção de carvão vegetal, de lenha e de outros recursos necessários a esses complexos (BRASIL, 1975, p. 51).

A necessidade da indústria siderúrgica em relação à produção de carvão, como uma forma de diminuir a importação de fontes geradoras de energia, pode ter sido o entrave para a instalação das fábricas de papel e de celulose, ou a indústria do papel pode ter se configurado como justificativa para a elaboração de um projeto grandioso que tivesse na crise do petróleo a conveniência plausível de investimentos para a produção de insumos energéticos, o grande investimento industrial brasileiro da década de 1970.

Após a estruturação do Maciço Florestal de Eucalipto e o posterior desinteresse das empresas produtoras de papel e de celulose no potencial madeireiro que configurava as grandes florestas de eucaliptos, na década de 1980, o governo do Estado de Mato Grosso do Sul criou o PRÓ-INDÚSTRIA, que aumentou a demanda da atividade carvoeira, já existente em pequena escala, e que utilizava a mata nativa como fonte principal da matéria-

⁴¹ A expressão “forçaria” foi mantida a fim de apontar em que condições o desenvolvimento regional estava sendo construído e previsto no II PND.

prima, legalizando a exploração de carvão que em sua maioria, era feita clandestinamente. Mesmo com os esforços do governo estadual, as carvoarias continuaram (principalmente as de produção familiar) a funcionar fora das prescrições legais, utilizando ainda a mata nativa⁴² para a produção.

Afirmar que a atividade carvoeira em Mato Grosso do Sul para fins siderúrgicos de produção de energia aconteceu após 1973 ou em virtude da ação do PRÓ-INDÚSTRIA é negar a existência dessa atividade anteriormente. O que houve foi um incremento provocado pelo advento da crise, incentivado pela indústria siderúrgica para o desenvolvimento de sua atividade econômica. As siderúrgicas *forçarão aumentos consideráveis na produção de carvão vegetal* (BRASIL, 1975, p. 51).

Como parte de tal processo de otimização, foram realizadas pesquisas que apontaram meios para melhor potencializar os financiamentos, tornando possível o crescimento da atividade carvoeira, tendo em vista abastecer a siderurgia nacional. Uma alternativa foi explorar as florestas nativas do País, contudo, segundo o presidente do antigo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), hoje IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), em pronunciamento à Comissão de Avaliação dos Incentivos Fiscais, não era viável contar com a enorme extensão de floresta nativa brasileira para suprir as necessidades da produção de madeira como matéria-prima, uma vez que para realizar a exploração desse potencial natural, seria imprescindível um investimento vultoso, já que a floresta ocupava cerca de 280 milhões de ha, 30% do território nacional, sendo 82% da área de floresta concentrada na região Amazônica e somente 18 % na região Sul (s.d., ANEXO 01).

A concentração desse potencial madeireiro na floresta Amazônica era inviável, em termos de investimentos, para exploração, pois não oferecia condições que facilitassem o abastecimento dos centros industriais da região Centro-Sul do País, tanto pela dificuldade de exploração quanto pelo alto custo do transporte para levar o produto até os centros consumidores de matéria-prima.

Demonstramos, desse modo, que a atuação das políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento, eram focadas segundo as possibilidades de retornos econômicos que futuramente equacionariam a contribuição das regiões com as necessidades produtivas do País. No caso de Mato Grosso do Sul, esse retorno se daria com a implantação dos projetos

⁴² Segundo a ABRACAVE (Associação Brasileira dos Produtores de Carvão) (2001), em 1988 o maior consumo de carvão vegetal ainda era o de origem nativa, ou seja, 78%, enquanto o consumo do carvão

das “florestas verticalizadas”⁴³, explicando, assim, a formação do Maciço Florestal de Eucalipto, localizado no trecho Campo Grande – Três Lagoas, a partir da proximidade da região dos centros consumidores da madeira advinda do eucalipto e transformada em carvão vegetal.

Vale ressaltar que a indústria siderúrgica mineira, no período de formação do Maciço, de 1970 a 1980, já buscava formas de negociação mais rentáveis (a fim de diminuir a importação, pois importar significava maior evasão de recursos) para a compra do carvão, fonte energética, e de matéria-prima para tal atividade a menores custos.

Nos anos de 1980 as instituições ligadas à questão ambiental, bem como a sociedade civil, cobraram atitudes do governo mineiro perante a devastação florestal que aconteceu no Estado. A devastação, proveniente da intensa exploração da mata nativa para a produção de carvão vegetal e de outras atividades que usavam a madeira como fonte de energia ou matéria-prima, ocorreu principalmente para sanar as necessidades da indústria siderúrgica. Em matéria produzida pela revista *Ciência Hoje* e de responsabilidade do jornalista Roberto Barros de Carvalho, pontuou-se que *com a implantação do cultivo de eucalipto e com o carvoejamento, a paisagem de Montezuma*⁴⁴ *se alterou profundamente. A substituição do cerrado por uma espécie vegetal exótica (...) impôs o fim da diversidade florística e faunística (...) em tão curto espaço de tempo* (CARVALHO, 2002, p. 51).

As manifestações surtiram efeito, uma vez que a extração de madeira em Minas Gerais passou a ter maior controle. Esse contexto fez com que o Maciço Florestal de Eucalipto de Mato Grosso do Sul se tornasse atraente aos olhos da indústria siderúrgica mineira, mesmo porque a política ambiental em Mato Grosso do Sul ainda era insignificante.

A formação do Maciço Florestal de Mato Grosso do Sul estava relacionada à facilidade do acesso da indústria siderúrgica mineira à produção carvoeira, que cresceu com o advento da formação das “grandes fazendas de árvores”. Essa hipótese coloca em

proveniente da mata de eucalipto era de 22 %. Essa situação só se inverteu a partir de 1994, quando o consumo de carvão de origem nativa caiu para 46% e o de eucalipto subiu para 54 %.

⁴³ Termo utilizado por Cláudio Guerra para referendar o Maciço Florestal de Eucalipto e Pinus (cf. GUERRA, 1996).

⁴⁴ Montezuma é um município de Minas Gerais que se localiza na região norte do Estado, na divisa com a Bahia. Foi a cidade mineira mais atingida pela atividade de reflorestamento e produção de carvão vegetal.

questão a hipótese citada anteriormente, que atribui a formação do Maciço a uma futura instalação de fábricas de papel e de celulose no Estado, fato que não se concretizou.⁴⁵

O programa de incentivos fiscais tinha a meta de reflorestar 2 milhões de ha até o ano de 1978, porém houve um entrave que não permitiu tal façanha. Os maciços começaram a invadir as áreas agricultáveis, acarretando uma disputa pelo espaço com a produção agrícola de base: arroz, feijão, milho, dentre outros produtos. O governo federal interveio criando o decreto-lei n. 79.046, de 27 de dezembro de 1976, delimitando as áreas para plantios que fossem incentivados a partir desse período.

A atividade reflorestadora no Estado teve seu início com a promulgação da lei n. 5.106, de 1966, que estabeleceu as normas legais dos incentivos fiscais para o florestamento e o reflorestamento (cf. MATO GROSSO DO SUL/SEPLAN, 1985, p. 43). Essa informação contradiz as afirmações de alguns autores que discorrem sobre o assunto e afirmam que o início da atividade reflorestadora em Mato Grosso do Sul data do início da década de 1970.⁴⁶

A SUDECO, como órgão responsável pela implantação dos projetos desenvolvimentistas no Centro-Oeste, elegeu o eixo Campo Grande–Três Lagoas para a implantação do Maciço Florestal de Eucalipto de Mato Grosso do Sul. Como estratégia para pensar as atividades econômicas que caberiam à região leste do Estado, foi elaborada uma divisão territorial estabelecendo as fronteiras geográficas entre Macro e Micro-Regiões homogêneas (consultar figura 02).

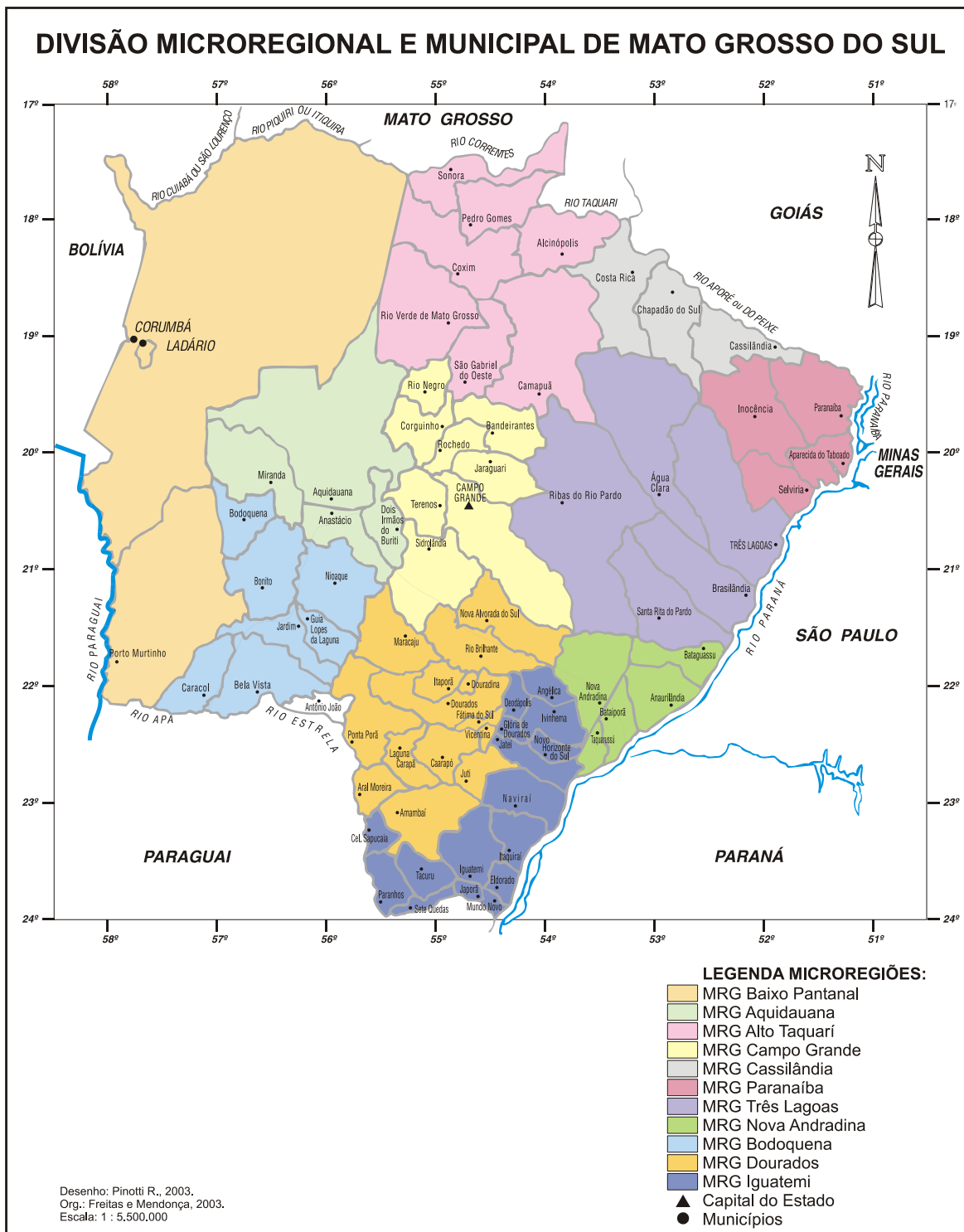
O Maciço Florestal compreendia a Macro-Região de Campo Grande e a Macro-Região da Bacia do Paraná, na qual estavam inseridas a região do Bolsão, a região Leste e a região da Grande Dourados. Ainda dentro dessa divisão, embasada em conceitos espaciais estritamente físicos, tais regiões foram subdivididas em Micro-Regiões.

O grande empreendimento reflorestador localizava-se, em parte, na denominada Micro-Região de Três Lagoas, que até 1987, compreendia os seguintes municípios: Água Clara, Brasilândia, Três Lagoas e após 1987, o município de Ribas do Rio Pardo, que até então estava inserido na Micro-Região de Campo Grande (cf. MATO GROSSO DO SUL/SEPLAN, 1985, p. 62).

⁴⁵ Somente na década de 1990, instalou-se um escritório da multinacional Champion Papel e Celulose no município de Três Lagoas. Propunha-se um projeto de instalação de um pólo industrial de papel e de celulose nas proximidades do município. A implementação de tal projeto ocorreu em uma área comprada por essa empresa que não fazia parte do projeto de reflorestamento da década de 1970 (*apud* SILVA, 2002, p. 73).

⁴⁶ Sobre o assunto, consultar GUERRA, 1996, p. 15.

Figura 2 : Mapa expondo a divisão Micro-Regional de Mato Grosso do Sul



O Maciço Florestal localizava-se quase que totalmente no trajeto Três Lagoas–Campo Grande. Ribas do Rio Pardo⁴⁷ tinha 64% do total da área de reflorestamento, Três Lagoas contava com 10%, Água Clara com 16% e os 10% restantes, localizavam-se em áreas menores nos municípios de Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Camapuã, Aparecida do Taboado e Sidrolândia.

A delimitação espacial (conforme o II PND para a região Centro-Oeste, desmembrado do II PND federal) foi realizada a partir de estudos que concluíram ser a referida área ideal, reunindo boas condições para o desenvolvimento da espécie de eucalipto⁴⁸ selecionada para efetivar o plantio. Outros motivos a serem considerados eram o baixo custo da terra e a mão-de-obra barata disponível na Micro-Região. Isso tornava o investimento atraente para as empresas reflorestadoras, que contavam também com estímulos fiscais oferecidos pelo governo federal.

A atividade reflorestadora conheceu um grande impulso proporcionado pelas políticas de incentivos fiscais entre os anos de 1970 e 1983. Nesse período, as oportunidades de emprego nessa atividade foram consideráveis⁴⁹, especialmente na etapa de plantação das mudas. No entanto, eram empregos temporários, pois passada essa primeira etapa do processo, necessitava-se de pouca mão-de-obra para a manutenção da plantação.

Foram reflorestados 490 mil ha de terra com pinus e eucalipto entre o percurso Três Lagoas–Campo Grande, sob a responsabilidade de 37 empresas reflorestadoras⁵⁰ (cf. ANEXO 02). O potencial florestal tinha como meta sua utilização como matéria-prima nas unidades industriais moveleira, medeireira, de papel e de celulose. O Maciço Florestal

⁴⁷ O município de Ribas do Rio Pardo chegou a ter 22% do município coberto pelas plantações de eucalipto (*apud* SILVA, 2002, p.70).

⁴⁸ A grande preocupação dos pesquisadores ligados às ciências do meio ambiente eram as conseqüências negativas que a monocultura poderia trazer para as relações do homem com a natureza. Essas relações envolvem questões sociais, culturais, econômicas e políticas. Guerra afirma que *é sabido que a extração vegetal, a agricultura e pecuária necessitam de espaço para a implantação e desenvolvimento de suas atividades, as quais interferem negativamente no equilíbrio ambiental da região onde são instalados: desmatamentos e queimadas inconseqüentes, uso intensivo dos solos, erosão, poluição dos corpos d'água, assoreamento de córregos e rios, uso indiscriminado dos fertilizantes e agrotóxicos, etc. Existe assim uma diferença marcante de produtividade, mas também de impactos negativos ao meio ambiente entre os métodos "tradicionais" e "modernos"* (GUERRA, 1996, p. 56). Um dos problemas causados pela monocultura do eucalipto está relacionado à questão hídrica: *o eucalipto é uma espécie com grande capacidade em absorver intensamente a água e alterar o regime de chuvas, pela mudança ocorrida no processo evapotranspiração* (SILVA, 2002, p.60).

⁴⁹ No final dos anos de 1970, havia cerca de 20 grandes propriedades formadas com eucaliptos, em cujas áreas as empresas mantinham cerca de 1.000 trabalhadores em cada gleba (SILVA, 2002, p. 70).

possuía 86,6% de sua área plantada com eucalipto e 13,4% com pinus; a maior parte da floresta homogênea abrangia os municípios de Ribas do Rio Pardo, com 299.119 ha, seguido por Água Clara, com 110.756 ha, Três Lagoas, com 54.506 ha, e Brasilândia 18.980 ha.⁵¹

No ano de 1985 o Maciço Florestal cobria praticamente todo o trecho Três Lagoas–Campo Grande, formando uma paisagem que dividia com a pecuária, a edificação da nova imagem transfigurada pelas relações sociais, políticas, econômicas e culturais que permeavam a trajetória histórica do Estado, construída em nome do ideal desenvolvimentista pensado para a região leste de Mato Grosso do Sul.

Após 1985, essa reserva florestal representava a potencialidade e o vigor que caracterizou a possibilidade de geração de matéria-prima em larga escala *para a produção de celulose e compensados de madeira além de representar reserva energética, alternativas aos derivados do petróleo* (MATO GROSSO DO SUL/SEPLAN, 1985, p. 43). Como consta na documentação elaborada pelas instituições públicas envolvidas com o reflorestamento no Estado, sempre se destacou que esse potencial madeireiro estaria voltado também para a produção de papel e de celulose, vista como uma atividade importante. Porém, o que ocorreu depois de 1985, não foi exatamente o que estava previsto, pois o Maciço Florestal serviria principalmente como matéria-prima para a produção de carvão vegetal.

2.4 - O destino da “floresta de árvores”

No II PND, são representativos os itens que enfocam questões ligadas ao reflorestamento com eucalipto e pinus, com o objetivo de subsidiar a produção de papel e de celulose. Porém, tais apontamentos tornaram-se ínfimos diante das pontuações feitas em referência à produção alternativa de novas fontes de energia. Tratou-se pouco dos investimentos, dos objetivos e das formas de implementação dos Maciços Florestais. O centro das preocupações do II Plano Nacional de Desenvolvimento foi a busca de novas formas de gerar energia que não fizessem do petróleo elemento basilar.

⁵⁰ É importante ressaltar que o Maciço Florestal atingiu em proporções menores outros municípios, como, por exemplo: Aparecida do Taboado, Sidrolândia e Camapuã.

⁵¹ Cf. IPLAN. Disponível <www.iplan.ms.gov.br>. Acesso em 18 fev. 2003. p. 1.

Nas páginas introdutórias do Plano, no item denominado As conquistas econômicas e sociais, enfatizavam-se os resultados positivos que esse planejamento proporcionaria ao País, mas que dependeriam de um trabalho árduo e de mudanças emergenciais na conjuntura brasileira:

O Brasil deverá ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo, e ao novo estágio de sua evolução industrial; espera-se consolidar, até o fim da década, uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva; a política de energia, num país que importa mais de dois terços do petróleo consumido (respondendo este por 48% da energia utilizada), passa a ser peça decisiva da estratégia nacional (...) Todo o esforço será feito para limitar a um mínimo o consumo de petróleo (...) Ao mesmo tempo, será posto em execução programa de pesquisas relacionado com novas fontes de energia; a ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste receberá impulso com o Programa de Pólos Agropecuários (...) o Complexo Mineiro-Metalúrgico da Amazônia Oriental e o Programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais (...) (BRASIL, 1974, p. 16-18).

O trecho supracitado refere-se à política de energia e sustenta que essa política tornara-se indispensável para as preocupações daquele momento, ou seja, a produção de novas fontes energéticas seria fundamental para dar sustentação às indústrias que foram instaladas durante a década de 1960, e que sofreram economicamente com a crise do petróleo. Sabia-se das vicissitudes vivenciadas pelas indústrias siderúrgicas em relação à produção de energia, mesmo porque parte considerável do carvão utilizado por tais indústrias era importada.

Desse modo, a concretização do Maciço Florestal de Mato Grosso do Sul pode ser vista como uma forma da indústria siderúrgica, especialmente a mineira, desfrutar das possibilidades de exploração do potencial madeireiro para a produção de carvão. As indústrias siderúrgicas de Minas Gerais teriam um centro produtor de energia relativamente próximo e a custos baixos, em razão da mão-de-obra barata e da forma “primitiva” de produção de carvão, que era produzido sem a utilização de novas tecnologias na construção dos fornos e sem grandes investimentos para melhorar as condições de trabalho. Esta situação tornava o preço do produto compensador.

Seguindo a coerência de que as políticas de reflorestamento não estiveram essencialmente relacionadas à instalação de fábricas de papel e de celulose, citamos as indagações de um documento elaborado pela Fundação João Pinheiro em 1984:

As empresas reflorestadoras, apoiadas pelos incentivos fiscais, formavam imensos maciços sem destinação econômica assegurada (...) tudo indica, tratou-se de uma estratégia para o aproveitamento dos incentivos do IBDF e a apropriação de extensas glebas de terras em rápida valorização, resultando (...) em ocupação com atividade florestal de terras aptas para a lavoura (*apud* ABREU, 2001, p. 171).

É oportuno objurgar as afirmações que persistem em atribuir à formação da grande floresta homogênea plantada em Mato Grosso do Sul ao suposto interesse de instalação de indústrias de papel e de celulose. Essa possibilidade de reflexão faz com que a indústria siderúrgica torne-se um componente das interpretações que versam sobre a formação do Maciço Florestal, bem como de seu aproveitamento econômico.

O Maciço Florestal de Eucalipto de Mato Grosso do Sul abarcava uma área plantada não somente com o eucalipto, mas também com o pinus e correspondente a aproximadamente 460 mil hectares, “abandonado” pelas empresas reflorestadoras que as constituiu. O “abandono” (de acordo com os documentos elaborados pela SEPLAN para justificar o não aproveitamento da madeira) ocorreu pelo desinteresse das empresas produtoras de papel e de celulose em instalar unidades fabris na região.

A interrupção, em 1984, dos programas de incentivos fiscais proporcionados pelo governo federal levou as empresas reflorestadoras, que com essa atitude não viam mais oportunidade de lucrar com o reflorestamento e nem mesmo de negociar a madeira para a produção de papel, a menosprezar o potencial madeireiro em que se configurava o Maciço naquele momento, o que demonstrou o caráter especulativo dos investimentos reflorestadores viabilizados com incentivos fiscais obtidos por intermédio do apoio governamental.

Além dos cortes nos incentivos federais, houve também um redimensionamento na política fiscal estadual. Em 1985 o governo do Estado de Mato Grosso do Sul criou um programa de incentivos fiscais *voltado para os empreendimentos industriais de maior interesse para a economia estadual, como é o caso do beneficiamento da madeira existente nesse maciço florestal* (MATO GROSSO DO SUL, 1985, p. 04). Foi uma nova estratégia para atrair as indústrias de papel e de celulose, pois como consta no documento intitulado *Maciço Florestal de Mato Grosso do Sul: uma nova opção de investimento, a produção de celulose seria o objetivo econômico natural dessas florestas* (MATO GROSSO DO SUL, 1985, p. 05).

Diversos fatores relacionados à infra-estrutura tornavam os investimentos no Maciço Florestal atraentes, como, por exemplo: a disponibilidade de energia elétrica oferecida pelo sistema Jupia – Ilha Solteira, a facilidade de escoamento da produção para

os centros consumidores, como São Paulo, dentre outros Estados, e para os países do Prata, através da rodovia BR 262 e da RFFSA⁵², e as hidrovias Tietê-Paraná e Paraguai-Prata.

O PRÓ-INDÚSTRIA teve a incumbência de apontar as vantagens que ofereciam os investimentos no aproveitamento do potencial madeireiro que representava o Maciço Florestal, bem como demonstrar as possibilidades de produção e de melhoramentos dos futuros plantios de eucalipto.

O desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao incremento da produção de eucalipto e a participação em tal processo das empresas reflorestadoras dependiam da exploração econômica do Maciço Florestal pela indústria papeleira, tida pela óptica do governo como a empresa centro dessa exploração, seguida das madeireiras e das produtoras de carvão vegetal.

Nem mesmo o projeto PRÓ-INDÚSTRIA, mediante incentivos fiscais e esforços para demonstrar que a região compreendida pelo eixo Três Lagoas–Campo Grande possibilitava, em vários âmbitos, o investimento em atividades industriais, conseguiu persuadir as indústrias produtoras de papel, de tal modo que se aventurassem nesse investimento.

Após todo o trabalho do governo estadual a fim de evidenciar as possibilidades de ganhos econômicos proporcionados pelos investimentos no Maciço, não houve interesse de empresas produtoras de papel ou moveleiras, em explorar os 500 mil hectares de reflorestamento com eucalipto e pinus do Maciço Florestal.

O incentivo oferecido isentava as empresas dos tributos municipais e o recolhimento do ICM, com carência de até 36 meses, variando as taxas de isenção entre 20% e 40%. Tais propostas não pareciam atrativas para a instalação de uma grande empresa fabricante de papel e de celulose, pois os custos para a implantação e a manutenção das atividades industriais seriam altíssimos, principalmente no que diz respeito à recomposição da mão-de-obra, que era rotulada como desqualificada para trabalhos industriais.

O destino do grande potencial madeireiro foi a produção de carvão vegetal e de lenha, provocando a proliferação de carvoarias entre a Micro-Região de Três Lagoas e a Micro-Região de Campo Grande, especialmente nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas. O carvão produzido nessa região serviu para abastecer as

⁵² A BR 262 liga Três Lagoas a Campo Grande, e a Rede Ferroviária Federal S.A. liga São Paulo a Mato Grosso do Sul, passando exatamente por Três Lagoas e Campo Grande, indo até a Bolívia. Tanto a BR 262 quanto a RFFSA cortam o Maciço Florestal.

indústrias siderúrgicas mineiras e paulistas e as casas comerciais que faziam a sua distribuição no próprio mercado de Mato Grosso do Sul e nos Estados vizinhos.

A maior porcentagem do carvão produzido era destinada ao setor siderúrgico do Estado de Minas Gerais, maior pólo do mundo de tal atividade movido a carvão vegetal.⁵³ Divinópolis, Sete Lagoas, Ouro Preto, Belo Horizonte, Santos Dumont, João Monlevade e Timóteo⁵⁴ foram as principais cidades mineiras (localizadas no centro-sul mineiro) consumidoras de carvão vegetal proveniente de Mato Grosso do Sul e que utilizavam tal produto em siderurgias.

As empresas mais significativas que utilizaram o potencial carvoeiro de Mato Grosso do Sul como fonte de energia para seus fornos produzirem ferro-gusa, foram empresas tidas como de ponta na economia brasileira. Destacaram-se nessa categoria as empresas siderúrgicas de Valinhos (SP), Sidersul e Pitangui, tendo como consumidores potenciais as multinacionais Wez Motors, Ford e a Cofap Amortecedores (cf. CPT, 1999, p 221).

A atividade carvoeira em Mato Grosso do Sul existia desde a década de 1970. Inicialmente o carvão era produzido em pequena escala e utilizava principalmente a madeira de cerrado como matéria-prima. A partir de meados dos anos de 1980, quando empreiteiras mineiras “instalaram-se” no eixo Três Lagoas – Campo Grande, foi iniciada a exploração do Maciço Florestal e a produção de carvão vegetal em larga escala.

O processo de exploração da floresta homogênea do Maciço Florestal de Eucalipto de Mato Grosso do Sul foi efetivado por várias empresas que tinham como articuladoras no local de exploração, suas empreiteiras, seus intermediários e seus arrendatários, na sua maioria vindos do Estado de Minas Gerais, portanto, com experiência na atividade carvoeira.

A estratégia de produção de carvão articulada por seus mantenedores era consistente. Proporcionava às empresas envolvidas o controle de todo o processo de produção carvoeira, desde a extração da matéria-prima, passando pelo controle das relações de trabalho, até o consumo da mercadoria. O controle completo de todo o processo produtivo, mantendo precárias condições de trabalho, nas quais as relações políticas e econômicas se sobrepunham às relações socioculturais, proporcionava consideráveis ganhos econômicos.

⁵³ Detalhes sobre o assunto, ver: GUERRA, 1996, p. 33-35.

⁵⁴ Os dois últimos municípios citados compõem a região denominada Vale do Aço.

A exploração do Maciço Florestal foi incrementada no período de 1989 a 1994, atingindo o auge da produção carvoeira no Estado. Alcançou 2,6 milhões de metros cúbicos de carvão, um recorde nessa atividade.

CAPÍTULO 3 - TRABALHO E TRABALHADOR: AS PRÁTICAS SOCIAIS NAS CARVOARIAS

*A incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente.*⁵⁵ (Marc Bloch)

Para a escrita deste terceiro capítulo, foram utilizados como fonte tanto os documentos escritos quanto os orais coletados durante pesquisas em carvoarias. Os trabalhos de campo realizados entre o segundo semestre de 1998 e o primeiro semestre de 1999, junto à Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul e à UFMS⁵⁶, *Campus* de Três Lagoas, e em julho de 2002, foram exercícios primordiais para a compreensão das práticas sociais no mundo do carvão. Portanto, há uma forte aproximação metodológica com a chamada história do tempo presente, que propõe uma crítica aos acontecimentos contemporâneos ao pesquisador, colocando seu objeto de pesquisa há poucos “passos de alcance”. Ambos passam a coexistir, não existindo, portanto, uma “distância cronológica” entre o acontecimento a ser estudado e o estudioso.

As angústias que emergem com as problemáticas da sociedade contemporânea fazem das análises de uma história do tempo presente essenciais para sanar as incompreensões de um mundo que transfigura a todo tempo a sua face.

Os historiadores Agnès Chauveau e Philippe Tétart observam que *o historiador é cada vez mais parte do contemporâneo – porque a força da história passadista, factual, e historicista se esfumaça diante de uma demanda social insistente, resolutamente ancorada no presente e no modo “interpretativo”* (CHAUVEAU, 1999, p. 35-36).

Mesmo os representantes da Nova História que tinham dúvidas – por achar uma circunstância delicada, a do historiador vivendo no momento em que propõe sua pesquisa -

⁵⁵ *Apud* CHAUVEAU, Agnès. *Questões para a história do presente*. Trad. Ilka Stern Cohen Bauru: EDUSC, 1999. p. 10.

⁵⁶ O trabalho junto à UFMS foi realizado durante o Curso de Graduação em História, no qual fomos bolsista pelo Programa de Iniciação Científica –CNPq, para desenvolver uma pesquisa referente às relações de trabalho em carvoarias na região de Três Lagoas. O responsável pelo projeto e pela orientação foi o professor Germano Molinari Filho, do *Campus* de Três Lagoas.

referentes ao estudo do tempo presente⁵⁷, acabaram por ressaltar a importância de uma história desse tempo.

As reflexões sobre a história do tempo presente ganharam espaço a partir de meados dos anos de 1950, com René Rémond. Mas foi na década de 1970 que essa postura teórico-metodológica se desenvolveu como mais uma forma de se fazer história, ou de suprir as novas aspirações e as novas necessidades da própria historiografia.

Sobre a história do tempo presente ressaltam ainda CHAUVEAU e TÉTART:

Como mostrava recentemente Jean Pierre Rioux, a afirmação da história do presente é um fenômeno de geração. Quer nos coloquemos do lado de uma história imediata para os jornalistas, politólogos, sociólogos, ou do lado da história do presente para os historiadores e alguns outros especialistas, nota-se um efeito “de geração” muito nítido. Um fator é comum às diferentes profissões: o impacto dos acontecimentos deste último século sobre os homens e sobre sua vontade de “reagir”, isto é, de tentar explicar o presente (1999, p. 15).

As inquietações referentes ao tempo presente são inúmeras; são questões para as quais se buscam explicações e não somente no âmbito acadêmico, mas também no da vida em sociedade. Os pesquisadores envolvem-se cada vez mais com temáticas nas quais estão envolvidos socialmente, como sujeitos.

A temática que nos propusemos enfocar neste capítulo, que envolve questões econômicas, políticas e essencialmente sociais, tratando-se das relações de trabalho e de produção no universo social das carvoarias, conduziram-nos a refletir sobre a presença do historiador em seu tempo e em seu tema, e a compreender as questões da atualidade que fazem das carvoarias locais de encontros e de confrontos entre os agentes sociais que vivenciam essa realidade.

⁵⁷ Pelo fato dessa escola historiográfica considerar as estruturas duráveis como mais reais e mais determinantes do que as rupturas, os acontecimentos de longa duração como mais decisivos do que os movimentos de curta duração.

3.1 - A dinâmica das relações de produção

A partir de meados da década de 1980, com os incentivos oferecidos pelo governo de Mato Grosso do Sul para o aproveitamento da madeira do Maciço Florestal de Eucalipto constituído no eixo Campo Grande - Três Lagoas, iniciou-se o processo de produção de carvão em grande escala. As siderúrgicas mineiras eram e continuam sendo as grandes interessadas nesse potencial madeireiro.

Ao avaliarmos o interesse das siderúrgicas mineiras, é compreensível que elas intercedessem nas relações de produção e de trabalho existentes nas carvoarias do Estado. Desse modo, algumas usinas siderúrgicas do Estado de Minas Gerais, por intermédio de suas empreiteiras, montaram suas carvoarias na Micro-Região de Três Lagoas, com o desígnio de tornar seguro o abastecimento de suas indústrias com o carvão, garantindo a produção industrial e não ficando à mercê das oscilações econômicas.

Além das empreiteiras mineiras, outras atreladas a empresas privadas e produtoras independentes (arrendatários) mantêm suas carvoarias na região, porém, engajadas às siderúrgicas de Minas Gerais, o que destaca a predominância da indústria siderúrgica mineira em relação às negociações da produção do carvão de Mato Grosso do Sul. Como já foi destacado previamente nos capítulos anteriores, além das siderúrgicas, o carvão, em menor quantidade, é negociado também em churrascarias do Estado de São Paulo e para uso doméstico em vários municípios de Mato Grosso do Sul e principalmente em Campo Grande. A dinâmica de comercialização do produto torna-se complexa no que se refere à identificação do processo produtor-consumidor, em razão das variações ocorridas neste sistema, provocadas pela terceirização dos setores de trabalho e mesmo pela condição de clandestinidade de algumas carvoarias.

As relações entre as diferentes instâncias que compõem a estrutura de produção e de comercialização do carvão vegetal são permeadas por vários sujeitos e espaços que caracterizam a atividade carvoeira e seu conjunto de relações, dando certa especificidade a essa organização.

O trabalhador carvoeiro está presente, efetivamente, nas primeiras etapas do processo produtivo, ressaltando o seu papel fundamental para a totalidade das relações de trabalho e de produção; empresas produtoras, empreiteiras e empresas consumidoras como churrascarias e supermercados, bem como os carvoeiros, estão inseridos no processo

sistêmico da produção/comercialização do carvão vegetal, porém, suas atuações são comumente atreladas a uma segunda etapa, a da comercialização do produto, e as indústrias siderúrgicas, articuladoras do todo social e econômico da atividade carvoeira, encontram-se na terceira etapa, a do consumo. No entanto, esta última está, em múltiplas ocasiões, presente desde o primeiro momento das relações, fator que se torna preponderante quando a empreiteira é contratada ou é de propriedade da própria usina. De tal modo, há um envolvimento desde a contratação do trabalhador até o consumo do produto.

Na terceira etapa é oportuno lembrar a participação de uma considerável parcela da população brasileira que em incontáveis finais de semana consomem o carvão vegetal, produto utilizado para a preparação do churrasco, prato muito comum no cardápio do brasileiro. Sendo assim, fazemos parte desse processo na qualidade de consumidores do carvão.

As carvoarias de grande porte que utilizavam e ainda utilizam a madeira do Maciço, foram montadas nas áreas próximas às florestas de eucalipto, compradas ou arrendadas para a exploração da madeira. Essa proximidade em relação ao local de exploração significa a redução dos custos com transporte.

É muito difícil enumerar a quantidade de carvoarias de pequeno, médio e grande porte, existentes até início da década de 1990 no eixo Campo Grande – Três Lagoas.⁵⁸ A precariedade das formas dos registros e seus arquivamentos dificultam esse trabalho. O IBAMA informou-nos que os documentos com dados anteriores a 1990 foram todos incinerados. Porém, sabemos que por meio de um cadastramento realizado pela PROMOSUL⁵⁹ em março e abril de 1996, existiam na Micro-Região de Três Lagoas cerca de 135 carvoarias, 47 delas localizadas no município de Ribas do Rio Pardo. A maior parte da floresta de *eucalipto* estava concentrada nesse município. As carvoarias ali instaladas eram, em sua maioria, de grande porte. Em Três Lagoas existiam aproximadamente 40 carvoarias, consideradas de menor porte e que utilizavam, em grande parte, madeira do cerrado e não do Maciço Florestal.

De acordo com um documento do IBAMA de 1998, referente ao cadastro das empresas produtoras de carvão vegetal no Estado, chegamos à conclusão que cada registro

⁵⁸ As carvoarias eram, como ainda são, classificadas da seguinte maneira: as que possuem até 50 fornos são consideradas pequenas; as que possuem de 50 a 150 fornos são classificadas como médias; e as com mais de 150 fornos são consideradas carvoarias de grande porte.

⁵⁹ Fundação de Promoção Social de Mato Grosso do Sul.

de empresa significava a existência de uma carvoaria. Todavia, em um relatório da Subcomissão, datado de 24 de julho de 1997, há dados que demonstram que uma empresa pode ser responsável por mais de uma unidade produtiva, estando todas as unidades cadastradas como uma só empresa, o que coloca em questão os prováveis números de carvoarias registradas pelo órgão (ver ANEXO 03).

Considerando a análise de tais dados, é possível constatar um aumento no número de carvoarias na Micro-Região de Três Lagoas. No Estado foi registrado um total de 637 empresas produtoras de carvão, sendo 185 delas situadas na Micro-Região de Três Lagoas. No município de Ribas do Rio Pardo, concentrava-se a maior parte das carvoarias, somando 81 empresas produtoras. Em Três Lagoas foram registradas 51 carvoarias, seguido por 34 em Água Clara, 12 em Santa Rita do Pardo e sete em Brasilândia.

Em março de 2003 foi efetuado pelo IBAMA um novo cadastramento das empresas produtoras de carvão, demonstrando que continua havendo um aumento no número de carvoarias no Estado, especialmente na Micro-Região de Três Lagoas. Foram registrados 796 produtores de carvão em Mato Grosso do Sul; 246 dessas empresas, de pessoa física ou jurídica, estão localizadas na Micro-Região em questão, divididas da seguinte forma: 104 em Ribas do Rio Pardo, 59 em Três Lagoas, 57 em Água Clara, 17 em Santa Rita do Pardo e nove em Brasilândia.

Portanto, verificamos que, mesmo não podendo confiar na fidelidade dos dados organizados pelo IBAMA, considerando que há muito mais carvoarias do que as cadastradas, o aumento da atividade é incontestável, seja elas carvoarias de alto nível produtivo, ou de cunho familiar, o que coloca esse setor produtivo como de importância para a economia do Estado e como fonte de manutenção das indústrias siderúrgicas mineiras, bem como elemento basilar para a sobrevivência das pessoas que estão envolvidas nesse universo, como trabalhadores ou como intermediários.

3.2 - A estratégia de organização socioespacial das carvoarias de Mato Grosso do Sul.

As instalações das unidades produtivas de carvão da Micro-Região de Três Lagoas possuem uma organização peculiar. São consideradas precárias e com poucas preocupações com a condição de vida do trabalhador. Tal organização facilita a

movimentação das carvoarias no meio das matas. Esse fator é importante para a produção, pois possibilita que as unidades sempre se fixem próximas à matéria-prima, no caso da exploração do Maciço, próximas à floresta de eucalipto (ver Figura 03).

Na imagem é possível notar, como pano de fundo, a plantação de eucalipto e logo à frente, a bateria de fornos funcionando a “todo vapor”, enquanto os trabalhadores, ao lado de sua casa, aguardam pelo momento exato do ponto do carvão. Esse universo, por vezes difícil de ser imaginado, torna-se acessível àqueles que desconhecem essa totalidade.



Figura 3 : Carvoaria em Ribas do Rio Pardo, 1995.

Foto: Germano Molinari Filho

Em geral, as carvoarias possuem uma organização simples, que gira em torno das baterias de fornos, sempre próximos de um córrego para a captação de água. Compõem o complexo de uma carvoaria, além dos fornos, os alojamentos ou as casa dos trabalhadores, a casa do empreiteiro, o gerador de energia e o local para refeição. Em determinadas situações, essas instalações localizam-se afastadas dos fornos. Porém, essa organização não se dá em todas as unidades produtivas, sendo característica nas carvoarias de maior porte, apresentando variações nas demais. Há casos, em carvoarias de médio e de pequeno porte, às vezes mesmo nas de grande porte, em que os fornos localizam-se perto das moradias dos trabalhadores, que comumente são barracos feitos de lona de matéria plástica, de cor preta, com retalhos de madeira cortada para a produção de carvão e cobertos com telhas de amianto. Não há espaço apropriado para a alimentação e o próprio empreiteiro não mora no local, residindo na cidade, transitando entre a carvoaria e o município onde mora.

Os fornos são construídos um ao lado do outro, linearmente, constituindo as chamadas baterias. Nem todas elas têm necessariamente a mesma quantidade de fornos –

em média são 25. Os fornos possuem um formato abobadado, com uma abertura para propiciar a entrada do trabalhador com a madeira. As aberturas são sempre do mesmo lado, seguindo um modelo, o que facilita o trabalho, uma vez que se empilha a madeira na frente das portas, a fim de facilitar o seu carregamento para dentro dos fornos. Todos os fornos têm suas aberturas dispostas de um mesmo lado, assim o trabalho de empilhamento da madeira se torna mais viável. O carvão já pronto, à espera do ensacamento, é colocado do lado oposto das portas (ver Figura 04).



Figura 4 : Carvoaria em Ribas do Rio Pardo, s.d.

Foto: Germano Molinari Filho

Os fornos medem 4 metros de largura na base, por 2 metros de altura, e eram, como ainda o são, construídos com o chamado tijolinho. Para a construção de um forno, utilizam-se cerca de três mil tijolos. A durabilidade de cada forno depende de sua manutenção; em média cada forno fica propício para o uso durante sete anos (ver Figura 04).

Cada forno possui 40 orifícios distribuídos por toda sua abóbada, com a função de assegurar que a pressão e o fogo se mantenham em condições estáveis. No processo de carbonização, alguns desses furos são fechados, como forma de controlar a entrada de oxigênio e conseqüentemente, a queima da madeira. Essas aberturas são dispostas em três camadas que, de cima para baixo, são denominadas: filas, baianas e tatus. Segundo os trabalhadores carvoeiros, os nomes baiana e tatu foram apelidos criados para identificar as camadas, porém, não sabem explicar o significado real dessas denominações. São marcas fortes no vocabulário dos carvoeiros, mas que em razão do trabalho transitório e penoso,

sempre com novas pessoas para os afazeres com o carvão, perdem-se na memória. Supomos que essas nomenclaturas estejam vinculadas à semelhança dos fornos com a carapaça de um tatu e com o vestido de uma baiana.

A carvoaria Mogi Mirim, localizada no município de Água Clara e de propriedade dos senhores Fidelcino da Silva Guidio Filho e Roberto Dias Ferreira, ambos paulistas, residentes no município de Três Lagoas, possui uma característica diferente na construção de seus fornos. Não há os orifícios como nos fornos da maior parte das carvoarias da Micro-Região de Três Lagoas. Os fornos possuem uma chaminé ao lado, que segundo os proprietários, dispensa sua vigília constante, além de melhorar o ambiente de trabalho, por diminuir a quantidade de fumaça.

No que tange à produção, cada forno tem capacidade de produzir semanalmente cerca de 7m³ de carvão, chegando a produzir, portanto, 28 m³ mensais. Esta estimativa de produção por forno leva em consideração o grande desperdício da biomassa florestal⁶⁰ durante o processo de queima do carvão. Em virtude das formas rudimentares de construção dos fornos para produção de carvão em Mato Grosso do Sul, perde-se em média de 60% a 70% de cada 1,0 m³ de madeira colocada no forno. A matéria-prima, transformada em fumaça e também em outros resíduos inaproveitáveis, prejudica a saúde das pessoas que trabalham nas carvoarias, provocando doenças pulmonares causadas pelas fuligens liberadas pelos fornos durante o processo produtivo.

Após alguns esclarecimentos sobre a disposição e o funcionamento dos fornos, trataremos da moradia dos trabalhadores. Até meados da década de 1990, período em que as denúncias sobre as condições de trabalho e de vida tornaram-se mais frequentes, as moradias eram, em grande parte, feitas de madeira e revestidas de lona preta de matéria plástica, cobertas com telhas de cimento amianto, assim como vemos na Figura 05.

As casas são compostas por um cômodo, às vezes dois, que abrigam o quarto e a cozinha. As camas são improvisadas com pedaços de madeira, os colchões são simples, de espuma. Nos quartos, onde dormem cerca de cinco pessoas, dependendo do tamanho da casa, ficam apenas as camas e os pertences dos trabalhadores. Em casos onde a cozinha divide o espaço da casa com o local para dormir, os mantimentos para a alimentação também são conservados no mesmo local. Para cozinhar, há na moradia um fogão, que em determinadas situações funciona a gás. Em outras, funciona o tradicional fogão à lenha. Como utensílios domésticos, os carvoeiros utilizam desde panelas, produtos

⁶⁰ A biomassa florestal representa os elementos de origem florestal utilizados como fonte de energia.

industrializados, até recipientes de óleo e de outros produtos para o cozimento dos alimentos (ver Figura 05).

É comum nas carvoarias a criação de galinhas e de porcos, fonte de proteína para os trabalhadores. Os animais parecem fazer parte da “convivência familiar”, pois transitam livremente entre as pessoas e os cômodos da casa.



Figura 5 : Moradia dos trabalhadores carvoeiros, s.d.

Foto: Germano Molinari Filho

Das carvoarias visitadas durante trabalho de campo em 1998, somente uma, a Mogi Mirim, possuía instalações de alvenaria. Após as denúncias de organizações não governamentais e de instituições, como a Comissão Pastoral da Terra e a Pastoral do Migrante, outras carvoarias melhoraram as condições de moradia, porém ainda permanecem no universo carvoeiro tais características que lhe dão sua peculiaridade.

No caso das construções de madeira e lona, os próprios trabalhadores cozinham, pois há no interior de seu barraco um pequeno fogão. No segundo caso, nas casas de alvenaria, há alojamentos para os trabalhadores, refeitórios e um cozinheiro.

É importante destacar que a presença dos cozinheiros e de outras melhorias nas carvoarias, só foram adotadas após as denúncias e a partir da adoção de programas governamentais cuja meta era retirar as mulheres e as crianças do cotidiano das carvoarias. Enquanto as famílias faziam parte desse cotidiano, a função de cozinhar era atribuída às mulheres que viviam junto aos maridos nos barracos de lona, ou em cômodos construídos para os casais. Os solteiros moravam nos alojamentos coletivos. Era comum a presença de pelo menos uma família nas unidades produtivas, e era a mulher a designada para o trabalho de cozinheira. Em alguns casos, as mulheres recebiam para cozinhar em outros

locais, não havendo qualquer compromisso legal, ou seja, cumpriam uma tarefa dentro da estrutura familiar em que a mulher era a responsável pelo serviço doméstico.

Em uma das carvoarias visitadas junto da Subcomissão, em 1998, localizada na estrada do Brioso, município de Três Lagoas, com o nome de Santa Maria do Brioso, conversamos com uma senhora, a única mulher no local. Ela nos disse que além de cozinhar e lavar para os 12 homens que trabalhavam com o carvão, ajudava o marido no processo de fechamento dos sacos, costurando-os, e ainda cuidava de seus três filhos. Segundo a senhora, o patrão a pagava pelas roupas lavadas e pelo trabalho na cozinha.

Antes das denúncias, esse papel da mulher era comum nas carvoarias. Posteriormente, com a sua ida para as cidades, esse papel passou a ser assumido pelos próprios carvoeiros. Mesmo assim, há notícias de que ainda existem mulheres e crianças morando e trabalhando em carvoarias, o que é possível de comprovar por meio de denúncia feita ao Telejornal MS TV, pela Delegacia Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul em 16 de março de 2003: (...) *fiscais flagraram trabalho escravo e infantil em duas carvoarias de Ribas do Rio Pardo, a 90 km de Campo Grande. Enquanto o bebê dorme em meio ao calor e a fumaça, o irmão Bruno de apenas dois anos, ajuda o pai na boca do forno* (rmonline, 2003, p. 01).

3.3 - As relações de trabalho na “indústria” do carvão

A especificidade das relações de trabalho e em produção de carvão em Mato Grosso do Sul pode ser detectada já na contratação dos trabalhadores. Essa contratação é caracterizada pelo aliciamento do trabalhador, por uma forma sedutora de convencimento. Na literatura existente sobre a questão das relações de trabalho em carvoarias, atribui-se genericamente as contratações dos trabalhadores a tal processo de aliciamento. Porém, nega-se uma leitura sobre as esperanças das pessoas a serem contratadas. Seria conveniente levar em consideração as vontades e as esperanças do trabalhador e não somente a astúcia do intermediário (empreiteiro e/ou capatazes), conhecido vulgarmente como “gato”.⁶¹

⁶¹ O “gato” é o intermediário que realiza a contratação dos trabalhadores. Esse intermediário pode estar relacionado a vários personagens que compõem o mundo das carvoarias, como, por exemplo, os empreiteiros, os capatazes, as donas de pensões. A denominação “gato” é dada pela astúcia como o intermediário aborda a pessoa a ser contratada.

A partir do instante em que a pessoa mantém relações com o intermediário para, informalmente, oficializar o acordo, significa que ela também tem interesses, independentemente dos discursos pronunciados pelos “gatos”. A vontade e a esperança no trabalho, de melhorar sua condição financeira e mesmo por uma questão de sobrevivência, faz com que ele, o próprio trabalhador, acredite na proposta, aceitando o trabalho e, conseqüentemente, as condições sob as quais ficará exposto em uma carvoaria.

Esta análise possibilita pensarmos o trabalhador carvoeiro em suas relações com os outros agentes que fazem parte de seu cotidiano de trabalho, demonstrando que ele também desempenha um papel nesse processo, que não o de simples “vítima”, mas de agente histórico fundamental para a produção carvoeira.

No município de Três Lagoas em 1999, dialogando com FJS, que já trabalhara como peão em fazendas de pecuária e também como carvoeiro, ele nos disse que o trabalho em carvoarias era “duro”, mas que era melhor do que ser visto como desempregado nas cidades; ao menos na carvoaria ele tinha um trabalho que o fazia digno aos olhos das pessoas da cidade. Sem o trabalho, ele acabava bebendo e brigando pelas ruas, motivo que o levou para as carvoarias da região. Disse-nos também que para fugir da polícia, em razão de uma briga, foi parar em uma carvoaria.

Com base na fala desse trabalhador, é possível observar que ele tem uma história que o levou às carvoarias e que mesmo em condições difíceis de trabalho, a realidade para ele configurava-se na oportunidade de desenvolver uma função, um trabalho. Ele não era uma vítima do processo, como normalmente são vistas pelos olhares de fora⁶² as pessoas que vivem nas carvoarias, mas sim um agente da história, um trabalhador da carvoaria, que precisava do trabalho para sobreviver e sentir-se *digno aos olhos das pessoas da cidade*.

Ao retroceder ao processo de contratação do trabalhador, pudemos averiguar (com base nos relatórios elaborados pela Subcomissão em suas visitas às carvoarias desde 1995 e na bibliografia consultada sobre tal temática) que a maioria dos trabalhadores eram migrantes oriundos dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo. Essa realidade era mais latente no início da produção carvoeira em larga escala em Mato Grosso do Sul.

⁶² Na interpretação da Subcomissão e Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul, fica exposta a condição de vítima das pessoas que trabalham em carvoarias: (...) *As empreiteiras aliciavam e ainda aliciam trabalhadores e suas famílias (...) longe de suas raízes, confinados nos eucaliptais, morando em barracos de lona em condições subumanas, não mantinham contato com organização de trabalhadores e ficavam a mercê dos agenciadores e empreiteiras (apud CPT, 1999, p. 220).*

Na década de 1980, período de instalação das grandes unidades produtivas de carvão, um grande percentual dos trabalhadores vinha de Minas Gerais, porquanto parte das empresas produtoras também eram provenientes desse Estado. Tais empresas contratavam pessoas que já tinham experiência com a produção de carvão, principalmente pessoas que viviam no Vale do Jequitinhonha (MG), região conhecida historicamente pela sua produção carvoeira. De acordo com uma reportagem da revista *Ciência Hoje*⁶³, de 2002, sobre a produção de carvão nessa localidade, (...) *o governo de Minas Gerais passou, em 1975, a incentivar atividades de reflorestamento e carvoejamento em boa parte do Norte e Nordeste do estado e na bacia no médio Jequitinhonha (...)* (CARVALHO, 2002, p. 51).

O fato de que os trabalhadores, nesse momento inicial, fossem em sua maioria vindos de Minas Gerais, nos faz refletir sobre a contratação aliciadora. Como é possível aliciar trabalhadores que já haviam trabalhado em carvoarias na região considerada como de maior pobreza no Estado de origem? Seria possível convencê-los de que em carvoarias de Mato Grosso do Sul eles teriam melhores condições de vida e de trabalho? Para trabalhadores que migraram do sertão nordestino para Minas e foram trabalhar em carvoarias nos municípios mais pobres de Minas Gerais, as carvoarias de Mato Grosso do Sul seriam mais um desafio, mais uma tentativa de mudar de vida. Isto não significa que não conhecessem as estratégias de contratação dos intermediários.

Mesmo que as carvoarias empregassem também trabalhadores do Estado de São Paulo, com já foi dito, de Mato Grosso do Sul e de outros lugares, como Paraná, Mato Grosso e Goiás, a maior parte dos trabalhadores veio de Minas Gerais. De acordo com os estudos da geógrafa Édma Aranha Silva⁶⁴ em pesquisa realizada entre os anos de 1999 e 2000, dentre 500 trabalhadores entrevistados nas carvoarias visitadas, 326 eram de Minas Gerais, 130 de São Paulo, 32 de Mato Grosso do Sul, seis de Goiás e seis de Mato Grosso (SILVA, 2002, p. 153).

As carvoarias em Mato Grosso do Sul significaram para as pessoas do Estado, mais uma forma de fugir do desemprego e das falsas promessas de industrialização e de construção de fábricas na Micro-Região, o que diminuiria as taxas de desemprego. O carvoejamento também foi uma alternativa de investimento para pequenos empresários que

⁶³ Revista de divulgação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 32, n. 188, nov. 2002.

⁶⁴ Professora da UFMS, Campus de Três Lagoas, e ex-membro da Subcomissão.

viam nessa atividade uma forma de aumentar suas rendas. Assim, agiam como empreiteiros e sub-empreiteiros, contratando trabalhadores para as unidades produtivas.

Para os fazendeiros da região a atividade carvoeira possibilitou o arrendamento de terras para pequenos e grandes produtores, como uma forma de auxiliar no desmatamento, especialmente da vegetação nativa. Significou também a possibilidade de sua inserção nessa nova atividade, ou seja, uma nova forma de investimento.

Além do “gato”, destacam-se ainda no processo de contratação dos trabalhadores nos municípios de Três Lagoas, Água Clara e Ribas do Rio Pardo, as donas e os donos de pensões,⁶⁵ com uma relevante participação nesse contexto. Geralmente eram pequenos hotéis denominados “pensão” e que também funcionavam como bar. Eram utilizados ainda como escritórios que contratavam pessoas desempregadas para o trabalho em carvoarias. Os donos desses estabelecimentos mantinham contato com os empreiteiros e negociavam a contratação dos homens e das mulheres que se dispunham a trabalhar nas carvoarias da região.

As pessoas em busca de emprego, em especial homens solteiros, dirigiam-se às pensões e ali firmavam um contrato informal com os donos, que lhes proporcionavam dormitório e alimentação até que os empreiteiros, os “gatos”, fossem buscá-los para os levarem às carvoarias.

Os homens permaneciam no pequeno hotel até que o dono ou o capataz fosse buscá-los. Os “gatos” pagavam aos donos das pensões as despesas dos trabalhadores. O montante pago ao dono da pensão, era posteriormente debitado na conta do trabalhador que, por sua vez, pagava-o com seu trabalho na carvoaria. Essa situação era comum nos municípios supracitados; desempregados que tinham nas pensões comida e abrigo e viam

⁶⁵ Sobre a criação das pensões, ressalta a socióloga Maria Estela Lemos Borges: *Remonta à década de 1960, quando tem início a construção da Barragem de Jupia, o surgimento das pensões para peões em Três Lagoas. Seus frequentadores iniciais foram os trabalhadores das obras de construção da barragem. Com o término das obras mais pesadas, ao fim da década, vários peões se deslocaram para novas frentes; outros acabaram ficando, aproveitados nas atividades de abertura e reestruturação das fazendas que, tomadas por uma dinamização no período, passaram a acolher mão-de-obra em quantidade significativa, da própria região ou vindas de outras terras* (BORGES, 2002, p. 148). As pensões, anteriormente conhecidas como casas de prostituição no município de Três Lagoas, datam da primeira metade do século XX, por volta de 1920, quando da ampliação e da manutenção da N.O.B (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) para o Estado de Mato Grosso. Três Lagoas foi o primeiro posto ferroviário no Estado. Possivelmente essas pensões abrigaram os trabalhadores da estrada de ferro. As pensões localizavam-se na hoje conhecida Avenida Clodoaldo Garcia, no sentido da estrada de ferro para o rio Sucuriú. O grupo de casas que compunha as pensões foi qualificado de prostíbulo pelas pessoas da cidade. Ainda hoje nas portas ou paredes de algumas residências que se localizam na antiga “zona velha”, assim chamada pelos mais antigos da cidade e atualmente um bairro chamado Santo André, vê-se escrito: “*casa de família*”.

nas carvoarias a única forma de pagar suas contas, para não ficarem mendigando nas ruas das cidades.

Esse era um dos modos de contratação, que abrangia principalmente os homens que saíam das carvoarias e iam para as cidades em busca de um emprego melhor. Eram trabalhadores em trânsito que em alguns casos, permaneciam na cidade até que o dinheiro ganho com o trabalho nas carvoarias acabasse. Após esse período, retornavam às pensões à espera de uma nova proposta de trabalho, que geralmente era para a ida a uma outra carvoaria, senão a mesma onde trabalhara anteriormente.

Uma outra prática de contratação, comum até o início da década de 1990, era a busca por trabalhadores em outros Estados, principalmente em Minas Gerais e no interior do Estado de São Paulo. Os empreiteiros se deslocavam das carvoarias de Mato Grosso do Sul até as cidades mineiras que compunham o Vale do Jequitinhonha, lugar onde as pessoas possuíam experiência com o trabalho carvoeiro. Eram feitas propostas atrativas; prometiam-se bons salários, moradia, acesso à cidade ao menos uma vez por mês. Nessa negociação, era previsto um adiantamento salarial para que as pessoas, contratadas informalmente, pudessem suprir seus gastos com a compra de ferramentas para o trabalho e com a alimentação. Posteriormente, o custo do transporte dos trabalhadores para as carvoarias era debitado em sua conta.

Para as famílias ou os solteiros que já tinham vivido em Minas Gerais as dificuldades de trabalhar em regiões de grande pobreza, como o Vale do Jequitinhonha, a oportunidade de tentar construir uma vida melhor no Estado de Mato Grosso do Sul tornava-se um sonho, vislumbrando a possibilidade de um futuro melhor tanto para si quanto para sua família.

Esse processo de contratação, assim como o primeiro, fazia com que as pessoas já chegassem às carvoarias endividadas, uma vez que as despesas com transporte, alimentação e/ou o adiantamento salarial eram descontadas no primeiro pagamento.

A facilidade para a contratação de mão-de-obra, bem como a manutenção do trabalhador nas carvoarias a um baixo custo, fazia com que a extração de carvão em Mato Grosso do Sul se tornasse cada dia mais atrativa aos olhos das indústrias siderúrgicas mineiras.

Comumente, as instituições e as organizações não governamentais referem-se à problemática das relações de trabalho nas carvoarias de Mato Grosso do Sul como algo absurdo e contrariando as práticas liberais do capitalismo do século XX. O sistema capitalista tem como diferencial o trabalho assalariado, portanto, como compreender

formas de contratação que endividam o trabalhador, fazendo com que ele passe a trabalhar visando apenas sanar sua dívida?

Para uma reflexão acerca do processo de ampliação do capital e a forma pela qual tal sistema se configurou na atividade carvoeira, “recriando” formas de trabalho que se assemelham às relações trabalhistas mantidas em outros períodos da história, atentemos para as observações de José de Souza Martins:

(...) estamos longe de compreender de modo substantivo esse fenômeno. Certamente não é um fenômeno puramente residual. Prefiro tratá-lo como uma expressão tardia de contradições próprias do desenvolvimento capitalista, que se manifestam em condições econômicas, sociais e culturais particulares. Certas “necessidades” aparentemente secundárias do processo de reprodução ampliada do capital estão se encontrando com sobrevivências culturais do passado, que levam a uma refuncionalização da servidão. Mas a servidão por dívida e as formas não contratuais de exploração do trabalho continuam tendo uma função nos setores intermediários e pobres da economia. A terceirização do trabalho coloca esses setores a serviço do grande capital e das grandes empresas, o que nos põe diante de um verdadeiro sistema de exploração do trabalho vinculado à própria dinâmica do capitalismo. Esse é, certamente, o ponto mais grave. Não estamos apenas em face de episódios e surtos de violação dos direitos sociais e dos direitos trabalhistas (MARTINS, 2002, p. 152-3).

Ao contrário da forma como é tratada a questão no senso comum, especialmente pelas instituições que combatem a prática do contrato de trabalho informal e a servidão que endivida logo no início das relações de trabalho, torna-se fundamental um conhecimento aprofundado dos contextos históricos em que se desenvolveu o sistema capitalista no Brasil. Não basta somente a indignação diante das práticas de servidão; é primordial buscar os porquês, porém, uma busca que não se reduza às retaliações ao sistema vigente, mas sim uma busca que proporcione o entendimento das relações capitalistas de trabalho em suas especificidades e em seus desdobramentos.

Entender como funciona essa dinâmica do “capital marginal”, isto é, aquele que busca condições para equiparar-se ao grande capital, na produção carvoeira de Mato Grosso do Sul é uma tarefa difícil, diante da complexidade das relações. No entanto, é importante para estudar as formas de contenção das relações de trabalho exploratórias que ainda permanecem nas unidades produtivas de carvão.

As observações de Martins nos servem como parâmetro para uma reflexão crítica acerca das estratégias de contratação das pessoas que se dispõem ao trabalho nas carvoarias, de forma que se construa um pensamento que não reduza as relações de trabalho ao binômio dominante-dominado. Mais relevante é situarmo-nos diante de uma complexa relação entre interesses diversos, regidos pela mutação das relações econômicas, políticas, sociais e culturais.

A partir da expansão da atividade carvoeira no estado de Mato Grosso do Sul, as relações de contratação tomaram formas distintas. Inicialmente a busca por trabalhadores em outros Estados era comum, mas a partir de meados da década de 1990, a situação tornou-se outra. Em entrevista realizada em 1998 com um dono de carvoaria,⁶⁶ foi possível notar a transformação ocorrida na forma de contratação dos trabalhadores. Durante o diálogo com o dono da carvoaria, perguntamos sobre a estratégia usada para a contratação. Sua resposta foi a seguinte: *Ao longo desses sete anos que a gente vem trabalhando, a empresa se tornou conhecida, não temos a preocupação de ir ao encontro deles, eles que nos procuram ou vêm na empresa diretamente, nós não temos mais esse tipo de problema não.*

O proprietário da carvoaria deixou claro que naquele momento não havia mais necessidade de trazer trabalhadores de outras localidades, ou de ir buscar pessoas para o trabalho, prática adotada em períodos anteriores.

As questões postas possibilitam uma análise aprofundada do processo de aliciamento, tão discutido e criticado pelas instituições, a partir de uma outra óptica, que propõe o entendimento das relações de trabalho situando os trabalhadores enquanto agentes que participam desse processo e não somente como vítimas, mas sobretudo como homens e mulheres que se inserem nesse “jogo” em face de suas próprias necessidades. A lógica das relações de trabalho nas carvoarias depende desse encontro do trabalhador com o contratante. Lógica essa, estruturada pela ampliação do capital nos Estados “marginais”, que cria, nesse contexto, uma forma de exploração do trabalho.

As indagações feitas até o momento, mais especificamente aquelas que tratam do processo de aliciamento dos trabalhadores, têm como objetivo construir argumentos para que possamos retornar à análise do processo de trabalho nas carvoarias.

Após o primeiro contato, quando a pessoa é contratada pelo “gato”, o trabalhador é levado ao ambiente de trabalho. As carvoarias, como já foi salientado, localizam-se nas matas – de eucalipto ou nativas – normalmente distantes das cidades, dificultando o acesso do trabalhador até elas. O trabalhador dificilmente se afasta do seu ambiente de trabalho. Já que ali permanece, ele se dedica integralmente ao trabalho, uma vez que seu ganho será contabilizado na quantidade de produção da madeira ou de carvão.

⁶⁶ Essa entrevista foi realizada com o senhor Fidelcino Guidio em seu escritório na cidade de Três Lagoas, durante o período de desenvolvimento de um projeto de pesquisa de Iniciação Científica da UFMS, *Campus de Três Lagoas*, coordenado pelo professor Germano Molinari Filho. Além de nós, participaram da entrevista o professor Germano e a graduanda em História, Juliana Tavares Costa, que fazia parte do projeto, pesquisando sobre o processo produtivo do carvão.

Há uma divisão do trabalho peculiar nas unidades produtivas, no entanto, determinadas funções podem ser exercidas pela mesma pessoa. A produção de carvão vegetal iniciava-se, efetivamente, com o trabalho do “motoqueiro”, homem responsável pelo corte da madeira. Sua remuneração era feita por produção, cerca de R\$ 1,00 por m³ de madeira cortada.⁶⁷ Com uma motosserra, o “motoqueiro” se dirigia até à mata de eucalipto para o processo de derrubada das árvores que, após a queda, eram cortadas em toras de, em média, 1,20 m. Quando a derrubada acontecia em mata nativa, utilizava-se o chamado “correntão”, uma corrente de grandes elos presos a dois potentes tratores que avançavam pela mata derrubando todas as árvores do caminho. Nesse processo as árvores eram completamente extraídas, com raízes e tudo o mais.

Os trabalhadores diziam que era bom o trabalho nas carvoarias apesar de um tanto perigoso, pois sempre há riscos – no caso do corte com a motosserra – de a madeira, durante a derrubada, cair sobre o “motoqueiro”. Era comum, segundo a fala dos trabalhadores e dos patrões, acidentes nesse setor de trabalho. Questionamos um dono de carvoaria sobre tal assunto, perguntando-lhe sobre o ocorrência desse tipo de acidente em sua carvoaria, situada no município de Água Clara. A resposta foi a seguinte:

Já, já, já, na parte do corte, e às vezes a gente diz acidente, são coisas corriqueiras, mas houve já, já houve acidente até grave, no caso, mas a pessoa recebeu todo o amparo, sem problema nenhum dentro de uma normalidade muito grande. Na parte do corte o acidente mais comum que pode acontecer com maior frequência é o “coice” de uma árvore, quando a árvore vem ao encontro da pessoa atingindo-a, ou então, a corrente da motosserra, por isso que eles trabalham com perneiras, com bota especial; se acontecer um acidente a parte atingida está protegida com esses equipamentos. Mas não trabalhando com esses equipamentos, corre-se o risco de corte na pessoa.

Segundo as instituições de fiscalização, o trabalho com o desmatamento requer uma certa especialidade e a utilização de EPI's.⁶⁸ Contudo, a maioria dos “motoqueiros” não utilizava esses equipamentos. Diziam ser incômodos para o desenvolvimento do trabalho. Isto foi constatado pela Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul – Três Lagoas, em visitas às carvoarias. Entretanto, no cotidiano das carvoarias, as situações que envolvem esse tipo de acidentes são tidas como comuns, mesmo pelos trabalhadores, que em suas falas não fazem desses

⁶⁷ Os valores, aproximados, da remuneração dos trabalhadores foram obtidos mediante a consulta aos relatórios da Subcomissão elaborados entre os anos de 1997 e 1999.

⁶⁸ Equipamentos de Proteção Individual. Exige-se do trabalhador que exerce funções consideradas perigosas, a utilização de tais equipamentos, não somente em carvoarias, mas também em outras atividades com risco constante de acidentes.

acidentes algo tão assustador como normalmente se referem a eles os órgãos de fiscalização.

As pessoas que trabalhavam e que ainda trabalham na produção do carvão, bem como pessoas que desenvolviam outros trabalhos nesse universo, criaram intimidade com seu cotidiano e certamente sabiam se precaver e lidar com determinados problemas ocorridos em seu local de trabalho, que também era seu local de moradia. Como todo especialista, também o “motoqueiro” detinha um certo controle de sua atividade, sabendo do perigo que corria em determinadas ocasiões. Estas observações não são feitas a fim de negar o perigo de se trabalhar na atividade de desmatamento, mas sim com o intuito de provocar uma reflexão acerca das práticas da sociedade ocidental, que nega o outro e seu conhecimento, sempre indicando o caminho certo a seguir e enquadrando as pessoas nas normas sociais de trabalho vigentes.

Após o corte da madeira, o próximo passo da dinâmica de trabalho é o empilhamento da madeira, que é feito pelo “muqueiro”⁶⁹, também conhecido como “embandeirador” ou “juntador”. O “muqueiro” carregava a madeira cortada empilhando-a de forma que se facilitasse o carregamento dos caminhões que levavam a madeira até o forno. Para desenvolver essa função, o trabalhador recebia também por produção, R\$ 1,00 por m³ de madeira empilhada, chegando a receber em média R\$ 8,00 por dia de trabalho. Em geral, todas as atividades desenvolvidas nas carvoarias são remuneradas pela produção, tendo como base quantitativa a produção em metros cúbicos.

As atividades de trabalho desenvolvidas nas unidades produtivas de carvão eram, como ainda são, consideradas móveis. Na falta de um trabalhador para realizar determinadas funções, outros assumiam o trabalho. Na falta de um “motoqueiro”, o “muqueiro” derrubava as árvores, e na falta do “muqueiro”, o próprio “motoqueiro” as derrubava e empilhava. Desse modo, mesmo que existisse uma certa divisão de trabalho, ela era complexa, o que tornava difícil identificar precisamente quem desenvolvia esta ou aquela atividade. Em meio a essa complexidade, era organizada também a forma de pagamento, em face das dificuldades sobre o controle do que era produzido.

Seguindo o processo de trabalho, o próximo passo, após a madeira ter sido empilhada, há o seu transporte para a boca do forno. O transporte é feito com caminhões e/ou tratores, que em sua maioria, encontrava-se em precárias condições de funcionamento. Porém, segundo os trabalhadores, para o carregamento da madeira, esse meio de transporte

⁶⁹ Essa denominação estava relacionada ao desempenho físico (“muqueiro”: aquele que tem muque, que tem a força muscular) necessário para o carregamento e o empilhamento da madeira.

era ótimo, comparado ao carro de boi utilizado em períodos anteriores.⁷⁰ Diziam que não eram necessários caminhões novos ou em boas condições para aquele tipo de atividade, mesmo porque só transitavam da mata em direção aos fornos de carvão, o que representava cerca de dois a 10 km de distância em meio às florestas de eucalipto.

O responsável pelo transporte da madeira era o “puxador”, o motorista que além desse ofício, descarregava e empilhava a madeira próxima às baterias de fornos (ver Figura 07). Era comum o puxador de madeira receber pelo seu trabalho por via de três formas: por produção, a R\$ 1,00 por m³ transportado; por carregamento de madeira, entre R\$ 2,50 e R\$ 3,00; ou ainda por dia de trabalho, quando o ganho somava uma quantia de R\$ 7,00 a R\$ 9,00.

O passo seguinte no processo de produção e de trabalho é o enchimento dos fornos com a madeira para a carbonização. Tal processo é realizado pelo “carbonizador”, também conhecido como “queimador”, que normalmente se responsabiliza pela manutenção de 12 a 15 fornos (ver Figura 06).



Figura 6 : Carvoeiro enchendo o forno com eucalipto para o processo de carvoejamento – Ribas do Rio Pardo.

Foto: Arquivo da SPIFACTMS/TL.

O “queimador” empilha a madeira dentro do forno; cada forno comporta cerca de 20m³ de madeira, que pode ser disposta de duas formas, horizontal ou verticalmente. Segundo informações dos trabalhadores, quando a madeira é empilhada no sentido vertical, o carvão adquire uma melhor forma, ao passo que no sentido horizontal, ele se despedaça

⁷⁰ O carro de boi e a carroça, puxada por cavalos ou muare, foram muito utilizados em períodos anteriores no trabalho dentro das carvoarias. A utilização era mais freqüente nas unidades produtivas de pequeno porte, de cunho familiar.

com maior facilidade. Depois de organizada a madeira, a porta do forno é fechada com tijolos e embarrada com uma massa composta por água e solo areno-argiloso, próprio do local (ver Figura 07). Esse trabalho era comumente realizado pelas crianças quando elas moravam e permaneciam durante o dia inteiro nas carvoarias.



Figura 7 : Adolescente barreando o forno de carvão

Foto: Arquivo da DRT/MS.

O fechamento é feito com as mãos. Após o fechamento dos fornos, ateava-se fogo, com auxílio de óleo diesel, por uma abertura superior. A partir desse momento até que o processo de queima do carvão chegasse ao estado desejado, o responsável pelos fornos vivia um período diuturno de observação. Gradativamente o carvoejador deveria tapar os furos dos fornos, de cima para baixo, controlando o processo de queima da madeira, seguindo as exigências de produção. Os carvoeiros sabem o momento exato do fechamento das aberturas, observando a coloração da fumaça que sai dos fornos. No instante em que o forno exala uma fumaça azulada, eles sabem que é chegada a hora de obstruir todos os orifícios para que o fogo se apague totalmente.

Enquanto ocorre o processo de carbonização da madeira, é exigido do carvoeiro um período de vigilância dos fornos, que se prolonga entre três e quatro dias, a fim de que o carvão não “passe do ponto”. Ao “queimador” também é delegada essa função, uma vez que exige conhecimento prévio do processo de carbonização. Não se pode correr o risco de perda da produção, o que acarretaria uma dupla perda, tanto para o proprietário quanto para o empregado, pois os dois obtinham suas rendas de acordo com o número de fornadas de

carvão. O “queimador” ganhava R\$ 5,00 por forno abastecido com madeira e R\$ 3,00 pela queima da madeira até o “ponto de carvão”.

A mutação da madeira em carvão vegetal, observada a aplicação graduada de calor, se dá pelo fenômeno de pirólise.⁷¹ Tal fenômeno ocorre durante o processo de queima, até que o calor se aproxime dos 380 a 500 graus centígrados. Ao findar os dias previstos para o processo de transformação da madeira em carvão vegetal, os fornos são abertos, necessitando-se ainda, de mais dois dias para o seu resfriamento. Uma forma encontrada para obter rapidamente a queda da temperatura é o resfriamento com água. Abrem-se os fornos e lança-se água com o auxílio de condutores de borrachas ou carros pipas.⁷²

A retirada do carvão do forno pode ser feita tanto pelo próprio “carbonizador” quanto por outro trabalhador, geralmente chamado “desenformador”. Para a retirada do carvão dos fornos, usa-se uma grande cesta confeccionada com arame, objeto que auxiliava o transporte do carvão até os locais de ensacamento.⁷³

Parece difícil, para quem compartilha de um outro universo social, compreender porque essas pessoas continuam a se sujeitar a tais condições de trabalho nas carvoarias. Torna-se mais penoso ainda alcançarmos um pensamento que é construído em uma lógica de vida diferente da que temos como paradigma. A Figura 08 é trazida ao texto para representar o cotidiano dos carvoeiros. Junto ao adolescente, em meio ao tempo esfumaçado, dividem com ele o espaço seus instrumentos de trabalho: os fornos, a mangueira e a cesta de arames.

⁷¹ Decomposição de um material orgânico pelo calor a que é submetido.

⁷² Os condutores de borrachas eram utilizados quando se dispunha de regos d’água nas unidades produtivas, sendo auxiliados por geradores. Nos casos em que não havia córregos próximos, eram feitos poços artesanais, e a água era levada até os fornos por carros pipas.

⁷³ O carvão era, como ainda é, colocado em sacos feitos de ráfia – fio obtido em processo sintético que se assemelha ao fio de ráfia, extraído das fibras de um gênero de palmeiras que possui essa denominação.



Figura 8 : O cotidiano dos carvoeiros: o jovem e seus instrumentos de trabalho: o cesto de arame, a mangueira d'água e os fornos em meio à fumaça.

Foto: Arquivo da DRT/MS.

Outro instrumento muito utilizado no dia-a-dia de trabalho é o rastelo de ferro, que auxilia no momento de puxar o carvão para fora dos fornos. Em seguida, neste caso, o carvão é ensacado próximo ao forno.

O ensacamento do carvão é feito por uma pessoa conhecida pela denominação de “chapa”⁷⁴, podendo ser realizado igualmente pelo “queimador”, representado na Figura 09.



Figura 9 : Trabalhadores ensacando o carvão.

Foto: Arquivo da SPIFACTMS/TL.

⁷⁴ Popularmente o significado de “chapa” está relacionado ao camarada, que simboliza a pessoa que desenvolve serviços avulsos. Esses homens são contratados nos chamados pontos de chapa, como diaristas. Esses são os locais em que essas pessoas, normalmente desempregadas, esperam por uma oportunidade de trabalho. Tais pontos localizam-se próximos a postos de gasolina e nas estradas de acesso às carvoarias, ou por onde circulam caminhões de transporte de mercadorias que necessitam do trabalho temporário para carga ou descarga.

Os “chapas”, segundo os relatórios da Subcomissão, ganhavam R\$ 70,00 por carga, pagos pelo ensacamento do carvão e pelo sucessivo carregamento do caminhão. Porém, segundo os carvoeiros, esse ganho era variável, porque nem sempre tais funções eram realizadas pelos “chapas”. Elas poderiam ser desenvolvidas pelos próprios carvoeiros e, nesse caso, o ganho era inferior.

Normalmente o processo de carregamento dos caminhões (ver Figura 10) dava-se da seguinte maneira: em primeiro lugar, abastecia-se a carroceria do caminhão até o nível de suas laterais com o carvão sem o acondicionamento, o carvão não ensacado; em seguida, sobre ele, era colocado o carvão ensacado. Pronta a carga, ela era amarrada cuidadosamente, a fim de se evitar que a mercadoria caísse durante a viagem.



Figura 10 : Homens realizando o processo de carregamento do caminhão com carvão a granel.

Foto: Arquivo SPIFCTMS/TL.

Os trabalhadores diziam que essa prática era comum, pois barateava o preço do produto. O carvão vegetal transportado a granel, chamado de “munha”, era considerado resto, uma vez que era muito quebrado ou moído e por isso, vendido a um preço inferior.

Após o trabalho, os “chapas” voltavam com o caminhoneiro até o seu ponto e recebiam o pagamento pelo trabalho realizado. Mesmo fazendo parte do processo de produção do carvão, esse trabalhador não permanecia no ambiente de trabalho por muito tempo. As relações de trabalho vivenciadas pelos “chapas”, bem como por uma parte dos trabalhadores que passam, a trabalho, pela carvoaria, são interpretadas por Maria Stela Borges como relações de peonagem.⁷⁵

⁷⁵ O sistema de relações denominado peonagem caracteriza-se por uma mão-de-obra não especializada, na qual as pessoas desenvolvem várias atividades de trabalho. O peão, também nomeado pelo senso comum

O trabalho volante, em versão própria da região de Três Lagoas, definiu-se, como ainda se define, como um feitiço específico de sujeição ao trabalho, especialmente quando apontada como fragmento das relações de trabalho observadas nas carvoarias. Com o propósito de contribuir com as ressalvas levantadas acerca do binômio carvoaria-peonagem, citamos as observações de BORGES, em que a autora demonstra existir certa especificidade na atividade carvoeira no que se refere à distinção das origens dos trabalhadores:

O que se pode observar a partir da análise das entrevistas com os peões é que parte significativa deles, exceção feita à grande maioria dos mineiros, que vinha direto para as carvoarias, havia passado pelos pólos mais industrializados trabalhando na construção civil e alguns em atividades nos terciário. O que se observa, analisando-se o itinerário percorrido por eles, não é um fluxo de retorno, mas um fluxo dirigido para uma região onde se encontra trabalho e que não exige uma mão-de-obra qualificada, como já se estava exigindo nas regiões com desenvolvimento tecnológico mais avançado, que por isso mesmo já começavam a excluí-los do mercado de trabalho formal (BORGES, 2002, p. 120).

Uma característica marcante do carvoeiro até meados de 1990 era a participação habitual de sua família na totalidade da vivência na carvoaria. Ela (a carvoaria) simbolizava não somente um espaço de trabalho passageiro que garantiria ao peão um ganho para manter sua precária condição de vida, mas também era o universo onde homens, mulheres e crianças erigiam seus referenciais de vida em família e em grupo. Segundo BORGES,

O peão-do-trecho nunca é do lugar onde está. Sempre em trânsito, em busca de melhores condições de trabalho, vaga, entre um trabalho e outro, de um para outro lugar, tendo como referencia a cidade, quase sempre em um bar, junto aos companheiros, também peões, conversando, rindo, geralmente bêbado, sua condição usual quando não está trabalhando (BORGES, 2002, p. 134).

O peão-do-trecho é reconhecido pelo seu não enraizamento, pela sua condição constante de busca, o que existe em alguns casos no trabalho nas carvoarias. Destarte, o carvoeiro, além dessa definição, é um trabalhador que construiu junto à atividade carvoeira sua especialidade, sua profissão, sua referência de viver em família e em sociedade, sua dignidade. O carvoeiro tem a carvoaria não somente como seu local de trabalho, mas

como “pau pra toda obra”, trabalhava, e ainda trabalha, com o desmatamento de áreas para a formação de pastagens para a pecuária, no corte da cana-de-açúcar, na colheita de sementes de braquiária, na lida com o gado e a partir da ampliação da atividade carvoeira no Estado, na década de 1980, esse personagem fez-se presente no cotidiano de trabalho das unidades produtivas de carvão.

sobretudo como o local onde vive todas as outras relações sociais do cotidiano de um “trabalhador do mato”.

Essa permanência no local de trabalho e mesmo a necessidade de um ganho maior, fazia com que o trabalhador de carvoaria, em suas relações com o empreiteiro ou o dono da carvoaria, se dispusesse a realizar vários papéis. Sendo assim, é possível refletir sobre a ambigüidade de tais relações, podendo estas assumir diferentes configurações. Mediante a peculiaridade desse contexto de vida e de trabalho, é inconveniente emoldurar essas relações em uma divisão linear de trabalho.

Nos casos em que as famílias moravam nas carvoarias, era comum que mulheres e crianças fizessem o trabalho de fechamento dos fornos e dos sacos de carvão. O trabalho das mulheres e das crianças significava menos tempo gasto pelos homens com essa atividade, podendo ele se voltar para as demais, aumentando assim sua capacidade de produção.

Para o fechamento dos sacos de ráfia, era preciso tempo, já que esse processo dava-se por meio da costura dos sacos. Segundo os homens, as mulheres desenvolviam com mais perfeição essa atividade. Como já salientado, os papéis femininos nas carvoarias de Mato Grosso do Sul também possuem uma certa complexidade; além de suas atribuições como mãe e esposa, realizando os trabalhos domésticos, a mulher realizava também, no intuito de contribuir com a renda mensal, as funções relacionadas ao processo de produção de carvão.

O trabalho familiar era comum nas carvoarias de pequeno porte (na sua maior parte, pertencente ao próprio produtor). Os membros da família realizavam todas as atividades, divididas segundo o sexo e a idade. Portanto, mulheres e crianças desenvolviam funções tidas como mais “leves”, enquanto os homens e os jovens desempenhavam as funções que requeriam maior força física.

Pessoas que investiam na produção de carvão empregavam seus familiares como forma de todos ganharem com o trabalho. Basílio Dias⁷⁶, residente no município de Três Lagoas, era proprietário de uma carvoaria que arrendara em Ribas do Rio Pardo. Em sua carvoaria trabalhavam um filho, irmãos, sobrinhos e cunhadas.

Segundo Basílio Dias, essa era uma forma de todos se ajudarem e melhorarem sua condição financeira, visto que o desemprego aumentava e as oportunidades no mercado de

⁷⁶ Essas informações foram obtidas em entrevista com o proprietário de carvoaria, realizada em março de 1998 na cidade de Três Lagoas.

trabalho para quem não tivesse um certo grau de formação, eram desanimadoras. Desde o final da década de 1970, Dias trabalhava nesse ramo, dizendo que era difícil, porque o trabalho de um carvoeiro era pesado. Sendo assim, *quem fosse para uma carvoaria desempenhar tal função tinha que entender isso, não adiantava achar que ia ficar rico de um dia para noite trabalhando pouco*, mas que valia a pena, por não depender de patrão.

Por intermédio da fala desse dono de carvoaria, que ao mesmo tempo era carvoeiro, foi possível perceber que, assim como ele, muitas outras pessoas vivenciam essa relação familiar de trabalho. E foram, como ainda são, elas quem mais sofreram com os rigores das fiscalizações dos órgãos governamentais.

No caso supracitado, da pequena carvoaria, o próprio dono, que também é trabalhador, reveste-se da figura do empreiteiro, que nesse contexto perde a pecha de malfeitor, que lhe é genericamente atribuída pelas instituições e pelas organizações inseridas nesse meio, uma vez que, nesse caso, Basílio Dias, além de gerenciar a carvoaria, é um dos que realizam determinada atividade no cotidiano de trabalho. Assim como os outros, ele incorpora a função necessária sem uma divisão de trabalho estipulada.

Já nas carvoarias de médio e grande porte, o empreiteiro é o grande vilão, é aquele que seduz pelo aliciamento, é quem observa atentamente os passos dos carvoeiros, castigando-os pelo não cumprimento das funções.

O “gato” está, assim como os outros intermediários, entremeadado nas relações de trabalho e de produção da atividade carvoeira, que em sua singularidade é caracterizada pelo desdobramento do capital no meio rural. Ademais, é também “vítima”, assim como os outros inseridos nesse contexto de relações de poder.

3.4 - Condições de vida e de trabalho: ações institucionais e políticas públicas

A família morava num barraco de lona preta, próximo dos fornos. A miséria era quase absoluta: não havia água, luz, condições mínimas de alimentação, higiene, vestuário e o isolamento eram totais. Nenhuma das crianças estava na escola. Foi aí que conhecemos V.G.S, de 7 anos, carinhosamente chamado de Siri. Ele não está estudando, pois, “não arrumou escola. A que tem fica longe”. Na verdade, depois de algum tempo de conversa ele confessa que não gosta de estudar, gosta mesmo é de trabalhar na carvoaria. Mas o que ele mais gosta de fazer é dirigir o trator e puxar lenha até os fornos. Aquele que deve ser o menor tratorista do mundo, sorri ao dizer que acha a carvoaria bonita, principalmente a fumaça e o carvão (Cláudio B. Guerra, 1998, p. 08).⁷⁷

As condições de vida e de trabalho nas carvoarias de Mato Grosso do Sul foram desde o início das denúncias, foco de atuações do Estado e de instituições não governamentais. As principais ações tratavam a problemática de crianças desenvolvendo atividades no processo de produção do carvão, questão esta que atraiu os olhares de diversos órgãos.

As pesquisas e as contribuições de entidades parceiras, que se uniram a fim de oportunizar aos grupos de intervenção melhor desempenho em suas ações, estavam centradas na averiguação das condições de vida e de trabalho das pessoas que moravam nas carvoarias. A preocupação deu-se em torno do enquadramento das relações vividas nas carvoarias, nos aspectos materiais, sociais e humanos das regras que gerem a sociedade.

Durante a década de 1970, anos em que o regime de peonagem atingiu cerca de meio milhão de trabalhadores no País, as denúncias de práticas de trabalho aliciatório e análogo ao trabalho escravo não tiveram ressonância. Somente em fins da década de 1980, quando as crises econômicas afloram e as políticas de desenvolvimento nacionais tomaram dimensão, iniciou-se uma constante discussão sobre tais questões.

O papel do Estado nesse momento foi o de mediador, ressaltando a exploração do trabalho enquanto prática ilícita e posteriormente, implementando políticas públicas paliativas como forma de reprimir e de gerir essas relações.

Em meados da década de 1990, as denúncias referentes à existência de trabalho análogo ao escravo no Brasil, tomaram grandes proporções. O País conheceu destaque

mundial nas páginas de jornais, de revistas e nas telas de televisões, como mantenedor de práticas sociais embasadas na exclusão e de trabalho repressivo (especificamente no meio rural).

Com o propósito de conter a exploração do trabalho em grandes fazendas da região Norte, foi constituído, em 1995, o Grupo Móvel da Secretaria de Fiscalização do Trabalho (Sefit). Criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, esse grupo tinha suas sedes e seus representantes em cada região do País. O grupo estava subordinado à Secretaria de Fiscalização, localizada em Brasília, e era chefiado por um coordenador e composto por médicos, engenheiros e fiscais do trabalho. A atuação desse grupo visava suplantar as influências das pressões de grupos políticos e econômicos locais.

Equipes como esta, destacando as particularidades dos objetivos do trabalho de cada grupo, foram organizadas em Mato Grosso do Sul, com o intuito de interferir especialmente nas carvoarias e nas destilarias, em virtude das denúncias de trabalho escravo e infantil feitas por organizações não-governamentais. Atuaram nesse processo de fiscalização das condições de trabalho e denúncias, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a CPM (Comissão Pastoral do Migrante) e o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência), tendo como objetivo diagnosticar e denunciar empresas, fazendas ou empreiteiras que mantivessem pessoas em condições de vida e de trabalho que se assemelhassem a uma situação de semi-escravidão.

Em 1993 a Secretaria Estadual de Cidadania, Justiça e Trabalho (SECJT), em parceria com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Universidade Católica Dom Bosco, o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, a Secretaria de Estado de Educação, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribas do Rio Pardo, a Central Única dos Trabalhadores, entre outras instituições, compuseram a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias no Estado de Mato Grosso do Sul.

As ações da Comissão foram voltadas essencialmente para a fiscalização de denúncias, enquanto outros órgãos, principalmente as ONG's, tinham como objetivo

⁷⁷ *Apud Infância*: informativo dos projetos apoiados pela UNICEF em Mato Grosso do Sul, Campo Grande, ano II, n. 5, jul./ago./set. 1998.

desenvolver trabalhos de “humanização”⁷⁸ com as pessoas que viviam e trabalhavam em carvoarias ou em outras atividades.

Em razão da dificuldade de atuação da Comissão em todo o Estado e da especificidade da região em que se localiza o Maciço Florestal de Eucalipto, no eixo Campo Grande – Três Lagoas, local onde se encontravam os maiores números de carvoarias no Estado, foi constituída posteriormente, no ano de 1995, uma Subcomissão responsável pela fiscalização e denúncia na Micro-Região de Três Lagoas. Faziam parte da Subcomissão membros das seguintes instituições: UFMS – *Campus* de Três Lagoas, Câmara Municipal de Três Lagoas, Comissão Pastoral da Terra, Serviço de Formação e Assessoria Popular, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Instituto Nacional de Seguro Social, Secretaria Municipal de Educação de Três Lagoas, Secretaria de Assistência Social, Promotoria de Justiça e Secretaria Municipal de Saúde de Três Lagoas.

O grande esforço em organizar tais grupos de defesa dos direitos humanos veio à tona, especialmente em Mato Grosso do Sul e em Minas Gerais, a partir de acusações feitas por instituições internacionais como a *Anti Slavery International*, referente à existência de trabalho infantil nas carvoarias, olarias, destilarias e madeireiras nesses Estados.

Foram inúmeros os projetos organizados, tanto como políticas públicas do Estado e para o Estado, quanto como empreendimentos assistencialistas e imediatistas, que envolviam a temática da erradicação do trabalho infantil no Estado de Mato Grosso do Sul.⁷⁹ Os grupos constituídos durante a década de 1990, com o intuito de fiscalizar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores de carvoarias, desenvolviam seus

⁷⁸ A expressão “humanização”, empregada no texto, reflete o entendimento das instituições governamentais e não governamentais sobre o modo de agir para fazer com que as pessoas que vivem e trabalham nas carvoarias possam resgatar sua dignidade de ser humano. O compromisso de “humanizar” essas pessoas é pautado em ações, como: aconselhamento psicossocial, orientação sobre princípios básicos de higiene e de saneamento básico, cursos de crochê e de costura, cursos de formação para a sociabilização; (...) *elas vivem isoladas socialmente, já que as distâncias dos centros urbanos são enormes (...)* Este trabalhador se encontra em uma situação tão degradante que está perdendo a consciência de sua dignidade, como ser humano (NASCIMENTO, 1999, p. 53-4).

⁷⁹ Os projetos que sobressaíram e tornaram-se mais conhecidos foram: o PAI - Programa de Ações Integradas – de 1995, que tinha como enfoque a eliminação do trabalho infantil e como parceiros, o governo do Estado, montadoras automotivas do Brasil, o UNICEF, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), Ong’s, Universidades do Estado de Mato Grosso do Sul e o programa Bolsa Escola, elaborado pelo governo federal em 1995 e que em Mato Grosso do Sul ficou conhecido como Vale Cidadania. O Vale Cidadania foi pensado como uma alternativa para diminuir o número de crianças nas carvoarias, mediante um benefício que somava R\$ 50,00 mensais para cada criança que deixasse a carvoaria e passasse a freqüentar a escola. Esse valor foi alterado em 2001 para R\$ 25,00, como forma de atingir um maior número de crianças, uma vez que aumentara a quantidade de pessoas cadastradas para receber o benefício.

trabalhos a partir de uma lógica de enquadramento das realidades vivenciadas nas carvoarias nos padrões normativos das leis sanitárias e trabalhistas.

A Comissão e a Subcomissão tinham como objetivos de trabalho (durante as visitas aos locais delimitados para a inspeção e a caracterização) o levantamento de informações sobre as pessoas que trabalhavam nas carvoarias. O reconhecimento limitava-se a levantar dados, como: se as crianças trabalhavam ou estudavam, se os trabalhadores eram registrados ou não, se havia saneamento básico, quais os tipos de moradia, se eram ou não adequadas, carga horária de trabalho, atendimento à saúde, se havia higiene, escola e lazer no local, quais as condições ambientais.

Com base nessa forma de ação sobre as contravenções que existiam nas carvoarias, a Comissão e a Subcomissão apontavam as dificuldades para o cumprimento das ordens, tanto por parte dos trabalhadores e de suas famílias como por patrões ou por intermediários. Desse modo, (...) *muitas ações ainda são necessárias na maioria das carvoarias, pois são poucas as que estão totalmente enquadradas nas normas sanitárias e trabalhistas*, afirmou Édma Aranha Silva, então Coordenadora da Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Três Lagoas⁸⁰ (1998, p. 5).

Nesse contexto, no qual as prováveis soluções para as problemáticas relacionadas à saúde, moradia e trabalho são (im) postas às pessoas, como um modelo, não foi possível haver uma interlocução satisfatória entre a “vítima” e “não vítima”. As alternativas tornaram-se significativas apenas ao olhar do segundo, aquele que nega o mundo “inacessível” do outro. Por vezes, elas se configuraram como problemas distintos, acabando por não alcançar os objetivos vislumbrados.

Durante as visitas realizadas pela Subcomissão às carvoarias da Micro-Região de Três Lagoas, foram elaborados relatórios contendo informações e denúncias verificadas pelo grupo. Esses relatórios foram utilizados como subsídios para refletir sobre formas de transformar o cotidiano das pessoas. A partir deles, organizaram-se as ações, negligenciando-se a participação do outro na construção de uma proposta que atendesse às suas necessidades sociais, ressaltando a importância da reflexão acerca da totalidade histórica a que estamos inseridos.

⁸⁰ *Apud Infância*: informativo dos projetos apoiados pela UNICEF em Mato Grosso do Sul, Campo Grande, ano II, n. 4, maio/jun. 1998.

Os trabalhos da Comissão e da Subcomissão apontaram que não havia condições para que as pessoas que trabalhavam e moravam nas carvoarias continuassem vivendo em situações de precariedade. O ambiente das carvoarias não oferecia o mínimo de conforto, de condições salubres e de lazer para que homens, mulheres e crianças pudessem viver dignamente. Segundo um relatório síntese, elaborado pela Subcomissão e que tratava de uma das carvoarias visitadas,

(...) residem 06 famílias, totalizando 11 crianças e 13 trabalhadores, destes, 06 são solteiros. Quanto à moradia, há 08 barracos de paus e lona preta que dista 80 metros dos fornos. Residem em média 02 a 05 pessoas por barracos. Há péssimas condições de higiene devido a espalhamento de lixos nas proximidades. A água provém do córrego, sendo estocada em tambores. A alimentação é enriquecida com plantio de verduras, criação de galinhas para o consumo da carne e ovos.⁸¹

O destaque sempre recai sobre os aspectos negativos, sem um aprofundamento maior das relações que regem o viver e o trabalhar em uma carvoaria. O Estado e as instituições parceiras sentiram-se na obrigação de elaborar projetos voltados para melhorar essas condições. O município de Ribas do Rio Pardo foi o mais atendido, em virtude de possuir a maior concentração de carvoarias e conseqüentemente, de denúncias sobre o trabalho infantil e exploratório.

Os donos de carvoarias, amedrontados com esse aparato de fiscalização montado para averiguar as más condições de trabalho oferecidas, passaram a não mais contratar homens casados. A partir dessa situação, muitos foram morar nas periferias da cidade de Ribas do Rio Pardo ou de Três Lagoas. Enquanto os homens trabalhavam nas carvoarias durante um período de 30 dias, as mulheres e as crianças esperavam em seus barracos na cidade, a visita dos maridos e dos pais.

O Vale Cidadania, instituído como uma forma de tirar as crianças do trabalho em carvoarias, também proporcionou a saída de mulheres e de crianças das carvoarias e suas sucessivas idas para as cidades próximas. Eram poucas as escolas próximas às carvoarias e muitas as dificuldades para se chegar às mais próximas. Assim, mães e filhos seguiram para as cidades como uma forma de continuar recebendo o dinheiro do projeto Bolsa Escola.

Esse “êxodo rural” provocado pelas ações do Estado, das instituições e das organizações que viam, a partir de seus projetos, uma forma de amenizar a problemática

⁸¹ Relatório da Subcomissão elaborado durante visitas, nos dias 9 e 10 de junho de 1997, à Fazenda Califórnia, localizada na Rodovia MS 377, km 60.

das relações de trabalho e sociais vivenciadas nas carvoarias, trouxe para as realidades dessas famílias outras situações de vida.

Longe das carvoarias, essas pessoas continuavam a improvisar suas moradias nos bairros periféricos; as condições de moradia, saúde e trabalho continuaram as mesmas, talvez até piores, pois as mulheres e as crianças, longe dos homens, precisavam trabalhar em outros ofícios para se manterem na cidade. Muitas mulheres trabalhavam como empregadas domésticas e algumas, na falta de emprego, prostituíam-se. A prostituição em Ribas do Rio Pardo tornou-se característica do local, uma vez que o movimento de caminhoneiros e de peões, conseqüentemente de homens em trânsito, em busca de “lazer sexual”, é muito grande. Esta se tornou uma alternativa de renda para as mulheres adultas e jovens.

Tendo em vista a concentração de carvoarias em Ribas do Rio Pardo, foi constatado nesse município o maior índice de ex-moradores de carvoarias. Sobre as condições dessas famílias nessa localidade, ressaltam as instituições envolvidas:

O inchaço das periferias das cidades da região carvoeira; a falta de emprego; o não cumprimento da legislação trabalhista; a desestruturação dos lares com a separação das famílias; o aumento progressivo do consumo de álcool, as condições de moradia que, em muitos locais não melhoraram; os adolescentes acima de 14 anos que ficam sem o Vale Cidadania, sem emprego e que tem como opção, voltar para os fornos e abandonar a escola, ou viver na ociosidade, o que normalmente, gera problemas sociais mais profundos (...)⁸²

Os bairros em Ribas do Rio Pardo onde se concentraram as famílias carvoeiras são: o Córrego da Anta, o Jabur, o Santo André, o São Sebastião e o Hospital Velho, todos considerados periféricos.

Para o geógrafo Sérgio Ricardo de Oliveira Martins⁸³, antes de serem bairros, esse espaço de moradia para os carvoeiros são ocupações, em razão da forma como foi organizado o processo, sem qualquer critério legal previamente pontuado e consentido pelo poder público, já que a prefeitura da cidade não somente acompanhou como também investiu em recursos para a construção dos barracos. A ocupação de maior teor crítico, relacionado às questões de saúde e de moradia, foi a do Jabur, conhecido com “Brejão”, área situada em um vale que, durante o período de chuvas, fica inundado como um brejo.

⁸² *Apud Infância*: informativo dos projetos apoiados pela UNICEF em Mato Grosso do Sul, Campo Grande, ano II, n. 4, maio/jun. 1998, p. 2.

⁸³ Geógrafo e professor da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande.

Em Três Lagoas a situação é semelhante. As pessoas que se deslocaram para esse município viviam as mesmas condições precárias apontadas em Ribas do Rio Pardo. Fora criado um loteamento no Bairro Oiti, ao norte da cidade, e lá se abrigaram os ex-carvoeiros. Um outro local ocupado por essas pessoas foi o Bairro Guanabara, mais antigo que o primeiro.

As instituições citadas durante o texto, que desenvolveram seus trabalhos com o intuito de ajudar a solucionar os graves problemas sociais, continuam afirmando a necessidade de que os governos federal e estadual devem interferir nesse contexto, de forma que se force o cumprimento da legislação. Suas ações continuarão, no afã de mais e mais vezes tentar modificar as condições precárias de vida e de trabalho às quais estão sujeitas as famílias carvoeiras. Todavia, é preciso refletir sobre questões que vão além do universo carvoeiro, a fim de encontrar formas de transpor a estrutura econômica e social a que estamos submetidos.

A partir dessa reflexão e desse entendimento – quem sabe a história nos dirá –, poderemos desvendar a problemática da superexploração do trabalho e das condições de vida em que se encontram milhares de pessoas no País e no mundo. Dialogando com Marc Bloch, com a compreensão do passado, talvez possamos amenizar a ignorância do presente. Ou, com o conhecimento do presente, desvendar parte de nosso passado.

CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento deste trabalho, percebemos o quanto o entendimento das questões estruturais são importantes para a compreensão das realidades singulares, no caso em questão, as relações de trabalho, de produção e de consumo na atividade carvoeira.

As propostas desenvolvimentistas do Estado nacional foram essenciais para a formação do Maciço Florestal de Eucalipto de Mato Grosso do Sul. A partir dos projetos de reflorestamento organizados entre as décadas de 1960 e 1970, que traziam em seu bojo o discurso do progresso, tornou-se possível a expansão da atividade carvoeira no Estado.

Com a proposta de desenvolvimento das regiões que se encontravam, segundo a óptica governamental, à margem do “real” desenvolvimento do País, foi possível, com base nessa estratégia geopolítica, justificar a implantação do Maciço Florestal de Eucaliptos na Micro-Região de Três Lagoas, o que proporcionaria a industrialização da região, com a instalação de fábricas de papel e de celulose no Estado de Mato Grosso do Sul.

O Maciço Florestal configurou-se como um grande investimento que ao invés de atender aos referidos interesses de uma projetada indústria de produção de papel e de celulose, sustentou, e ainda sustenta, a produção nas indústrias siderúrgicas mineiras. Desde o desenvolvimento dos PND's, essas siderúrgicas aparecem como um setor importantíssimo para o desenvolvimento do País.

O discurso das instituições governamentais, que elaboraram os planos nacionais de desenvolvimento, construiu uma mentalidade brasileira com base em um ideário progressista que pretendia fazer do País, uma potência econômica, pois, de acordo com o II PND, essa era a *vocação natural do País*.

Com base nesse discurso, que ainda hoje permanece na memória das pessoas, foi impulsionada a “interiorização” do desenvolvimento, que levou aos Estados “periféricos” a constituição de várias atividades econômicas. No caso de Mato Grosso do Sul, a atividade carvoeira foi uma consequência da falência desses projetos, uma vez que a finalidade primeira era a instalação de indústrias de papel e de celulose, o que não se concretizou. Assim, o grande potencial madeireiro do Maciço foi revertido para a produção de carvão vegetal.

A indústria siderúrgica, muito citada no referido II PND, foi a que mais lucrou com essa falência, já que tinha, e tem, no carvão sua principal fonte de energia. De acordo com as evidências, tudo indica que essas indústrias, desde a década de 1970, buscavam alternativas para suprir suas necessidades de produção, deixando de importar sua fonte de energia para extraí-la em seu próprio País. A siderurgia, como atividade industrial de relevância entre as décadas de 1960 e 1970, foi um fator que proporcionou aos projetos desenvolvimentistas o destaque para o reflorestamento em determinados Estados do País.

Tendo com referência esse contexto, em 1985 o governo do Estado de Mato Grosso do Sul ofereceu incentivo financeiro para as indústrias interessadas na exploração do Maciço. Assim, contando com o grande interesse das indústrias siderúrgicas mineiras, emergiu a atividade carvoeira em Mato Grosso do Sul, sendo este o Estado que passou a oferecer energia para a produção de ferro em Minas Gerais.

A atividade carvoeira cresceu e ficou conhecida internacionalmente, não pelo desenvolvimento econômico e social que proporcionou, mas pelo estigma da exploração do trabalho e das condições de vida subumanas.

As condições precárias de vida e de trabalho às quais foram sujeitados os trabalhadores carvoeiros não advieram da atividade carvoeira propriamente dita e sim da estrutura a que essa atividade foi condicionada. Torna-se importante ressaltar que o processo de industrialização brasileira conheceu características diferentes durante o seu desenvolvimento.

Carvoeiros, mulheres, homens e crianças, a essência para a produção do carvão, ficaram à sombra das representações forjadas no discurso governamental e empresarial. O que restou a esses trabalhadores foi simplesmente a designação de “vítimas” e de “excluídos”. As instituições e as organizações não governamentais e governamentais configuraram-se como agentes mediadores numa luta, por assim dizer, “romântica” contra as problemáticas locais, os ambientes de vida e de trabalho das carvoarias, ficando assim aquém das realidades do cotidiano.

As ações dessas instituições resumiram-se à negação da condição de dignidade humana dos trabalhadores de carvoarias. Em virtude dessa interpretação e de visões sobre conjunturas e estruturas, as interferências dos grupos assistenciais acabaram sendo frustradas, por não atingirem o seu principal objetivo, ou seja, transformar a vida dos trabalhadores carvoeiros, tornando-a menos precária. Ensinar a essas pessoas como é viver em sociedade, com acesso a saúde, lazer, moradia, escola, igreja, esse era, e é, o grande

objetivo das instituições envolvidas nesse contexto das relações de trabalho e condições de vida nas carvoarias.

Refletir sobre as problemáticas estruturais torna-se então tão importante quanto compreender as especificidades das vivências cotidianas. Concluímos esta dissertação com o alerta registrado por José de Souza Martins sobre a importância de se compreender a totalidade que envolve a problemática da exploração do trabalho nos dias atuais. Para MARTINS,

Pessoas e instituições envolvidas nessas providências humanitárias, urgentes e necessárias, atuam geralmente na suposição de que a prática da escravidão nos dias de hoje resulta de um desvio de conduta em relação aos princípios que a lei e a moral estabelecem. Essa interpretação seria compreensível se o recurso ao trabalho escravo fosse apenas uma exceção ocasional no funcionamento deste ou daquele estabelecimento agrícola ou industrial. No entanto, são claras as evidências de que o revigoramento e a manutenção do trabalho escravo estão integrados na própria lógica essencial de funcionamento do sistema econômico moderno e atual (MARTINS, 2002, p. 154).

As atuações só terão sentido quando minimamente tentarmos entender os contextos históricos maiores, bem como a particularidade do mundo em que vive o outro, antes de impormos nossas verdades como definitivas.

As representações e as construções que se têm do mundo em que vivemos são díspares. O mundo do carvão, suas relações e construções sociais tornam-se complexas para o nosso entendimento, assim como é complexo para os carvoeiros serem considerados por outros seres “excluídos”, ausentes de dignidade humana.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Livros

ALBERTI, Verena. História oral e arquivos. In: SILVA, Zélia Lopes da. (Org). *Arquivos Patrimônios e Memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1999.

ALMEIDA, Mário Monteiro. *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1950.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929 – 1989: a revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odália São Paulo: Unesp, 1991.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. *O Poder Simbólico: memória e sociedade*. Trad. Fernando Tomaz Lisboa: Difel, 1989.

CASTELLS, Manoel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, [s.d.].

COMISSÃO Pastoral da Terra (org.). *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à história*. 4 ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do tempo presente*. Trad. Ilka Stern Cohen Bauru: EDUSC, 1999.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: Difel, 1988.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

GINZBURG, Carlo. Carlo Ginzburg. In: BURKE, Maria Lúcia Garcia Palhares (org.). *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000.

GUERRA, Cláudio. *Meio Ambiente e Trabalho no Mundo do Eucalipto*. Belo Horizonte: Agência Terra, 1995.

_____. *A produção de carvão vegetal no estado de Mato Grosso do Sul*. Belo Horizonte: Agência Terra, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. A história de baixo para cima. In: _____. (org.). *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LE GOFF, Jacques (org.). *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1984.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo: EDUC, 1998.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MALATIAN, Teresa. A circularidade do discurso: perspectivas metodológicas da história oral. In: CREDDO, Maria do Carmo Sampaio Di; ALVES, Paulo; OLIVEIRA, Carlos Roberto de. (orgs.). *Fontes Históricas: abordagens e métodos*. Assis: [s.e.], 1996. (Publicação avulsa)

MARTINS, José de Souza. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: CPT (org.). *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. A sujeição da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: _____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MONBEIG, Pierre. Introdução. In: _____. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva São Paulo: Hucitec, 1984.

NASCIMENTO, Andréia Barbosa. *Migrante da fumaça: o profissional do carvão*. Campo Grande: Everest, 1999.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1984.

PRIORI, Mary Del. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia..* Rio de Janeiro: Campos, 1997.

_____. Tentações militares e outras tentações. In: PRIORI, Mel Del; VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs.). *O Livro de Ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

_____. Os militares no poder. In: PRIORI, Mel Del; VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs.). *O Livro de Ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

_____. Da guerrilha a abertura. In: PRIORI, Mel Del; VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs.). *O Livro de Ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

SALLUM JR, Brasília. A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000). In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SHARP, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes São Paulo: Unesp, 1992.

SUTTON, Alison. *Trabalho Escravo, um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje*. São Paulo: Loyola, 1994.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Waltensir Dutra Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Trabalhos Acadêmicos

ABID, Mercedes Mercante. *O processo de reflorestamento em áreas de cerrado e seus efeitos ambientais: o caso de Mato Grosso do Sul*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP.

ABREU, Silvana de. *Planejamento Governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense; contexto, propósitos e contradições*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP.

ALVES, Paulo. Fotografia e História. *História*, São Paulo: UNESP, v. 8, p. 81-86, 1989.

CASTRO, Maria Inês Malta. A Sibéria brasileira. In: *O Preço do Progresso: a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP.

GIRÃO, Simone Anselmo. *Relações de Trabalho nas carvoarias do Bolsão sul-mato-grossense*. Três Lagoas, 1999. Relatório Final (Iniciação Científica em História) – Departamento de Ciências Humanas/Campus de Três Lagoas/UFMS.

LEMOS, Maria Stela Borges. *A consignação da violência: a peonagem na Região de Três Lagoas – MS*. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – UNICAMP.

LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Rio de Janeiro, 1978. Monografia apresentada à banca examinadora para o processo de seleção de docente para o curso de economia na UFRJ. (Xerox).

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. *Mundo da Fumaça: a vida e o trabalho dos carvoeiros em Ribas do Rio Pardo – MS*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP.

MENDONÇA, Nadir Domingues. *A (des)construção das (des)ordens: poder e violência em Três Lagoas, 1915-1945*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP.

OLIVEIRA, Vitor W. N. de. Assis, 2000. Texto apresentado na XVIII SEMANA DE HISTÓRIA DA UNESP-ASSIS – 2 jun. 2000. (Xerox)

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. História e Região: desafio teórico ou falso problema?. In: SEMANA DE ESTUDOS HISTÓRICOS DO CEUC/UFMS, Corumbá, p. 2, set. 1993. (Intervenção em mesa-redonda sobre História Regional)

_____. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP.

SILVA, Edima Aranha. *O processo produtivo do carvão vegetal um estudo em Mato Grosso do Sul*. Presidente Prudente, 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A colonização contemporânea no Brasil e suas implicações sobre a sociedade brasileira. *Fronteiras*, Campo Grande: UFMS, v. 1, n. 1, p. 75-84. jan./jun. 1997.

Relatórios

Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul. Relatório de Visitas realizadas em 09 e 10 de julho de 1997. Três Lagoas, jul. 1997.

Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul. Relatório de Visitas realizadas em 14 e 15 de agosto de 1997. Três Lagoas, set. 1997.

Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul. Relatório de Visita realizada em 28 de agosto de 1997. Três Lagoas, set. 1997.

Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul. Relatório de Visitas realizadas em 15 e 16 de setembro de 1997. Três Lagoas, out. 1997.

Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul. Relatório de Visitas realizadas em 21 e 22 de outubro de 1997. Três Lagoas, 1997.

Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul. Relatório de Visitas realizadas em 05 e 06 de novembro de 1997. Três Lagoas, 1997.

Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul. Relatório de Visita realizada em 25 de março de 1998. Três Lagoas, abr. 1998.

Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul. Relatório de Visita realizada em 29 de abril de 1998. Três Lagoas, maio 1998.

Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul. Relatório de Visitas realizadas em 26 e 27 de maio de 1998. Três Lagoas, jun. 1998.

Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul. Relatório de Visitas realizadas em 04 e 06 de novembro de 1998. Três Lagoas, nov. 1998.

Documentos de governos

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul*. (Recenseamento Geral do Brasil 1980, 9 : v. 2, t. 3). Rio de Janeiro, 1983. 460p.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. *Programas Especiais na Região Centro-Oeste*. Brasília, 1977. 60p.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. *Programação para a coordenação das ações governamentais em municípios do Centro-Oeste*. Brasília, 1977-1978. 38p.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. *Planejamento regional: uma experiência na Região Centro-Oeste*. Brasília, 1979. 163p.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. *II Plano Nacional de Desenvolvimento: programa de ação do governo para a Região Centro-Oeste*. Brasília, 1975. 117p.

BRASIL. *Pronunciamento do Presidente do IBDF na Comissão de Avaliação dos Incentivos Fiscais*. Brasília, [s.d.]. 8p.

BBRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília, 1974. 149p.

MATO GROSSO DO SUL. *Centro-Oeste: a nova fronteira*. Campo Grande, 1980. 33p.

MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul. *Reflorestamento*. Campo Grande, 2002. 02p. Disponível em: <http://www.iplan.ms.gov.br/diagnostico/reflo.htm>.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Indústria e Comércio. *Maciço Florestal de Mato Grosso do Sul: uma opção de investimento*. Campo Grande, 1985. 15p.

MATO GROSSO DO SUL. SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. *O Centro-Oeste e a retomada do desenvolvimento*. Campo Grande, 1985. 113p.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. *Mato Grosso do Sul: características e potencialidades*. Campo Grande, 1987. 96p.

Documentos Avulsos

ABRACAVE. Anuário Estatístico. 1994, 1995, 1999, 2000, 2001. Disponível em: <http://www.abracave.com.br/anuario.html>. Acesso em 20 fev. 2003.

ARACRUZ. O Eucalipto: história. Disponível em: http://www.aracruz.com.br/port/euca_historia.htm. Acesso em 20 fev. 2003.

CARVALHO, Roberto Barros de. Retrato em Branco e Preto. *Ciência Hoje*, Belo Horizonte, p. 50-52, nov. 2002.

INFÂNCIA. Informativo dos projetos apoiados pelo UNICEF em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, ano II, n. 04, maio/junho, 1998. 08p.

INFÂNCIA. Informativo dos projetos apoiados pelo UNICEF em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, ano II, n. 05, jul./ago./set. 1998. 08p.

INFÂNCIA. Informativo dos projetos apoiados pelo UNICEF em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, ano II, n. 05, out./nov./dez. 1998. 08p.

NÓBREGA, Osvaldo. Exploração de Trabalhadores: DRT constata trabalho escravo em duas carvoarias de Mato grosso do Sul. RMT On-Line, Campo Grande, p. 1-2. Disponível em: <http://rmtonline.globo.com/ms/materia.htm?id=59225>. Acesso em 16 mar. 2003.

ANEXOS

ANEXO 01

Pronunciamento do presidente do IBDF na Comissão de Avaliação dos Incentivos Fiscais.

ANEXO 02

Relação das reflorestadoras com empreendimentos florestais em Mato Grosso do Sul.

ANEXO 03

Relatório Síntese da SPIFCT/MS.